



Município de Ourém

ANO ECONÓMICO ANO ECONÓMICO DE 20 ECONÓMICO DE 2007

Relatório de Gestão



Índice

Nota Introdutória	5
1 – Conjuntura	7
<u>1.1 – Fora da União Europeia</u>	7
<u>1.2 – União Europeia e Zona Euro</u>	8
<u>1.3 - Nacional</u>	10
1.3.1 – Evolução Político-legal	10
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico	11
1.3.3 – Portugal no contexto global	15
<u>1.4 – Conjuntura na área do Município</u>	17
1.4.1 – Caracterização do Município	17
1.4.2 – Análise SWOT	18
1.4.2.1 – Pontos Fortes	18
1.4.2.2 – Oportunidades	19
1.4.2.3 – Pontos Fracos	20
1.4.2.4 – Ameaças	21
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	21
2 – Enquadramento interno	36
<u>2.1 – Alterações no órgão executivo</u>	36
<u>2.2 – Política de recursos humanos adoptada</u>	37
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal	37
2.2.2 – Evolução dos recursos humanos	37
<u>2.3 – Actividades desenvolvidas</u>	44
2.3.1 – Departamento de Administração e Planeamento (D.A.F. e D.P.D.)	44
2.3.2 – Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras	52
2.3.2.1 – Divisão de Ordenamento do Território	52
2.3.2.2 – Divisão de Obras Municipais	53
2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos	61
2.3.2.4 – Divisão de Ambiente	62
2.3.3 – Divisão de Educação, Desporto e Cultura	78
2.3.4 – Projecto Municipal de Sistemas de Informação, Qualidade, Formação e Inovação	95
2.3.5 – Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém	100
3 – Análise Orçamental	101
<u>3.1 – Evolução do orçamento da receita por classificação económica</u>	101
<u>3.2 – Evolução do orçamento da despesa por classificação económica</u>	108



<u>3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas</u>	116
3.3.1 – Evolução das GOP's	116
3.3.2 – Estrutura das GOP's	124
<u>3.4 – Evolução da execução orçamental</u>	125
3.4.1 – Orçamento da Receita	125
3.4.2 – Orçamento da Despesa	126
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	128
<u>3.5 – Evolução dos resultados orçamentais</u>	129
3.5.1 – Resultado corrente	129
3.5.2 – Resultado orçamental	130
4 – Fontes de Financiamento	132
<u>4.1 – Receitas Próprias</u>	132
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	132
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	133
4.1.3 – Indicadores	133
<u>4.2 – Outros Financiamentos</u>	134
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	134
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	135
4.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado	135
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	137
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	138
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	138
4.2.5 – Fundos Comunitários	138
4.2.6 – Endividamento Municipal	139
4.2.6.1 – Curto Prazo	139
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	139
4.2.7 - Indicadores	140
5 – Aplicação dos Recursos Financeiros	142
<u>5.1 – Despesas de Funcionamento</u>	142
5.1.1. – Estrutura das despesas de funcionamento	142
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	143
5.1.3 - Indicadores	143
<u>5.2 – Despesas com pessoal</u>	144
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	144
5.2.2 – Indicadores	144
<u>5.3 – Aquisição de bens e serviços</u>	144
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	144
5.3.2 – Indicadores	145



5.4 – Serviço da dívida	146
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	146
5.4.2 - Indicadores	146
5.5 – Apoios concedidos a terceiros	147
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	147
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	147
5.5.3 – Indicadores	148
5.6 – Investimento Municipal	148
5.6.1 – Investimento directo	148
5.6.1.1 – Evolução do investimento directo	148
5.6.1.2 – Indicadores	149
5.6.2 – Investimento total (directo e indirecto)	149
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	149
5.6.2.2 – Indicadores	149
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	150
6 – Cumprimentos legais na despesa	152
6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal	152
6.1.1 – Limite dos encargos com pessoal do quadro	152
6.1.2 – Limite dos encargos com pessoal fora do quadro	152
6.2 – Cumprimento do limite da capacidade de endividamento	153
7 – Análise Económico-Financeira	156
7.1 – Análise da Situação Económica	156
7.1.1 – Condições Económicas	156
7.1.2 – Proveitos	158
7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos	158
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	158
7.1.3 – Custos	160
7.1.3.1 – Estrutura dos custos	160
7.1.3.2 – Evolução dos custos	161
7.1.4 – Resultados	164
7.1.4.1 – Resultado operacional	164
7.1.4.2 – Resultado financeiro	165
7.1.4.3 – Resultado corrente	165
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício	165
7.2 – Análise da Situação Financeira	166
7.2.1 Condições Financeiras	166
7.2.2 – Dívidas de terceiros	170
7.2.3 – Dívidas a terceiros	171



8 – Consolidação das contas do município com as empresas municipais	173
<u>8.1 Endividamento municipal de médio e longo prazo consolidado</u>	173
<u>8.2 Análise da situação económica</u>	174
8.2.1 – Condições Económicas	174
8.2.2 – Proveitos	175
8.2.2.1 – Estrutura dos proveitos	176
8.2.2.2 – Evolução dos proveitos	176
8.2.3 – Custos	176
8.2.3.1 – Estrutura dos custos	176
8.2.3.2 – Evolução dos custos	177
<u>8.3 Análise da situação financeira</u>	177
8.3.1 Condições Financeiras	177
8.3.2 – Dívidas de terceiros	180
8.3.3 – Dívidas a terceiros	181
9 – Outras disposições	182
<u>9.1 – Proposta de aplicação de resultados</u>	182
<u>9.2 – Evolução previsível da actividade</u>	182
<u>9.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício</u>	182



Nota Introdutória

Numa conjuntura que continua difícil para os municípios, apresentamos o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2007.

Será a análise detalhada dos mesmos que transmite a informação adequada sobre a actividade municipal durante o período em referência, não sendo portanto objectivo da presente nota introdutória substituir a leitura dos documentos.

Antes pretendemos tecer alguns comentários genéricos de enquadramento, para melhor percepção do período em análise, das circunstâncias em que governámos e das motivações que nos assistiram e nos impulsionam a lutar pelo desenvolvimento do concelho cuja população em nós confiou para a gestão da sua autarquia municipal.

O relatório de gestão, necessariamente sucinto, revela bem a diversidade das áreas de exercício da actividade municipal levada a efeito por diversos núcleos de serviços que, na maior parte dos casos, contam com recursos humanos limitados.

Convidamos à leitura deste documento que põe em destaque o trabalho de um conjunto de colaboradores onde se incluem muitos jovens que têm trazido novas competências para áreas que resultam de novas responsabilidades do município, chegadas através de delegação da administração central, mas também da nossa vontade de procurar e agarrar as oportunidades.

A actividade desenvolvida, tornando-se em cada dia mais exigente, tem sido e é levada a cabo por um conjunto de pessoas a quem se pede cada vez mais pois tem sido nossa preocupação o controle das despesas com pessoal, através das restrições à admissão de novos colaboradores.

Queremos deixar uma palavra de reconhecimento aos funcionários que, na generalidade, se têm empenhado para o sucesso que entendemos existir na nossa luta colectiva pelo desenvolvimento. Como dizia o saudoso Sr. Carlos Vieira dos Reis, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Gondemaria, também há alguns (felizmente poucos) a quem nada temos a agradecer. Estamos confiantes em que o novo sistema de avaliação dos funcionários permitirá destacar aqueles que, de forma dedicada, são os obreiros da vasta actividade que desenvolvemos.

Ao longo do ano 2007, prosseguimos com a qualificação dos recursos humanos com o objectivo de aumentarmos a capacidade técnica dos serviços.

O novo quadro legal respeitante à gestão de recursos humanos permitiu-nos recentes decisões que, a curto prazo, conduzirão também à reorganização do serviço de obras



por administração directa que certamente terá reflexos significativos no exercício de 2008. Nessa altura, ocorrerá certamente uma renovação na área em apreço, a contrariar o acentuado envelhecimento da estrutura ocorrido nos últimos anos.

Os documentos de prestação de contas revelam o esforço em curso para aumento das receitas próprias. Julgamos que o ano 2008 trará, a este respeito, resultados significativos. A título de exemplo, lembramos que a legalização do parque hoteleiro é, também ela, importante para as receitas municipais.

Só o aumento das receitas correntes e o esforço de contenção da despesa têm permitido manter o esforço de investimento que os documentos evidenciam, isto apesar do visível aumento da despesa corrente que resulta sobretudo de novos serviços e equipamentos entrados em funcionamento e de aumentos de taxas de juro e energia.

Merece destaque o facto de alguma da despesa corrente ser verdadeiro investimento pois, sobretudo no que diz respeito aos trabalhos por administração directa na rede viária, a maior parte dos custos são contabilizados como despesa corrente.

É inegável que atravessamos um momento de constrangimentos financeiros que resultam de alguns investimentos avultados efectuados nos últimos anos ou em curso.

Consideramos esta situação conjuntural e estamos a preparar medidas adequadas para a ultrapassar, não só porque é importante que possamos diminuir o prazo médio de pagamentos a empreiteiros e fornecedores, mas também porque é necessário fazer face a novos investimentos que deverão contar com o financiamento de verbas do QREN.

A situação existente resulta da nova lei das finanças locais e foi já publicada legislação que visa solucionar alguns dos problemas criados por este novo quadro legal.

Deixamos uma nota de particular apreço a todos os que se empenharam pela qualidade dos documentos que temos a honra de apresentar aos órgãos executivo e deliberativo municipais.

Ourém, Abril de 2008

O Presidente da Câmara Municipal

David Catarino



1. Conjuntura

1.1 Fora da União Europeia

No decurso de 2007, após 4 anos de crescimento robusto e apesar da persistência de alguns riscos geopolíticos e a ocorrência de elevados preços nas matérias-primas, a economia mundial caracterizou-se por um crescimento global ainda relativamente forte (3,6%), se bem que em abrandamento, sendo notória a maior repartição da expansão entre os principais blocos económicos mundiais.

Segundo estimativas do FMI (Fundo Monetário Internacional), nas economias desenvolvidas, a actividade abrandou de 2,9% para 2,5% enquanto nas restantes, o ritmo de expansão da actividade se manteve robusto, em torno de 7,4%.

A actividade económica mundial derivou da influência impulsionadora dos designados BRIC's (China, Índia, Rússia e Brasil). A China registou mesmo em 2007, o maior crescimento dos últimos 13 anos ao aumentar o PIB em 11,4%, alcançando o valor de 24.66 trilhões de *yuan*s (US\$3,42 trilhões). Com o resultado de 2007, a China já soma cinco anos de crescimento económico na casa dos dois dígitos, confirmando o país na posição de quarta maior economia do mundo, apenas atrás dos Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Os Estados Unidos sofreram o impacto de uma turbulência financeira que emergiu no período de Verão, circunstância que demonstrou como podem ser repentinos e influenciadores os ajustamentos nos mercados financeiros, nomeadamente com a crise do mercado hipotecário de alto risco (*subprime*). Deste modo, o crescimento dos Estados Unidos desacelerou no quarto trimestre e terminou 2007 com a menor expansão anual em cinco anos (2,2%), reflectindo a inversão da anterior explosão do mercado residencial que sustentou o consumo privado americano, com a contracção do preço da habitação e pôs em risco a solvência de muitos proprietários de casas

Ainda nos Estados Unidos, os gastos com a construção de novas casas decresceu 23,9% no quarto trimestre, registando a maior quebra em 26 anos, após ter diminuído



20,5% no trimestre anterior. O consumo privado registou o menor índice desde 2003 indicando que a queda dos preços imobiliários e dos activos no mercado está a pressionar a confiança dos consumidores pelo que, desde Setembro, o Fed já reduziu a taxa básica de juros em 1,75 pontos percentuais.

O Japão continua a assistir à maior expansão económica do pós guerra, apesar da desaceleração verificada em 2007 (crescimento de 1,9%), tendo o índice de preços do consumidor regressado para um valor positivo em Outubro de 2007.

Na América latina, a actividade económica permaneceu robusta, essencialmente conduzida pela procura interna, embora se estime um valor de crescimento inferior ao ocorrido em 2006 em aproximadamente 1 ponto percentual.

Ao nível do comércio mundial, a OMC (Organização Mundial do Comércio) estima um crescimento entre 5% e 5,5%, fortemente condicionado no segundo semestre pelo arrefecimento da economia americana, prevendo-se que possam surgir riscos de ressurgimento de medidas proteccionistas.

O continente africano deverá ter mantido uma taxa de crescimento acima dos 5% em 2007 (o Banco Africano para o Desenvolvimento estima um crescimento na ordem dos 5,9%). O Saldo da balança de transacções correntes melhorou em muitos países, cabendo os maiores ganhos aos países exportadores de petróleo e de minerais metálicos que contribuíram também para a melhoria das finanças públicas.

No conjunto do ano de 2007, o preço médio spot do petróleo *Brent* situou-se em 72,55 USD/bbl, persistindo uma forte toada de aumento. O valor médio mais elevado registou-se no quarto trimestre, com um valor médio de 88,70 USD/bbl.

No que concerne à taxa de câmbio do Eur/USD, verificou-se uma depreciação do euro face ao dólar ao longo de todo o ano, atingindo no final do período um valor de 1,472.

1.2 União Europeia e Zona Euro



União Europeia

Segundo o Eurostat, a economia europeia (UE-27) deverá ter sofrido um ligeiro abrandamento em 2007, ao registar um crescimento de 2,9%, ou seja, abaixo dos 3% atingidos em 2006. No último trimestre, registou-se uma retracção do consumo e um abrandamento significativo das exportações. Estas últimas, terão sido marcadamente influenciadas pela forte valorização da moeda europeia face ao dólar, bem como pelo abrandamento da economia norte-americana.

A subida dos preços do pão, do leite e dos combustíveis está a diminuir o poder de compra dos europeus, pelo que as despesas de consumo estão a cair pela primeira vez desde 2001.

O elevado preço do petróleo tem pressionado cada vez mais a inflação europeia, que está nos 3,2%, muito acima dos desejados 2%, daí que o BCE (Banco Central Europeu) manifeste alguma relutância em diminuir a taxa de juro, face às pressões inflacionistas existentes, condição que permitiria fomentar o crescimento económico.

No que respeita ao défice das administrações públicas, estima-se que ocorra uma diminuição para 1,1% do PIB (1,6% em 2006), embora o cenário para 2008 seja menos optimista, prevendo-se um agravamento em alguns países, devido ao abrandamento da actividade económica e à utilização de receitas excepcionais para financiar despesas suplementares nalguns países.

Área euro

O crescimento da zona euro (AE-13) foi menor do que esperado em 2007. O *Eurostat* revelou que, em 2007, o crescimento do PIB da zona euro se deverá ter situado em 2,6%, ou seja, menos duas décimas que em 2006.

Segundo o *Eurostat*, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor deverá situar-se nos 2,1% e a taxa de desemprego nos 7,4% (7,8% em 2006).



De acordo com a Comissão Europeia, o Indicador de Sentimento Económico deverá ter subido dos 106,9 ocorridos em 2006, para os 108,4 em 2004.

A taxa euribor a 3 meses que, no final do quarto trimestre de 2006, se situou em 3,73%, apresentou no final do ano de 2007 um valor de 4,68%. Já o índice EURO STOXX 50 decresceu dos 15,1 verificados em 2006, para 6,8.

O nível de crescimento do PIB e atendendo a algumas pressões inflacionistas, conduziu o BCE (Banco Central Europeu) a subir os juros de referência, tendo em Dezembro, após nova subida de 25 bps, atingido os 3,5%. Consequentemente, a taxa Euribor a 3 meses que, no final do quarto trimestre de 2005, se situava em 2,49%, alcançou, no final do ano económico de 2006, o valor de 3,73%.

1.3 Nacional

1.3.1 Evolução Político-legal

Actos eleitorais

No decurso de 2007 não ocorreram actos eleitorais que configurem uma alteração política no contexto nacional e local.

Alterações legislativas

No âmbito legislativo, importa referir a publicação da Lei n.º 2/2007 em 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), a qual estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. Neste contexto, é delineado um novo mecanismo de participação dos municípios nos impostos do Estado, bem como novos limites no que concerne ao endividamento autárquico.



Será ainda de referir a Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, a qual procede à sexta alteração do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.

1.3.2 Enquadramento macroeconómico

Evolução

No início da década, assistiu-se a um período de desaceleração da actividade económica que culminou na recessão de 2003. Em 2004, teve início uma recuperação gradual impulsionada pela procura interna, mas a actividade enfraqueceu durante o segundo semestre de 2004, face a preocupações relacionadas com a competitividade. Em 2005, o PIB cresceu a um ritmo bastante modesto (0,4% - inferior aos 1,2% verificados em 2004), manifestando a manutenção de um diferencial de crescimento negativo da economia portuguesa em relação à área euro (divergência em aproximadamente 0,9 p.p.).

Em 2006, a economia portuguesa evidenciou um maior dinamismo, projectando-se uma aceleração do PIB real de 0,4%, em 2005, para 1,2% em 2006. No decurso de 2007, o crescimento acentuou-se para 1,9%, embora permaneça 5 décimas inferior ao conjunto de países aderentes ao euro, sendo de realçar que o período de divergência já perdura desde 2001.

Esta melhoria nas perspectivas de crescimento da economia nacional continua a assentar no bom desempenho das exportações e, em menor grau, na recuperação dos indicadores de confiança. Já o investimento, particularmente ao nível do indicador de FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), inverteu a tendência negativa anterior, passando a ser positivo em 2007 (3,5), pelo que se poderá referir que o bom desempenho das exportações se propagou ao investimento, circunstância que poderá configurar uma retoma económica sustentada.

No que concerne à inflação média anual, tendo por referência o IPC (Índice de Preços no Consumidor), o ano em análise apresenta uma desaceleração no aumento dos



preços, manifestando uma taxa de variação média de 2,5% (3,1% em 2006), embora persista uma forte tendência para o aumento do preços dos bens energéticos, bem como dos alimentares. O diferencial de inflação entre Portugal e a área do euro, medida pela variação média anual do ÍHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor), diminuiu em 2007 para 0,6 p.p. (0,9 p.p. em 2006).

Relativamente ao desemprego, desde 2001 que esta taxa tem vindo a subir, encontrando-se, no final de 2007, nos 8% (7,7% em 2006), ou seja, no valor mais elevado dos últimos 10 anos. Deste modo, o número de desempregados aumentou 78% entre 1998 e 2007, passando de 252 mil para 448,6 mil. Neste âmbito, será ainda de referir que taxa de desemprego portuguesa ultrapassou a espanhola em Agosto de 2007, pela primeira vez em 20 anos.

Ao nível das Contas Nacionais, estima-se que o défice das Administrações Públicas se situe em 3% do PIB. Ao nível da Execução Orçamental do Estado, o valor provisório do défice do subsector Estado apurado na óptica da Contabilidade Pública para o ano de 2007 fixou-se em 5.235,7 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 1.904,1 milhões de euros em face do valor verificado no ano anterior. Esta circunstância foi decisivamente influenciada pelo aumento de 9,2% verificado na receita, na qual se destacaram as receitas fiscais, (manifestaram um contributo de 8,3 pontos percentuais). Por sua vez, a taxa de crescimento da despesa situou-se em 3,2%.

A curto e médio prazo, a evolução da conjuntura externa continua a ser o principal risco. De facto, perante as limitações estruturais e os desequilíbrios macro que afectam a economia portuguesa, é forçoso que a retoma económica continue a assentar, numa primeira fase, num desempenho positivo das exportações. Uma quebra da procura externa, neste período, terá um efeito bastante prejudicial. Neste âmbito, será de observar a crise financeira que teve origem nos problemas com o crédito imobiliário de alto risco nos Estados Unidos, a qual está a induzir uma restrição no crédito com contornos ainda não conhecidos.

Este risco ganha expressão adicional num contexto de dúvidas quando se observa uma crescente valorização do euro face ao dólar, bem como o facto de o BCE não



possuir margem para diminuir a taxa de juro directora, dadas as pressões inflacionistas existentes no contexto europeu. Deste modo, há que avaliar três elementos fundamentais: a duração da situação nos mercados monetários e financeiros, o grau de desaceleração da economia americana e o grau de revisão da avaliação de risco de mercado. Complementarmente, observa-se um aumento continuado dos preços energéticos, fenómeno que influencia directamente todos os sectores da economia.

Síntese de indicadores económicos nacionais

- Actividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	1,3	1,9
Índice avançado OCDE	OCDE		100,6	101,1
Indicador coincidente - UPE/GPEARI	UPE	VH	1,3	3,2
Indicador coincidente - INE	INE	VH, mm3	0,9	1,9
Indicador coincidente - BP	BP	VH	0,8	2,1
Índice Produção Industrial - IT	INE	VH	2,6	3,4
Índice de Volume de Negócios - IT	INE	VH (nominal)	6,2	8,6
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VE	-8	-2
Indicador de Confiança da Construção	INE	SRE-VE	-48	-41
Indicador de Construção do Comércio	INE	SRE-VE	-8	-7
Indicador de Confiança dos Serviços	INE	SRE-VE	3	9

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
Consumo Privado - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	1,1	:
Indicador coincidente - UPE/GPEARI	UPE	VH (Real)	1,0	0,9
Indicador coincidente - INE	INE	VH, mm3	1,4	2,2
Indicador coincidente - BP	BP	VH	1,1	1,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-34,0	-35,0
Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH (Real)	1,1	0,4
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-5,7	3,7
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	8,4	:

- Investimento



INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
FBCF - CN Trimestrais	INE	VH (real)	1,0	:
Indicador coincidente - UPE/GPEARL	UPE	VH	-0,5	0,3
Indicador coincidente - INE	INE	VH, mm3	-3,0	3,5
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-6,0	1,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	-3,2	6,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	12,0	6,4
Import. Máq e Outros Bens de Capital	INE	VH (nominal)	2,4	16,3

- Comércio Internacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	4,6	5,4
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	9,2	7,1
Importações de Bens	INE	VH (nominal)	8,1	6,9
UE	INE	VH (nominal)	6,8	6,6
Extra	INE	VH (nominal)	12,3	7,8
Exportações de Bens	INE	VH (nominal)	12,4	8,4
UE	INE	VH (nominal)	8,7	7,3
Extra	INE	VH (nominal)	26,9	12,0
Índ. Volume Negócios da Indústria p/Mercado Externo	INE	VH (nominal)	12,9	14,1

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
Taxa de Desemprego	INE	%	7,7	7,8
Emprego Total	INE	VH	0,7	0,2
Desemprego Registrado (fim de período)	IEFP	VH	-5,6	-13,8
Desemprego Registrado (fim de período)	IEFP	mil pessoas	453	390
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	1,5	-6,8
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	4,7	-11,9
Remunerações implícitas na Contratação Colectiva	MTSS	VH acumul.	2,7	2,9
Índice de Custo do Trabalho	INE	VH	1,7	3,4

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
Índice de Preços no Consumidor	INE	VC	:	:
Índice de Preços no Consumidor	INE	VH	:	:
Índice de Preços no Consumidor	INE	VM12	3,1	2,5
IPC - Subjacente	INE	VH	2,5	2,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	3,0	2,4
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	4,7	3,2



- Balança de Pagamentos

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
Créditos				
Mercadorias	BP	VH (nominal)	12,9	8,1
Serviços	BP	VH (nominal)	15,4	14,6
Dos quais: viagens e turismo	BP	VH (nominal)	7,3	11,0
Transferências correntes	BP	VH (nominal)	10,5	-0,2
Débitos				
Mercadorias	BP	VH (nominal)	8,1	6,6
Serviços	BP	VH (nominal)	9,9	7,8
Dos quais: viagens e turismo	BP	VH (nominal)	7,0	9,5

- Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
Taxa de Juro do crédito a particulares (novas oper.)				
para habitação	BP	%	4,0	4,8
para consumo	BP	%	8,5	9,3
Empréstimos bancários (fim de período)				
a particulares para habitação	BP	var. anual	9,9	8,5
às empresas não financeira	BP	var. anual	6,2	11,1
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	4,12	4,54
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	17	20
PSI 20	CMVM	VH	29,92	16,27

- Enquadramento Externo

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2006	2007
Preço Petróleo - Brent	DGE	USD/bbl	65,1	72,5
Euribor 3 meses (valores médios)	BCE	%	3,08	4,28
Taxa de câmbio euro/USD (valores médios)	BP		1,256	1,371

1.3.3 Portugal no contexto global

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Segundo o relatório do Banco Mundial *“Doing Business 2008: How to Reform”*, Portugal subiu da 40ª posição para a 37ª posição do ranking mundial no capítulo da



melhoria do ambiente de negócios (análise ao ambiente jurídico e regulamentar de 178 países).

Quadro – Ranking e indicadores do *Doing Business Database*

Portugal	Posição
Posição em 2007	37
Abertura de Negócio	38
Licenciamentos	112
Contratação de Funcionários	157
Registo da Propriedade	65
Obtenção de Crédito	68
Protecção de Investidores	33
Pagamento de Impostos	66
Comércio Transfronteiriço	31
Reforço dos Contratos	49
Encerramento da Actividade	20
Posição em 2006	40

Fonte: Banco Mundial

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com a facilidade/dificuldade em fazer negócios. Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam ao Encerramento da Actividade (20^a posição), Comércio Transfronteiriço (31^a posição), Protecção dos Investidores (33^a posição) e Abertura do Negócio (38^a posição). As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: Contratação de Funcionários (157^a Posição), Licenciamentos (112^a posição), Pagamento de Impostos (66^a Posição) e Registo da Propriedade (65^o).

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este



índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

Em observância ao IDH apresentado no relatório 2007/2008 das Nações Unidas (relativos a 2005), Portugal caiu uma posição no índice, situando-se na 29ª posição, atrás de países como a Eslovénia, Grécia ou Singapura, sendo este ranking liderado pela Islândia. Entre os estados-membros da União Europeia, Portugal ocupa a 17ª posição.

A taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior atinge os 89,8%, a esperança média de vida situou-se em 77,7 anos e o valor do Produto Interno Bruto era de 20,4 dólares PPC (paridade poder de compra) per capita.

1.4 Conjuntura na área do Município

1.4.1 Caracterização do Município

Ourém, cidade e sede de Município do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39° 30' N e 39° 50' e a longitude 8° 30W e 8° 40'W. O Município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda enleado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria.¹

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda e Vilar dos Prazeres, registando em 2001, uma população superior a 46 mil habitantes distribuídos por 18 freguesias.

¹ Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9



No que concerne a infra-estruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o sector terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do sector secundário (42%) e por fim o sector primário (3%).

O turismo e em particular o de cariz religioso, detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 6 milhões de visitantes.

1.4.2 – Análise SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à auto-estrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Dinamismo Económico – 40% das PME Excelência (ano de 2001) do distrito de Santarém têm sede geográfica no Concelho de Ourém;
- Forte dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do sector da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do sector da construção civil no contexto regional e nacional;
- Baixa taxa de desemprego;
- Forte capacidade de atracção de imigrantes;



- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supra-municipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de um escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Investimentos em curso no domínio do saneamento básico, permitindo uma melhoria muito significativa nos padrões e qualidades de vida das populações;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a actividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...).

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do concelho face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima), que poderão vir a reforçar a sua coesão e complementaridades, através da construção do IC9;
- Potencialidade do Centro de Negócios no apoio aos investidores e empresários concelhios:
 - o Acções previstas para a cidade de Fátima (Centro de Congressos e Parque Temático), que permitirão a sua qualificação;
 - o Igreja da Santíssima Trindade como pólo de atractividade de peregrinos;
 - o Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima e do Aeródromo Regional de Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, constitui importante acessibilidade para o desenvolvimento do município;
- Campo de Golfe previsto para Caxarias que permitirá a dinamização de fluxos de visitantes com elevado poder de compra;
- Âncora de desenvolvimento turístico regional – Fátima;



- A valorização do sector vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste sector no concelho;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias: Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento da populacional, reflexo da quebra de natalidade registada, essencialmente durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área do Município, como consequência na sua infra-estruturação e dinamização cultural;
- Agricultura em acentuado declínio e sub-aproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade rústica fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar frentes de urbanização (habitação e indústria);
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém e reduzido aproveitamento turístico da sede de concelho face à proximidade de Fátima;
- Elevado número de escolas do 1º ciclo com reduzido número de alunos, gerando situações pedagógicas e económicas indesejáveis;
- Parque escolar desajustado;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Deficientes acessibilidades regionais;
- Baixa qualidade do serviço de caminho de ferro;
- Centralidade do concelho dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da actividade turística, embora com tendências a se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).



1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- Atraso na construção do IC9, gerando problemas nas acessibilidades intra-concelhias e inter-urbanas;
- Integração do concelho no sistema de saúde do Médio Tejo (com três hospitais), dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade existente na área do Município e das duas cidades;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada

1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em Janeiro de 2008 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é fundamentalmente referente a 2005 e 2006.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se seguidamente um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Aquando da divulgação de um novo Anuário Estatístico da Região Centro reportado a um âmbito temporal mais recente, será possível apresentar um quadro evolutivo, com o intuito de se avaliarem as trajectórias verificadas.



Quadro – Informação Estatística 2005 e 2006 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em Janeiro de 2008 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km ²)	416,6
1.1.2 - Perímetro (Km)	130
1.1.3 - Altitude máxima (m)	677
1.1.4 - Altitude mínima (m)	95
1.2 - Ordenamento do território	
1.2.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.2.1.1 – Urbano	6.227,3
1.2.1.2 - Equipamentos e parques urbanos	345,7
1.2.1.3 – Industrial	1.197,6
1.2.1.4 – Turismo	49,3
1.2.2 - Servidões e restrições (ha)	
1.2.2.1 - Reserva Agrícola Nacional (RAN)	7.418,2
1.2.2.2 - Reserva Ecológica Nacional (REN)	17.509,2
1.3 - Estrutura territorial	
1.3.1 – Lugares	245
1.3.2 – Vilas	2
1.3.3 – Cidades	3
1.3.4 – Freguesias	18
1.4 - Indicadores de ambiente	
1.4.1 - População servida por (%)	
1.4.1.1- Sistemas de abastecimento de água	100
1.4.1.2 - Sistema de drenagem de águas residuais	56
1.4.1.3 – Estações de tratamento de águas residuais	56
1.4.2 - Consumo de água residencial e dos serviços por habitante (m ³)	35,5
1.4.3 - Proporção de águas tratadas (%)	100
1.4.4 - Abastecimento de água (em milhares de m ³)	
1.4.4.1 - Caudal captado	3.953
1.4.4.2 - Caudal tratado	3.953
1.4.5 - Consumo de água	
1.4.5.1 - Residência e serviços	1756
1.4.5.2 – Industrial	79
1.4.2.3 - Outros	985
1.4.6 - Drenagem e tratamento de águas residuais	



1.4.6.1 - Drenagem de caudais efluentes produzidos	1.451
1.4.6.2 - Tratamento de águas residuais em ETAR	1.451
1.5 - População	
1.5.1 - Densidade populacional (hab/km2)	120,5
1.5.2 - Taxa de crescimento efectivo (%)	0,84
1.5.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,15
1.5.4 - Taxa bruta de natalidade (%)	8,7
1.5.5 - Taxa bruta de mortalidade (%)	10,2
1.5.6 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,8
1.5.7 - Taxa bruta de divórcio (%)	1,7
1.5.8 - Taxa bruta de fecundidade geral	35,0
1.5.9 - Nados vivos fora do casamento (%)	20,7
1.5.10 - Proporção de casamentos católicos (%)	68,8
1.5.11 - Índice de envelhecimento	128,8
1.5.12 - Índice de dependência de idosos	29,9
1.5.13 - Índice de longevidade	47,8
1.5.14 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por hab.	0,02
1.5.15 - População residente por sexo	
1.5.15.1 - Homens	24.118
1.5.15.2 - Mulheres	26.065
1.5.15.3 - Total	50.183
1.5.16 - População residente segundo grandes grupos etários	
1.5.16.1 - Dos 0 a 14 anos	7.601
1.5.16.2 - Dos 15 a 24 anos	6.427
1.5.16.3 - Dos 25 a 64 anos	26.365
1.5.16.4 - 65 e mais anos	9.790
1.5.16.5 - 75 e mais anos	4.684
2. - EDUCAÇÃO	
2.1 - Indicadores de educação	
2.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	100,3
2.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
2.1.2.1 - Ensino Básico	121,3
2.1.2.2 - Ensino Secundário	160,2
2.1.3 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
2.1.3.1 - 1º Ciclo	3,2
2.1.3.2 - 2º Ciclo	3,4
2.1.3.3 - 3º Ciclo	9,9
2.1.3.4 - Total	5,8



2.1.4 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)

2.1.4.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	54,1
2.1.4.2 - Cursos tecnológicos	58,6
2.1.4.3 - Total	56,0
2.1.5 - Instituições de educação por nível e natureza	
2.1.5.1 - Educação Pré-Escolar	
2.1.5.1.1 - Público	41
2.1.5.1.2 - Privado	5
2.1.5.2 - 1º Ciclo	
2.1.5.2.1 - Público	74
2.1.5.2.2 - Privado	1
2.1.5.2.2 - Dos quais com menos de 10 alunos	22
2.1.5.3 - 2º Ciclo	
2.1.5.3.1 - Público	3
2.1.5.3.2 - Privado	3
2.1.5.4 - 3º Ciclo	
2.1.5.4.1 - Público	4
2.1.5.4.2 - Privado	3
2.1.5.5 - Secundário	
2.1.5.5.1 - Público	1
2.1.5.5.2 - Privado	4
2.1.4 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
2.1.4.1 - Educação Pré-Escolar	1.526
2.1.4.2 - 1º Ciclo	2.295
2.1.4.3 - 2º Ciclo	1.334
2.1.4.4 - 3º Ciclo	2.251
2.1.4.5 - Secundário	2.742
2.1.5 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
2.1.5.1 - Educação Pré-Escolar	97
2.1.5.2 - 1º Ciclo	202
2.1.5.3 - 2º Ciclo	149
2.1.4.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	437
2.1.6 - Pessoal não docente do ensino não superior	200
3. - CULTURA	
3.1 - Espectáculos ao vivo	
3.1.1 - Espectadores por habitante	0,7
3.1.2 - Valor médio dos bilhete vendidos (em euros)	3.2



3.1.3 - Sessões	44
3.1.4 - Espectadores	34.962
3.1.5 - Bilhetes vendidos	17.911
3.2 - Publicações periódicas por município	
3.2.1 - Publicações	28
3.2.2 - Edições	254
3.2.3 - Circulação Total	
3.2.3.1 - Total	2.601.446
3.2.3.2 - Jornais	1.496.426
3.2.3.3 - Revistas	479.520
3.2.4 - Exemplares vendidos	
3.2.4.1 - Total	933.575
3.2.4.2 - Jornais	370.535
3.2.4.3 - Revistas	454.940
3.3 - Caracterização e exibição do cinema	
3.3.1 Recintos utilizados	2
3.3.2 Ecrãs	2
3.4 - Museus e galerias de arte	
3.4.1 - Museus	
3.4.1.1 - Número	2
3.4.2 - Galerias de arte e outros espaços	
3.4.1 - Número	3
3.4.2 - Exposições realizadas	22
3.4.3 - Obras expostas	458
3.4.4 - Visitantes	6.054
4. - SAÚDE	
4.1 - Indicadores de saúde	
4.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	0,8
4.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	0,7
4.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,4
4.1.4 - Consultas por habitante	2,9
4.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2001/2005)	3,4
4.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2001/2005)	3,0
4.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,4
4.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,1
4.1.9 - Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória	0,3
4.2 - Hospitais	



4.2.1 - Número	0
4.3 - Centros de Saúde e suas extensões	
4.3.1 - Total	2

4.3.2 - Com internamento	0
4.3.3 - Extensões	16
4.3.4 - Pessoal ao serviço	
4.3.4.1 - Total	135
4.3.4.2 - Médicos	27
4.3.4.3 - Pessoal de enfermagem	40
4.3.4.4 - Outro	68
4.3.5 - Consultas médicas	
4.3.5.1 - Total	145.849
4.3.5.2 - Medicina geral e familiar/clínica geral	125.475
4.3.5.3 - Planeamento familiar	2.394
4.3.5.4 - Saúde infantil e juvenil/pediatra	14.985
4.3.5.5 - Saúde maternal/obstetrícia	2.102
4.3.5.6 - Outras especialidades	893
4.3.6 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
4.3.6.1 - Farmácias	14
4.3.6.2 - Postos farmacêuticos móveis	5
4.3.6.3 - Farmacêuticos de oficina	23
4.3.6.4 - Profissionais de farmácia	23
4.3.7 - Médicos com residência na área do município	35

5. - MERCADO DE TRABALHO

5.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
5.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	33,9
5.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	7,4
5.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	742,91
5.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	9,0
5.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	22,5
5.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por sector de actividade (%)	5,7
5.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	26,7
5.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o sector de actividade	
5.2.1 - Primário (CAE: A - B)	76
5.2.2 - Secundário (CAE: C - F)	4.979
5.2.3 - Terciário (CAE: G - Q)	6.197
5.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por sector de actividade	



5.3.1 - Primário (CAE: A - B) (em euros)	570,27
5.3.2 - Secundário (CAE: C - F) (em euros)	699,19
5.3.3 - Terciário (CAE: G - Q) (em euros)	780,17
5.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	

5.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	232
5.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	2.694
5.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	2.843
5.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	2.600
5.4.5 - Ensino secundário	1.779
5.4.6 - Bacharelato	200
5.4.7 - Licenciatura	777

5.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por conta de outrem, segundo o nível de habilitações

5.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	561,94
5.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	681,12
5.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	655,37
5.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	668,22
5.5.5 - Ensino secundário (em euros)	775,33
5.5.6 - Bacharelato (em euros)	1.245,34
5.5.7 - Licenciatura (em euros)	1.402,06

6. - PROTECÇÃO SOCIAL

6.1 - Indicadores de protecção social

6.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
6.1.1.1 - Invalidez	3.595
6.1.1.2 - Velhice	3.683
6.1.1.3 - Sobrevivência	1.997
6.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2.587
6.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	190
6.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	675
6.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	56
6.1.6 - Valor médio das prestações familiares	569

6.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência

6.2.1 - Invalidez	1.412
6.2.2 - Velhice	7.307
6.2.3 - Sobrevivência	2.980

6.4 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade

6.4.1 - Menos de 24 anos	103
6.4.2 - 25 a 29 anos	212



6.4.3 - 30 a 39 anos	306
6.4.4 - 40 a 49 anos	218
6.4.5 - 50 a 54 anos	84
6.4.6 - 55 e mais anos	134
6.5 - Prestações familiares	

6.5.1 - Total de beneficiários	5.543
6.5.2 - Descendentes ou equiparados	8.995
6.6 - Subsídio por doença	
6.6.1 - Total de beneficiários	2.626
6.6.2 - Dias processados	148.110
6.7 - Subsídios de maternidade e paternidade e licença parental	
6.7.1 - Total de beneficiários de subsídio de maternidade	349
6.7.2 - Total de beneficiários de subsídio de paternidade e licença parental	518
6.8 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	697
7. - ACTIVIDADE ECONÓMICA	
7.1 - Indicadores das empresas	
7.1.1 - Proporção de emprego em sociedades anónimas (%)	15
7.1.2 - Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras (%)	2,1
7.1.3 - Proporção de emprego dos serv. em serv. intensivos em conhecimento (%)	22
7.1.4 - Proporção de emprego em actividades TIC (Tec. de Inf. e Comunic.) (%)	0,5
7.1.5 - Proporção de emprego da ind. transf. em indúst. de média e alta tecn. (%)	6
7.1.6 - Taxa de constituição de sociedades (%)	6,6
7.1.7 - Taxa de dissolução de sociedades (%)	1,9
7.1.8 - Densidade de estabelecimentos (N.º/Km2)	5,5
7.1.9 - Proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	86
7.1.10 - Proporção de pessoas em estabelec. cuja sede se situa no município (%)	92
7.1.11 - Pessoal ao serviço por estabelecimento	5,6
7.2 - Volume de negócios das sociedades segundo a CAE (em milhares de euros)	
7.2.1 - A + B	17.916
7.2.2 - C	6.223
7.2.3 - D	258.758
7.2.4 - E	0
7.2.5 - F	192.032
7.2.6 - G	438.470
7.2.7 - H	28.261
7.2.8 - I	65.878
7.2.9 - J	1.203



7.2.10 - K	52.902
7.2.11 - M a O	18.779
7.3 - Comércio internacional	
7.3.1 Saídas (em milhares de euros)	
7.3.1.1 - Expedições	46.285
7.3.1.2 - Exportações	9.665

7.3.2 - Entradas (em milhares de euros)	
7.3.2.1 - Chegadas	73.141
7.3.2.2 - Importações	21.796
7.4 - Agricultura e floresta	
7.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	
7.4.1.1 - VLQPRD	0
7.4.1.2 - VQPRD	
7.4.1.2.1 - Branco	121
7.4.1.2.2 - Tinto/Rosado	532
7.4.1.3 - Vinho regional	
7.4.1.3.1 - Branco	796
7.4.1.3.2 - Tinto/Rosado	942
7.4.1.4 - Vinho de mesa	
7.4.1.4.1 Branco	1065
7.4.1.4.2 Tinto/Rosado	6060
7.4.2 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
7.4.2.1 - Ameixieiras	979
7.4.2.2 - Cerejeiras	734
7.4.2.3 - Damasqueiros	565
7.4.2.4 - Diospereiros	521
7.4.2.5 - Laranjeiras	1.258
7.4.2.6 - Limoeiros	564
7.4.2.7 - Macieiras	1.010
7.4.2.8 - Nogueiras	438
7.4.2.9 - Pereiras	1.067
7.4.2.10 - Pessegueiros	1.698
7.4.2.11 - Tangerineiras	762
7.4.2.12 - Oliveiras	944
7.4.3 - Incêndios florestais e bombeiros	
7.4.3.1 - Ocorrência de incêndios florestais	224
7.4.3.2 - Área ardida (ha)	



7.4.3.2.1 - Total	9.351
7.4.3.2.2 - Povoamentos florestais	8.991
7.4.3.2.3 - Matos	360
7.4.3.3 - Corporações de bombeiros	3
7.4.3.4 - Número total de bombeiros	307
7.5 - Energia	
7.5.1 - Indicadores de consumo de energia	

7.5.1.1 - Consumo de energia eléctrica por consumidor (milhares de kWh)	
7.5.1.1.1 - Total	5,0
7.5.1.1.2 - Doméstico	2,2
7.5.1.1.3 - Agricultura	3,5
7.5.1.1.4 - Indústria	44,6
7.5.1.2 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (milhares de kWh)	1,1
7.5.1.3 - Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)	1,4
7.5.2 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
7.5.2.1 - Gás	2.992
7.5.2.2 - Gasolina	6.448
7.5.2.3 - Petróleo	7
7.5.2.4 - Gasóleo rodoviário	51.643
7.5.2.5 - Gasóleo colorido	3.169
7.5.2.6 - Gasóleo para aquecimento	3.459
7.5.2.7 - Fuel	6.809
7.6 - Construção e Habitação	
7.6.1 - Indicadores de construção e habitação	
7.6.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
7.6.1.1.1 - Pavimentos por edifício	2,5
7.6.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,9
7.6.1.1.3 - Divisões por fogo	5,0
7.6.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	19,2
7.6.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
7.6.1.2.1 - Pavimentos por edifício	2,3
7.6.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,6
7.6.1.2.3 - Divisões por fogo	5,7
7.6.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,0
7.6.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
7.6.1.3.1 - Urbanos transaccionados, em propriedade horizontal	87.750
7.6.1.3.2 - Urbanos transaccionados, total	88.063



7.6.1.3.3 - Rústicos transaccionados	19.077
7.6.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	76.612
7.6.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	93.419
7.6.1.3.6 - Rústicos hipotecados	145.455
7.6.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	1.199
7.6.2 - Edifícios licenciados para construção	
7.6.2.1 - Construções novas	
7.6.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	170

7.6.2.1.2 - Edifícios, total	188
7.6.2.1.3 - Fogos para habitação familiar	389
7.6.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
7.6.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	53
7.6.2.2.2 - Edifícios, total	25
7.6.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
7.6.3.1 - Entidade promotora	
7.6.3.1.1 - Pessoa singular	219
7.6.3.1.2 - Empresa privada	170
7.6.3.1.3 - Outras entidades	0
7.6.3.2 - Tipologia	
7.6.3.2.1 - T0 ou T1	57
7.6.3.2.2 - T2	81
7.6.3.2.3 - T3	161
7.6.3.2.4 - T4 ou mais	90
7.6.4 - Estimativas do parque habitacional	
7.6.4.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	23.294
7.6.4.2 - Alojamentos familiares clássicos	28.088
7.7 - Transportes	
7.7.1 - Indicadores de transportes	
7.7.1.1 - Veículos automóveis vendidos por 1000 habitantes	16,48
7.7.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes	2,68
7.7.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas (%)	7,08
7.7.2 - Veículos automóveis vendidos	
7.7.2.1 - Total	827
7.7.2.2 - Ligeiros de passageiros	439
7.7.2.3 - Ligeiros de mercadorias	274
7.7.2.4 - Pesados de passageiros	3
7.7.2.5 - Pesados de mercadorias	9



7.7.2.6 - Pesados, tratores de espécie diversa	74
7.7.2.7 - Tratores agrícolas	28
7.7.3 - Acidentes de viação e vítimas	
7.7.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	298
7.7.3.2 - Vítimas	
7.7.3.2.1 - Total	402
7.7.3.2.2 - Mortos	8
7.7.3.2.3 - Feridos graves	17
7.7.3.2.4 - Feridos ligeiros	377

7.8 - Comunicações	
7.8.1 - Indicadores de comunicações	
7.8.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	31,1
7.8.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	20,3
7.8.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	4,6
7.8.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	12,0
7.8.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	19,9
7.8.2 - Postos telefónicos	
7.8.2.1 - Total de acessos telefónicos	15.613
7.8.2.2 - Total de acessos telefónicos analógicos	13.007
7.8.2.3 - Total de acessos telefónicos digitais	2.606
7.8.3 - Estações e postos de correio	
7.8.3.1 - Estações de correio	
7.8.3.1.1 - Total	6
7.8.3.4.2 - Estações fixas	6
7.8.3.4.3 - Estações móveis	0
7.8.3.2 - Postos de correio	10
7.9 - Turismo	
7.9.1 - Indicadores de hotelaria	
7.9.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	2,1
7.9.1.2 - Estada média de hóspedes (número de noites)	1,9
7.9.1.3 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	97,9
7.9.1.4 - Hóspedes por habitante	4,5
7.9.1.5 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	66,3
7.9.1.6 - Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)	37
7.9.1.7 - Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	861,6
7.9.1.8 - Taxa de ocupação-cama (líquida) (%)	24,9
7.9.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	



7.9.2.1 - Estabelecimentos	
7.9.2.1.1 - Total	34
7.9.2.1.2 - Hotéis	17
7.9.2.1.3 - Pensões	15
7.9.2.1.4 - Outros	2
7.9.2.2 - Capacidade de alojamento	
7.9.2.2.1 - Total	4.911
7.9.2.2.2 - Hotéis	2.933
7.9.2.2.3 - Pensões	1.835
7.9.2.2.4 - Outros	143

7.9.3 - Dormidas e hóspedes	
7.9.3.1 - Número total de dormidas	432.362
7.9.3.2 - Número total de hóspedes	224.939
7.9.4 - Dormidas nos estab. hoteleiros, segundo o país de residência habitual	
7.9.4.1 - Total geral	432.632
7.9.4.1.1 - Total UE 25	384.396
7.9.4.1.2 - Portugal	115.189
7.9.4.1.3 - Alemanha	15.185
7.9.4.1.4 - Espanha	90.586
7.9.4.1.5 - França	13.139
7.9.4.1.6 - Itália	87.379
7.9.4.1.7 - Países Baixos	3.101
7.9.4.1.8 - Reino Unido	6.786
7.9.4.1.9 - E.U.A.	21.470
7.10 - Sector Monetário e Financeiro	
7.10.1 - Indicadores do sector monetário e financeiro	
7.10.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	6,3
7.10.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,3
7.10.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	42,7
7.10.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	3.927
7.10.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	157
7.10.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
7.10.1.6.1 - Terminais de caixa automático Multibanco por 10 000 habitantes	10,0
7.10.1.6.2 - Operações por habitante	54
7.10.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	1.752
7.10.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	718
7.10.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	



7.10.2.1 - Bancos e caixas económicas	
7.10.2.1.1 - Número de estabelecimentos	26
7.10.2.1.2 - Pessoal ao serviço	151
7.10.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
7.10.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
7.10.2.2.2 - Pessoal ao serviço	17
7.10.3 - Movimentos estabelecidos por outra intermediação monetária	
7.10.3.1 - Depósitos	
7.10.3.1.1 - Total (milhares de euros)	496.088
7.10.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	41.330
7.10.3.2 - Crédito concedido	

7.10.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	455.680
7.10.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	194.443

8. - JUSTIÇA

8.1 Indicadores de Justiça	
8.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
8.1.1.1 - Cíveis (meses)	25
8.1.1.2 - Penais (meses)	9
8.1.1.3 - Trabalho (meses)	0
8.1.1.4 - Tutelares (meses)	7
8.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	3,0
8.1.3 - Proporção de não condenações onde não houve sentença (%)	53,3
8.1.4 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	66,7
8.1.4.1 - Crimes contra a integridade física	4,0
8.1.4.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,2
8.1.4.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	4,1
8.1.4.4 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	0,8
8.1.4.5 - Condução sem habilitação legal	0,9
8.1.5 - Principais actos notariais celebrados por escritura pública	
8.1.5.1 - Total de escrituras	1.549
8.1.5.2 - Compra e venda de imóveis	542
8.1.5.3 - Constituição de propriedade horizontal	10
8.1.5.4 - Constituição de sociedades com. e civis	25
8.1.5.5 - Doação	89
8.1.5.6 - Habilitação de herdeiros	146
8.1.5.7 - Hipoteca	44
8.1.5.8 - Justificação	176



8.1.5.9 - Mútuo	411
8.1.5.10 - Partilha	9
8.1.6 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
8.1.6.1 - Total	1.379
8.1.6.2 - Contra as pessoas	
8.1.6.2.1 - Total	353
8.1.6.2.2 - Contra a integridade física	197
8.1.6.3 - Contra o património	
8.1.6.3.1 - Total	698
8.1.6.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	9
8.1.6.3.3 - Furto em veículo e em veículo motorizado	204
8.1.6.4 - Contra a vida em sociedade	

8.1.6.4.1 - Total	265
8.1.6.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	41
8.1.6.5 - Contra o Estado	5
8.1.6.6 - Legislação avulsa	
8.1.6.6.1 - Total	58
8.1.6.6.2 - Condução sem habilitação legal	46
9. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
9.1 - Câmara Municipal (2005)	
9.1.1 - Mandatos	
9.1.1.1 - PS	3
9.1.1.2 - PPD/PSD	4
9.2 - Assembleia Municipal (2005)	
9.1.2 - Mandatos	
9.1.2.1 - PS	7
9.1.2.2 - PPD/PSD	12
9.1.2.3 - PCP/PEV	1
9.1.2.4 - CDS/PP	1
9.3 - Assembleias de Freguesias (2005*)	
9.3.1 - Presidências de Assembleias de Freguesias	
9.3.1.1 - PS	3
9.3.1.2 - PPD/PSD	14
9.3.1.3 - Lista independente	1

* verificaram-se eleições intercalares numa das Freguesias



2. Enquadramento interno

2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2007, não se verificaram quaisquer alterações no que respeita à composição do Órgão Executivo, no que concerne à distribuição das funções gerais, quando efectuada comparação com as circunstâncias vigentes no término do ano anterior. Desta forma, a composição dos membros do Órgão Executivo e as respectivas funções atribuídas apresentam-se no quadro abaixo exposto.

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
David Pereira Catarino	Presidente	01/01 a 31/12	- Coordenação Geral
			- Planeamento - Estudos e Projectos
			- Recursos Humanos
			- Relações exteriores/representações do Município
			- Planeamento Urbanístico
			- Gestão de Projectos
			- Acompanhamento das seguintes unidades orgânicas: Departamento de Ordenamento do Território e Obras; Departamento de Projecto de Requalificação Urbana de Ourém e Fátima; Divisão de Planeamento e Desenvolvimento; Apoio ao tecido económico;
Victor Manuel de Jesus Frazão	Vice-Presidente	01/01 a 31/12	- Funções idênticas às do período anterior, acrescentando o acompanhamento à Divisão de Estudos e Projectos
			- Substituição do Presidente da Câmara nas suas faltas e impedimentos
João Manuel Moura Rodrigues	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	- Gestão Administrativa e Financeira: (Aprovisionamento e património; Contabilidade; Taxas e Licenças; Tesouraria; Metrologia; Feiras e Mercados; Acompanhamento dos serviços de apoio; Acompanhamento da Divisão Administrativa e Financeira; Contencioso; Fiscalização Municipal; Processos de contra-ordenação)
			- Ambiente (Acompanhamento da Divisão de Ambiente)
			- Urbanismo (Acompanhamento da Divisão de Ordenamento do Território)
Humberto Lopes Piedade	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	- Obras Municipais (acompanhamento da Divisão de Obras Municipais)
			- Educação, Desporto e Cultura (Apoio à Juventude; Biblioteca/Mediatecas; Acção Social; Educação; Transportes Escolares; Museus; Equipamentos Desportivos Municipais; Equipamentos Culturais Municipais; Arquivo Histórico; Desporto e Tempos Livres)
			- Acompanhamento da Divisão de Educação, Desporto e Cultura



Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
José Manuel Pereira Alho	Vereador	01/01 a 31/12	--
Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição	Vereador	01/01 a 31/12	--
José de Oliveira Fernandes	Vereador	01/01 a 31/12	--

2.2 Política de recursos humanos adoptada

2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal

Em 2007, a estrutura orgânica e o quadro de pessoal não foram sujeitos a alterações. No entanto, será de referir que foram criados dois projectos municipais, o PMSIQFI (Projecto Municipal de Sistemas de Informação, Qualidade e Formação) ao qual ficou adstrito o Gabinete de Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, e o PMOTO (Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém).

2.2.2 – Evolução dos recursos humanos

Pessoal segundo o grupo profissional

O ano de 2007 demonstra uma variação negativa do número de funcionários da autarquia, próxima dos 5,9%, que, em termos absolutos, significou uma diminuição em 20 funcionários. A variação ocorrida foi essencialmente influenciada pela variação absoluta ocorrida ao nível do pessoal operário (-13) e auxiliar (-11). Salienta-se o sentido inverso observado ao nível do pessoal técnico superior (+2), administrativo (+2) e técnico profissional (+1).

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afectos ao Município foi de 25,6, ou seja, aproximadamente 26% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, técnico, informática e técnico profissional. O grau de tecnicidade superior situou-se em torno dos 13%, tendo assinalado uma melhoria absoluta superior a um ponto percentual, face ao valor registado no ano anterior.

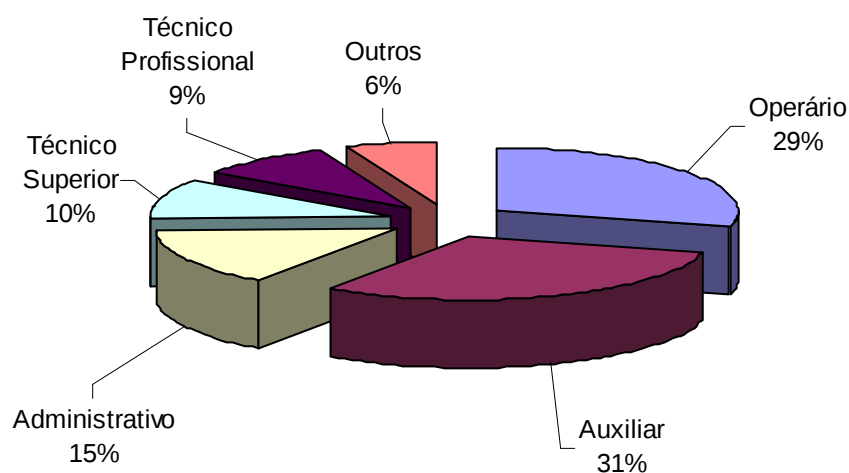


Quadro – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var.(%)	2007	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	10	10	0	0,00	9	-1	-10,00
Técnico Superior	27	31	4	14,81	33	2	6,45
Informática	2	6	4	200,00	6	0	0,00
Técnico	6	5	-1	-16,67	5	0	0,00
Técnico Profissional	26	28	2	7,69	29	1	3,57
Administrativo (a)	41	45	4	9,76	47	2	4,44
Operário	107	107	0	0,00	94	-13	-12,15
Auxiliar	87	109	22	25,29	98	-11	-10,09
Outros Grupos	25	0	-25	-100,00	0	0	--
Total	331	341	10	3,02	321	-20	-5,87
Grau de Tecnicidade Superior	11,18	12,02	0,85	14,81	13,08	1,06	8,82
Grau de Tecnicidade Geral	21,45	23,46	2,01	205,84	25,55	2,08	8,89

(a) inclui a chefia administrativa

Gráfico – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal auxiliar (31%), operário (29%) e administrativo (15%). O pessoal técnico superior e técnico profissional representavam, respectivamente, 10% e 9% do total dos recursos humanos afectos ao Município.



Escalão etário e sexo

Quadro – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var.(%)	2007	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 18 anos	0	0	0	--	0	0	--
18-24	7	6	-1	-14,29	5	-1	-16,67
25-29	43	37	-6	-13,95	26	-11	-29,73
30-39	76	82	6	7,89	80	-2	-2,44
40-49	120	120	0	0,00	116	-4	-3,33
50-59	70	77	7	10,00	74	-3	-3,90
60-69	14	18	4	28,57	19	1	5,56
70 ou mais	1	1	0	--	1	0	--
TOTAL	331	341	10	3,02	321	-20	-5,87
Número de Homens	215	219	4	1,86	204	-15	-6,85
Número de Mulheres	116	122	6	5,17	117	-5	-4,10

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de homens continua a evidenciar dominância, significando estes, cerca de 63,5% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 40-49 é o mais representativo com 116 funcionários. Assinala-se ainda uma quebra no número de funcionários com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que as predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática, técnico e técnico superior. Em oposição a predominância escalões etários mais elevados ocorrem no pessoal operário e auxiliar.

Importa realçar que 94 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 19 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos e 1 com idade superior a 70 anos.

Absentismo



Quadro – Evolução do Absentismo

uni: dias

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var.(%)	2007	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	70	48	-22	-31,43	74	26	54,17
Maternidade e Paternidade	1048	1280	232	22,14	839	-441	-34,45
Nascimento	8	4	-4	-50,00	16	12	300,00
Falecimento Familiar	200	214	14	7,00	132	-82	-38,32
Doença	3834	3677	-157	-4,09	3110	-567	-15,42
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	181	104	-77	--	222	118	113,46
Trabalhador Estudante	114,5	137,5	23	20,09	167	29,5	21,45
Com Perda de Vencimento	12	24	12	100,00	17	-7	-29,17
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--
Injustificadas	4	2	-2	--	0	-2	--
Outras	40	0	-40	-100,00	0	0	--
TOTAL (dias de ausência)	5511,5	5490,5	-21	-0,38	4577	-913,5	-16,64
Dias de ausência (per capita)	16,65	16,10	-0,55	-3,30	14,26	-1,84	-11,44

Face a 2006, o ano de 2007 regista uma diminuição do número de dias de ausência em aproximadamente 17%, apresentando uma variação absoluta de 913,5 dias, que em termos *per capita* significa um diminuição do absentismo em 1,8 dias (-11% em termos de variação percentual).

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 3.110 dias (diminuição de 15% face ao ano anterior) e a maternidade e paternidade com um total de 839 dias (diminuição de 34%).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 4.577 dias em detrimento dos 5.490,5 dias ocorridos em 2006. *Per capita*, o total de dias de ausência atingiu os 14,3 dias, ou seja, inferior aos 16,1 dias apurados por relação a 2006.

Acidentes ocorridos em serviço



O ano de 2007, demonstra um decréscimo do número de acidentes, em aproximadamente 22%, que em termos absolutos significou uma diminuição em 5 acidentes face ao valor ocorrido em 2006.

Consequentemente, o número de dias perdidos com baixa sofreu um decréscimo absoluto em 427 dias, face ao verificado no ano anterior. Deste modo, verificou-se um total de 477 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho.

Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var.(%)	2007	Var. Abs.	Var. (%)
Acidentes ocorridos no local de trabalho							
Menos de 60 dias de baixa	25	17	-8	-32,00	16	-1	-5,88
60 dias ou mais de baixa	3	6	3	100,00	2	-4	-66,67
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	28	23	-5	-17,86	18	-5	-21,74
Acidentes "in itinere"							
Menos de 60 dias de baixa	1	0	-1	--	0	0	--
60 dias ou mais de baixa	0	0	0	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	1	0	-1	--	0	0	--
Total (a) + (b)	29	23	-6	-20,69	18	-5	-21,74
N.º de dias perdidos com baixa	637	904	267	41,92	477	-427	-47,23

Acções de formação

Neste âmbito, apenas se consideram as acções de formação (com certificado) ocorridas durante o período normal de trabalho.

Observa-se que, em 2007, ocorreram 397 participações em 14 acções de formação, facto que, face a 2006, representou um aumento do número de participações (+334), mas uma diminuição do número de acções de formação (-10).



Quanto à duração das acções de formação, continua a verificar-se que a maior preponderância corresponde à formação com duração inferior a 30 horas.

Será de referir que do total das 397 participações, 340 reportam-se a acções internas, pelo que o número de participações em acções externas foi de 57.

Quadro – Evolução das acções de formação realizadas

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var.(%)	2007	Var. Abs.	Var. (%)
Contagem das acções realizadas							
Menos de 30 horas	23	25	2	8,70	15	-10	-40,00
de 30 a 59 horas	11	5	-6	-54,55	5	0	0,00
de 60 a 119 horas	1	0	-1	-100,00	0	0	--
com 120 horas ou mais	2	1	-1	--	1	0	0,00
Total	37	31	-6	-16,22	21	-10	-32,26
Número de participações	34	63	29	85,29	397	334	530,16

Concursos de pessoal

Quadro – Concursos internos

Designação	Qt.
Concursos internos de acesso geral	
Grupo de pessoal técnico superior	4
Grupo de pessoal de informática	1
Grupo de pessoal técnico profissional	1
Grupo de pessoal administrativo	1
Concursos internos de acesso limitado	
Grupo de pessoal técnico superior	3
Grupo de pessoal de informática	1
Grupo de pessoal administrativo	1

Quadro – Concursos relativos a contratos por tempo indeterminado

Designação	Qt.
Concurso relativo a contratos por tempo indeterminado	
Grupo técnico superior	5



Quadro – Concursos de contratos a termo certo

Designação	Qt.
Concursos de contratos a termo certo	
Grupo técnico superior	5
Grupo pessoal de informática	1
Grupo técnico profissional	2
Grupo de pessoal operário	2
Grupo de pessoal auxiliar	1

No decurso de 2007 verificaram-se 12 concursos internos, 5 concursos relativos a concursos por tempo indeterminado (quadro privativo) e 11 concursos para contratos a termo certo.



2.3 Actividades desenvolvidas

2.3.1 – Departamento de Administração e Planeamento

No decurso de 2007, as funções gerais administrativas estiveram sujeitas, essencialmente, ao Departamento de Administração e Planeamento, o qual é constituído pela Divisão Administrativa e Financeira e pela Divisão de Planeamento e Desenvolvimento.

Quadro – Dados estatísticos genéricos

Descrição	2005	2006	Var. (%)	2007	Var. (%)
Registos de entrada de correspondências	22.432	24.618	9,75	25.557	3,81
Concursos de aquisição de bens e serviços	59	31	-47,46	52	67,74
Requisições externas	2.720	2.439	-10,33	2.335	-4,26
Editais	231	174	-24,68	209	20,11
Escrituras públicas	25	30	20,00	19	-36,67
Contratos avulso	31	29	-6,45	36	24,14
Autos de expropriação amigável	20	5	-75,00	13	160,00

No que concerne a aspectos estatísticos genéricos, salientam-se os aumentos verificados no número de concursos de aquisição de bens e serviços (68%), editais (20%), contratos avulso (24%) e autos de expropriação amigável (160%), estes reportados a parcelas de terreno prementes para a modernização da Linha do Norte, em que é interveniente a REFER, E.P.. Em sentido inverso regista-se uma diminuição do número de escrituras públicas (-37%), e de requisições externas (-4,3%).

Neste período, o número total dos registos de correspondência ascendeu a 25.557, ou seja, uma variação absoluta positiva em 939 registos.

Regulamentos Municipais

Durante este período não se procedeu à elaboração ou alteração dos regulamentos municipais estando em curso ampla revisão dos mesmos, tendo em observância as disposições contidas na Lei n.º 53 53-E/2006 de 29 de Dezembro, a qual veio regular



as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais.

Contra-Ordenações e Fiscalização

No ano de 2007, foram instaurados 471 processos de contra-ordenação em detrimento dos 411 ocorridos no ano de 2006, denotando um aumento em 14,6%. Na sua maioria, reportam-se à violação de diplomas respeitantes às áreas do urbanismo e da venda ambulante.

Ainda relativamente aos processos de contra-ordenação, constata-se que 38 foram remetidos para o Ministério Público, dos quais 27 para execução, 8 para impugnação judicial e 3 para deduzir acusação (2 por violação a embargo e um por falsas declarações do técnico).

De salientar o levantamento de 205 Autos de Notícias por infracções a Decretos-Lei, leis e regulamentos, os quais representam uma diminuição absoluta em 7 autos, face ao volume ocorrido no ano anterior. Quanto aos embargos de obras, verificaram-se 52 despachos.

Taxas e Licenças

No que respeita a taxas e licenças gerais, apresenta-se quadro de caracterização dos processos, o qual foi objecto de levantamento no ano em análise.

Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças

Indicadores	N. de processos em 2007	Tempo médio de Resposta
Processos / Pedidos / Serviços		
Máquinas de diversão		
Pedido de emissão de título de registo de máquina de diversão	5	10 dias
Pedido de averbamento/transferência de máquina de diversão	40	10 dias
Pedido de concessão de licença de máquina de diversão	20	10 dias
Pedido de renovação de licença de máquina de diversão	17	10 dias
Pedido de mudança de local de máquina de diversão (dentro do Município)	55	10 dias
Pedido de segunda via de título de registo de máquina de diversão	0	10 dias



Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças (continuação)

Indicadores	N. de processos em 2007	Tempo médio de Resposta
Publicidade e ocupação da via pública		
Pedido de ocupação para o espaço aéreo	6	2 meses
Pedido de licenciamento de reclusos luminosos ou iluminados	34	2 meses
Pedido de licenciamento de publicidade sonora	2	15 dias
Pedido de licenciamento de cartazes ou telas provisórias	12	15 dias
Pedido de licenciamento para distribuição de impressos	1	15 dias
Pedido de licenciamento de publicidade transitória	0	15 dias
Pedido de alteração (alteração do facto)	0	--
Pedido de autorização para colocação de publicidade	67	60 dias
Renovação de pedido de autorização para colocação de publicidade	375	1 dia
Pedido de autorização para OVP	9	15 dias
Renovação de pedido de autorização para OVP		
Feiras e Mercados		
Pedido de cartão de feirante/vendedor ambulante	22 / 15	15 dias
Pedido de alteração (renovação, 2ª via)	309 / 31	5 dias
Pedido de averbamentos/alterações de morada	0	--
Pedido de vistoria higienosanitária	--	--
Cemitérios		
Pedido de intervenção em sepultura	--	--
Pedido de concessão de terreno	--	--
Pedido de alteração (avermamento de sepultura)	0	--
Pedido de cedência de sepultura	--	--
Pedido de inumação/ cremação	32	1 dia
Pedido de transladação	0	--
Venda de terreno no cemitério municipal	21	5 dias
Casa Mortuária		
Pedido de utilização da casa mortuária	40	1 dia
Licenças de caça		
Pedido de carta de caçador	10	1 dia
Pedido de licença de caça	787	1 dia
Consulta de licença de caça	--	--
Pedido de exame para carta de caçador	24	1 dia
Pedido de alteração (renovação/ 2ª via/ averbamento)	78	1 dia
Pedido de substituição de carta de caçador nos termos do Decreto Lei 202/2004	56	1 dia
Licenças de condução		
Pedido de emissão licença de condução de ciclomotor	7	3 dias
Pedido de renovação de licença de condução	295	1 dia
Pedido de averbamento/alteração de dados do titular da licença de condução de ciclomotores	9	1 dia
Pedido de emissão de licença de veículos agrícolas categoria I, II e III	80	3 dias
Pedido de renovação de licença de veículos agrícolas categoria I, II e III	7	1 dia
Pedido de averbamento/alteração de dados do titular da licença de condução de veículos agrícolas categoria I, II e III	0	1 dia



Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças (continuação)

Indicadores	N. de processos em 2007	Tempo médio de Resposta
Inspecção de elevadores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas		
Pedido de inspecção de elevadores	149	1 dia
Pedido de reinspecção de elevadores	2	1 dia
Mercado Municipal		
Pedido de concessão de cartão de acesso ao mercado municipal	2	5 dias
Pedido de renovação de cartão de acesso ao mercado municipal	0	--
Pedido de averbamentos/alterações de morada	0	--
Espectáculos e divertimentos públicos		
Pedido de licença de funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados	5	5 dias
Pedido de licença de recinto para espectáculos de natureza não artística	0	--
Pedido de licença de utilização para recintos desportivos	2	5 dias
Pedido de licenças de outros espaços acidentalmente adaptados para espectáculos ou divertimentos	0	--
Venda ambulante/lotarias		
Pedido de concessão de licença para venda ambulante/lotarias	0	--
Pedido de renovação de concessão de licença para venda ambulante/lotarias	1	1 dia
Outros		
Pedido de Licença Especial de Ruído	67	5 dias
Pedido de licença para arraial ao ar livre	78	5 dias
Pedido de licença para serviço de restauração e ou bebidas ocasionais e ou esporádicas	0	--
Pedido de licença para espectáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos ao ar livre	8	8 dias
Pedido de licença para promotor de espectáculos de natureza artística	2	1 dia
Pedido de autorização de fogueiras/ queimadas	0	--
Pedido de acampamento ocasional	2	15 dias
Pedido de realização de divertimentos públicos (espectáculos desportivos e outros)	4	10 dias

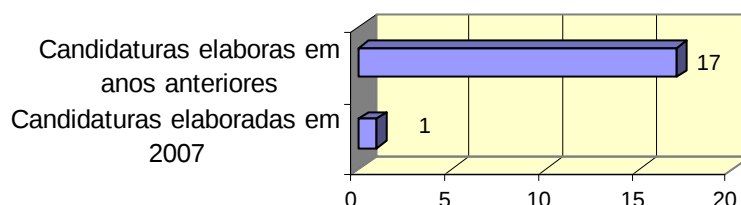
Elaboração e acompanhamento de candidaturas

Em 2007, procedeu-se à elaboração de 1 candidatura, a qual acresceu a execução física e financeira de 17 já elaboradas em anos anteriores.

No que concerne ao tipo de financiamento/programa, destacam-se os seguintes: cinco ao programa Leader+, três ao Líder II, três no âmbito do PORLVT e duas ao PIQTUR.

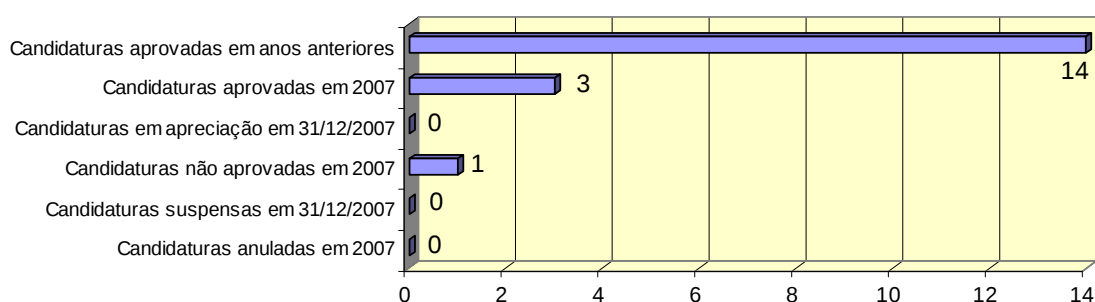


Gráfico - Volume de candidaturas elaboradas com execução física ou financeira em 31 de Dezembro de 2007



Face à situação das candidaturas em sede de análise, em 2007, verificou-se a aprovação de três candidaturas e a rejeição de uma, circunstância que resulta numa taxa de aprovação de 75%.

Gráfico - Candidaturas face à situação em sede de análise



Analisando as candidaturas aprovadas face ao financiamento recebido, verifica-se que 82% dos financiamentos aprovados estão por receber, considerando para o efeito que ainda permanecem obras por executar ou em fase de execução. Observando a relação do volume de financiamento a receber por cada programa de financiamento aprovado, destaca-se o PITER, o PIQTUR, o LEADER+, o LEADER II, bem como o recebimento de verbas relativas ao contrato-programa relacionado com a construção do novo edifício Paços do Concelho.



Em suma apresenta-se um quadro sintetizado relativo às candidaturas elaboradas e acompanhadas durante o ano de 2007:

Quadro – Resumo e acompanhamento de candidaturas em 2007

Programa	Designação do projecto	Situação em sede análise	Situação em termos de Execução
Programa AGRIS - Subacção 3.4	Vigilância Móvel Motorizada das Florestas	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
LEADER + / ADAE	Parque de Merendas de Espite	Aprovada em anos anteriores	Encerrada
LEADER + / ADIRN	Apoio ao Turismo no Centro Histórico de Ourém	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
LEADER + / ADIRN	Solar do Palhete - Solar de Baco	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
LEADER + / ADIRN	Área Ambiental do Agroal	Aprovada em anos anteriores	A iniciar
LEADER II / ADIRN	Fabricação do Manual do Vinho Palhete	Aprovada em anos anteriores	Encerrada Fisicamente
LEADER II / ADIRN	Parque Aventura do Agroal	Aprovada em anos anteriores	Encerrada Fisicamente
LEADER II / ADIRN	Apoio Social na área do Concelho	Aprovada em anos anteriores	Encerrada Fisicamente
PIQTUR	Requalificação do Agroal	Aprovada em anos anteriores	A iniciar
PIQTUR	Readaptação da Casa do Administrador a Núcleo Museológico	Aprovada em anos anteriores	A iniciar
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Construção do Novo Edifício dos Paços do Concelho	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Elaboração do Plano de Pormenor em Fátima, para a área entre as Avenidas Papa João XXIII e D. José Alves Correia da Silva	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
LEADER + / ADIRN	Infra-estruturas de apoio ao Parque Aventura do Agroal (Construção do PT)	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	GESTÃO DA EMERGÊNCIA PIF - Nuno Touret	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais - Zonas de Fátima e Nossa Senhora das Misericórdias	Aprovada em anos anteriores	Em Execução
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PIF - Ana Alves Monteiro	Suspensa	Em Execução
PITER	Leiria/Fátima 2005 - Requa. do urbanismo comercial de Fátima	Aprovada	Encerrada Fisicamente
DGOTDU - Acções Preparatórias - cidades organizadas em rede	O Santuário e as Cidades - Pólos de convergência, desenvolvimento e dinamização cultural	Não seleccionada	--

UNIVA

No decurso de 2007, este serviço registou 738 utentes (uma média aproximadamente 62 pessoas por mês) denotando um aumento face ao volume ocorrido em 2006, na ordem dos 16,6%. No âmbito da procura, salienta-se o facto de 76,2% dos utentes serem do sexo feminino.



No que concerne à oferta, verificou-se um acréscimo próximo dos 27,5%, no qual se destaca a restauração e hotelaria (119), os serviços (108) e a construção civil (108). Salieta-se que 62 ofertas de emprego eram relativos a quadros técnicos e técnicos superiores, circunstância que significa um aumento em 107% face ao volume verificado no ano anterior.

Cumpra analisar o número de colocação de pessoas ao serviço (329), por relação à procura de emprego (738), circunstância que resulta na taxa de colocação de pessoas ao serviço. Neste contexto, verifica-se um aumento da taxa de colocação, a qual se situou em torno dos 44,6%, ou seja, aproximadamente 45% dos utilizadores viram satisfeitas as suas pretensões em matéria de emprego.

Quadro – Unidade de Inserção na Vida Activa

Descrição		2005	2006	Var. (%)	2007	Var. (%)
Procura de Emprego	Homens	168	151	-10,12	176	16,56
	Mulheres	484	495	2,27	562	13,54
	Total	652	646	-0,92	738	14,24
Ofertas de Trabalho	Total	414	408	-1,45	520	27,45
Colocação de Pessoas ao Serviço	Total	338	240	-28,99	329	37,08
	Taxa	51,84	37,15	-28,33	44,58	19,99
Estágios Profissionais	Município	14	2	-85,71	3	50,00
	Privados	42	26	-38,10	34	30,77
	Total	56	28	-50,00	37	32,14
Programas Ocupacionais	Total	18	10	-44,44	19	90,00
Estágios Curriculares	Total	--	10	--	8	-20,00

GIAC – Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor

A Lei n.º 24/96 de 31 de Julho, estabelece o regime aplicável à defesa dos consumidores e estatui a competência do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais na protecção do consumidor (art. 1º). Consequentemente, dando expressão às competências dos municípios, estabelecidas na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, e particularmente em observância à Lei n.º 24/96, o Município de Ourém



estabeleceu um protocolo de cooperação com a DECO, em 10 de Abril de 2006, dada a sua grande expressão nacional no que se refere à defesa do consumidor.

Desta forma, o referido gabinete iniciou o seu funcionamento em Junho de 2006, contando com uma técnica de apoio ao gabinete que se encontra afecta a tempo inteiro, bem como uma técnica de apoio jurídico da DECO, que se desloca a este gabinete, uma vez por mês.

Este serviço tem vindo a prestar informação económico-jurídica, efectuando ainda mediação de conflitos de consumo. No âmbito das suas atribuições e competências, poderá ainda promover mecanismos extra-judiciais para a resolução de conflitos de consumo, ou mesmo desenvolver acções de sensibilização relativas ao consumo, facultando aos consumidores maiores conhecimentos no que concerne aos seus deveres e direitos.

Quadro – Municípios atendidos e tipologia do atendimento no GIAC

Descrição		2006*	2007	Var. (%)
Municípios atendidos	Homens	33	81	145,45
	Mulheres	30	62	106,67
	Total	63	143	126,98
Modalidade de atendimento	Presencial	33	81	145,45
	Telefone	30	62	106,67
	Total	63	143	126,98

No período de 2007, contactaram este gabinete 143 consumidores, dos quais 57 % foram atendidos presencialmente e 43% por telefone. Caracterizando os utentes, denota-se uma maior predominância do sexo masculino e da faixa etária dos 26 aos 35 anos.

Relativamente aos pedidos de mediação organizados no ano de 2007 (25 processos), 10 foram resolvidos a favor do munícipe, 9 contra a pretensão inicial, 5 permanecem em curso e em apenas 1 se verificou a desistência.



2.3.2 – Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras

2.3.2.1 – Divisão de Ordenamento do Território

Esta divisão tem como finalidade principal, o licenciamento/autorização de operações urbanísticas.

Atendimento ao público

Na vertente técnica, o atendimento é efectuado pelos técnicos afectos à DOT (Divisão de Ordenamento do Território), em dia específico (quinta-feira), nos termos da legislação em vigor. Os funcionários administrativos desenvolvem, diariamente, o atendimento geral ao público, prestando, nomeadamente, informações sobre o andamento dos vários processos, sobre a legislação aplicável e recebendo e dando entrada dos vários processos de licenciamento.

Quadro – Evolução dos serviços prestados pela DOT

Descrição	2005	2006	Var. (%)	2007	Var. (%)
Requerimentos	4.314	4.173	-3,27	4.587	9,92
Projectos de arquitectura	696	781	12,21	722	-7,55
Total de Atendimentos	8.857	10.553	19,15	11.427	8,28
Manhã	4.822	5.597	16,07	6.088	8,77
Tarde	4.035	4.956	22,83	5.339	7,73
Atendimento efectuados por técnicos da DOT	--	--	--	1.150	--
Total de Atendimentos	--	--	--	12.577	--

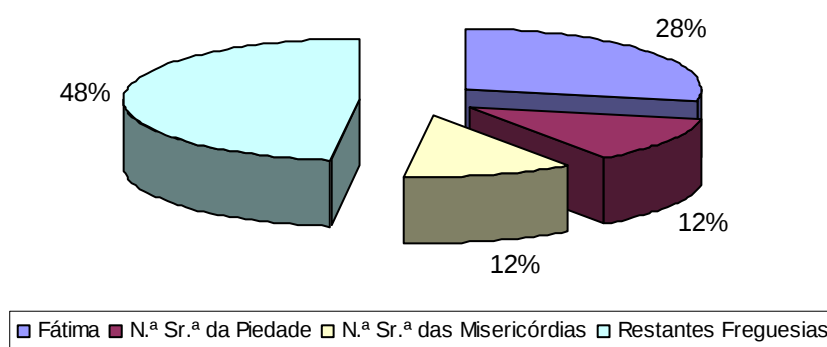
O número de requerimentos sofreu uma variação positiva próxima dos 10%. Ao invés, o número de projectos de arquitectura registou uma diminuição na ordem dos 7,6%. O número total de atendimentos situou-se em 12.577, dos quais 1150 respeitam a atendimentos efectuados por técnicos adstritos à DOT.

Alvarás de Construção/Habitação



Relativamente aos Alvarás de Construção emitidos no decurso de 2006, constata-se que as Freguesias de Fátima, N.^a Sr.^a da Piedade e N.^a Sr. das Misericórdias, em conjunto, representam 51,9% dos alvarás emitidos, reflectindo a dominância destas freguesias perante todas as restantes, embora no ano anterior esta representatividade fosse ligeiramente mais expressiva (53%).

Gráfico - Álvarás de Construção por Freguesia



Certificação da Qualidade

A Divisão de Ordenamento do Território encontra-se certificada pelo IQNET, desde Março de 2005, ao abrigo da Norma NP EN ISSO 90001:2000. Este trabalho de implementação da qualidade baseia-se nos seguintes vectores: satisfação do munícipe, cumprimento da legislação, formação, inovação e modernização. Em Setembro de 2007 verificou-se uma Auditoria de Renovação de Certificado, tendo sido mencionado que, na generalidade, a organização evidenciou um nível adequado de conformidade com os requisitos da Norma em referência e uma abordagem consistente dos princípios da gestão da qualidade.

2.3.2.2 – Divisão de Obras Municipais

O ano de 2007 evidencia um aumento do número total de empreitadas lançadas a concurso, em 12,6%, quando efectuada comparação com o volume verificado no ano de 2006. A maior variação positiva verificou-se ao nível dos “Ajustes Directos sem Consulta”, os quais aumentaram aproximadamente 52%.



Quadro – Evolução das empreitadas lançadas a concurso por tipo

Tipo de concurso	2005	2006	Var. (%)	2007	Var. (%)
Ajuste Directo sem Consulta	88	63	-28,41	96	52,38
Ajuste Directo com Consulta	24	28	16,67	19	-32,14
Concurso Limitado sem Publicação Prévia de Anúncio	5	19	280,00	11	-42,11
Concurso Público	5	4	-20,00	5	25,00
Ajuste Directo (art. 136º do Dec- Lei n.º 56/99 de 02/03)	5	5	0,00	3	-40,00
TOTAL	127	119	-6,30	134	12,61

Reporte das empreitadas lançadas no ano de 2007:

Quadro – Empreitadas lançadas em 2007

Proc. N.º	Designação	Tipo / Procedimento	Preço Base (€)	Adjudicação	
				Data	Valr €
01/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Rua do Ameiro - Lugar de Fontainhas da Serra - Freguesia de Atouguia	Ajuste directo s/ consulta		29-Dez-06	4.944,50
02/07	Construção e Beneficiação de Parques e Jardins - Execução de Zonas Verdes do Estaleiro Municipal	Ajuste directo s/ consulta		24-Nov-06	4.420,00
03/07	Obras de Arte de Pequena Dimensão - Construção do Pontão da Ferraria (O.A. 126), E.N. 113, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	Ajuste directo c/ consulta	23.200,00	02-Fev-07	23.350,00
04/07	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - Ampliação de 24m e Ramal 2º no Pinheiro - N.º S.º da Piedade	Ajuste directo s/ consulta		05-Dez-06	1.002,41
05/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de 2 Ramais (125mm;160mm) na Urbanização Dr. Alves - Lote B3 - Caridade - N.º S.º da Piedade	Ajuste directo s/ consulta	678,6	22-Dez-06	820
06/07	Infra-estruturas do Loteamento do Plano de Pormenor do Centro de Saúde de Ourém - Ampliação e remodelação da rede de águas e esgotos - Ligações finais	Ajuste directo c/ consulta	21.760,85	21-Fev-07	23.699,00
07/07	Ramais Domiciliários de Esgotos em Vários Pontos do Concelho - 1 Ramal em Fátima e 1 Ramal em N.º S.º das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta		22-Dez-06	1.050,00
08/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Estrada da Fonte, Lugar de Socorro, Freguesia N.º S.º das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta		22-Jan-07	2.711,68
09/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Rua São Braz, Lugar de Fomigal, Freguesia das Matas	Ajuste directo s/ consulta		19-Jan-07	1.845,00
10/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Rua do Pinhal, Lugar de Perucha, Freguesia de Freixianda	Ajuste directo s/ consulta		29-Dez-06	977,35
11/07	Ramais Domiciliários de Esgotos em Vários Pontos do Concelho - 1 Ramal em Caxarias e 3 Ramais em Fátima	Ajuste directo s/ consulta		22-Dez-06	2.165,00
12/07	Beneficiação/Ampliação e Revisão de Preços - Edifícios Ensino Básico - Ampliação da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Mata, Freguesia de Urqueira	Ajuste directo s/ consulta		03-Jan-07	3.550,00
13/07	Landlagem e Calçamento dos Passeios do Acesso ao Intermarché	Ajuste directo c/ consulta	16.544,18	08-Fev-07	19.885,02
14/07	Urbanização da Sede do Concelho - Novo Arruamento - Plano de Pormenor junto ao Centro de Saúde de Ourém	Limitado s/ publicação de anúncio	84.470,65	26-Mar-07	89.037,17



Quadro – Empreitadas lançadas em 2007 (continuação)

Proc. N.º	Designação	Tipo / Procedimento	Preço Base (€)	Adjudicação	
				Data	Vabr €
15/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ramais Domiciliários - Lugar da Mahada, Lagoa do Furadouro, Freguesia N.º S.ª das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta		06-Dez-06	250,00
16/07	Rede de Esgotos - Ampliação e Remodelação - Remodelação das Redes de Esgotos Domésticos e Águas Pluviais entre a Casa da Criança e a Ponte da Ferraria - N.º S.ª da Piedade - Ourém	Ajuste directo c/ consulta	38.956,22	15-Fev-07	45.762,43
17/07	Remodelação das Redes de Esgotos em Fátima - Execução de Ramal de 140mm - Av.ª Beato Nuno, N.º7, Cova Iria	Ajuste directo s/ consulta		24-Jan-07	600,00
18/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua do Cruzeiro n.º2 - Alburitel	Ajuste directo s/ consulta		09-Fev-07	500,00
19/07	Redes de esgotos domésticos e águas pluviais - Remodelação de infra-estruturas na rua Cônego Fomigão e parte da Avenida D. José Alves Correia da Silva - Cova da Iria, Fátima, Ourém	Público	198.001,32	06-Ago-07	159.032,42
20/07	Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação e ramais domiciliários Estrada do Carregal, Pêras Ruivas - Freguesia de Seixa	Ajuste directo s/ consulta	3.559,00	29-Dez-06	3.444,00
21/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Casal do Sargaçal / Casas da Caridade - N.º S.ª da Piedade	Ajuste directo s/ consulta	313,19	19-Jan-07	550,00
22/07	Rede Viária e Sinalização - Obras de Recuperação - Execução de Muro de Gabiões - Estrada Nacional 349 - Olival	Ajuste directo s/ consulta		12-Dez-06	24.000,00
23/07	Recuperação e Beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais - Parque de Negócios de Fátima - Acesso ao Pavilhão da "Ourividro"	Ajuste directo s/ consulta		14-Fev-07	4.729,00
24/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Estrada de Fungalvaz - Alburitel	Ajuste directo s/ consulta	1.025,25	09-Fev-07	803,00
25/07	Urbanização da Sede do Concelho - Relocalização de Poste de Iluminação Pública - Rua Teófilo Braga - N.º S.ª da Piedade	Ajuste directo s/ consulta		11-Jan-07	702,34
26/07	Redes e sistemas de Abastecimento de água - ampliação e ramais domiciliários Travessa da Feira dos Cinco, lugar de Urqueira	Ajuste directo s/ consulta	2.185,60	09-Fev-07	1.906,80
27/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Ramal de 140mm - Rua da Forja, Lomba D'Égua, Fátima	Ajuste directo s/ consulta		24-Jan-07	1.075,00
28/07	Ensino Secundário e Profissional - Beneficiação e Adaptação - Reparação de Casa da Caldeira no Edifício dos Monfortinos em Fátima	Ajuste directo s/ consulta		14-Dez-06	1.600,00
29/07	Execução de By - Pass - Beco do Cemitério, Alburitel	Ajuste directo s/ consulta		29-Dez-06	304,32
30/07	Parque Linear - Alteração do Sistema de Ventilação da Cafeteria	Ajuste directo s/ consulta		27-Dez-06	4.837,89
31/07	Beneficiação de espaços florestais - Vedação da mata municipal	Ajuste directo c/ consulta	12.259,00	04-Abr-07	14.963,80
32/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Ramal de 125mm - Rua do Casal n.º 5 - Alqueidão, Seixa	Ajuste directo s/ consulta		16-Fev-07	650,00
33/07	Ampliações e ramais domiciliários na área do concelho - Lugar de Fazarga, Fátima	Ajuste directo s/ consulta		01-Mar-07	550,00
34/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Ramal de 125mm - Avenida 21 de Junho n.º 123 (Fametal) - Caxarias	Ajuste directo s/ consulta		01-Mar-07	450,00
35/07	Edifícios e outras construções - Reparação de avarias no PT do estaleiro municipal	Ajuste directo s/ consulta		26-Fev-07	580,00
36/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Ramal de 125mm na EN 349 - Vilar dos Prazeres	Ajuste directo s/ consulta		14-Fev-07	600,00



Quadro – Empreitadas lançadas em 2007 (continuação)

Proc. N.º	Designação	Tipo / Procedimento	Preço Base (€)	A adjudicação	
				Data	Vabr €
37/07	Equipamento informático - Ligação por fibra óptica entre o Edifício dos Paços de Concelho e o estaleiro Municipal - Troço C	Ajuste directo c/ consulta	10.987,76	24-Abr-07	12.306,74
38/07	Outros investimentos – Posto de Transformação da Piscina de Caxarias	Limitado s/publicação de anúncio	41.000,00	24-Abr-07	27.700,00
				25-Jun-07	1.350,00
39/07	Construção e/ou Beneficiação de Pontes e Pontões - Reconstrução do Pontão na Localidade de Marta - Rio de Couros	Limitado s/publicação de anúncio	45.918,35	29-Mai-07	55.264,62
40/07	Ramais domiciliários de esgotos - Execução de 2 ramais de 125 mm - Carregal, rua principal, freguesia de N.º. Sr.ª. Da Piedade	Ajuste directo s/ consulta	1.000,00	15-Mar-07	1.000,00
41/07	Ampliação e remodelação da rede de esgotos - Estabilização do emissário de esgotos domésticos na margem da Ribeira de Seça junto à ponte da Olaia	Ajuste directo s/ consulta		25-Mar-07	3.142,13
42/07	Ramais domiciliários de água - Ramal de 1 1/2 para rega - Rua dos namorados - Corredoura	Ajuste directo s/ consulta		25-Mar-07	462,66
43/07	Construção do Estaleiro Municipal - sistema de melhoramento do furo	Ajuste directo s/ consulta	2.824,00	07-Fev-07	2.824,00
44/07	Ramais domiciliários de esgotos - Execução de 6 Ramais - Av. Beato Nuno - Fátima	Ajuste directo s/ consulta		23-Abr-07	4.131,52
45/07	Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação e ramal domiciliário - Lugar de Casal Menino, freguesia das Matas	Ajuste directo s/ consulta	3.190,00	01-Abr-07	3.063,88
46/07	Alteração de localização de um contador, rua principal, Tomareis, freguesia de Olival	Ajuste directo s/ consulta		23-Dez-06	198,23
47/07	Infra-estruturas para distribuição da rede eléctrica - Iluminação pública da rua 13 de Maio, frente ao museu "Vida de Cristóvão"	Ajuste directo s/ consulta		29-Mar-07	4.774,36
48/07	Edifícios e outras construções no domínio público - Remodelação de valetas na Várzea do Bispo	Ajuste directo s/ consulta		11-Jun-07	2.548,20
				30-Jan-08	601,50
49/07	Ramais domiciliários de Esgotos - Execução de 2 ramais (125mm;160mm) - Estalagem D. Gonçalves - Fátima	Ajuste directo s/ consulta		15-Mar-07	1.175,00
50/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de 2 ramais 125mm (Rua Francisco Sá Carneiro) e 2 ramais 160mm (Rua Particular à Rua St.ª Teresa de Ourém) - Ourém	Ajuste directo s/ consulta		16-Abr-07	2.740,00
51/07	Edifícios e Outras Construções - Arranjo do aquecimento das Salas da EB1 de Alqueidão - N.º S.ª da Piedade	Ajuste directo s/ consulta		14-Fev-07	1.775,00
52/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramais Domiciliários - Travessa do Colégio São Miguel, Lugar de Moita Redonda - Fátima	Ajuste directo s/ consulta		01-Abr-07	3.353,10
53/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramais Domiciliários - Estrada da Pedreira, Lugar de Amoreira, Freguesia de Fátima	Ajuste directo s/ consulta		01-Abr-07	2.272,02
54/07	Ramais Domiciliários de Esgotos – Execução de Ramal 125mm (Sr. Adélio Neves) – Vilar dos Prazeres – N.º S.ª das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta		01-Abr-07	500,00
55/07	Ampliação e Ramal Domiciliário – Rua dos Depósitos, Carvoeira, Freguesia de Alburitel	Ajuste directo s/ consulta		29-Mar-07	2.387,50
56/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Rua da Subida, Lugar da Lameira, Freguesia de Fátima	Ajuste directo s/ consulta		14-Abr-07	2.636,47
57/07	Ramais Domiciliários de Esgotos – Execução de Ramal 125mm – Rua de S. Cristóvão - Freixianda	Ajuste directo s/ consulta		30-Mai-07	500,00
58/07	Ramais Domiciliários de Esgotos – Execução de Ramal 125mm – Rua Principal, Avanteira - Freixianda	Ajuste directo s/ consulta		15-Mai-07	55,00



Quadro – Empreitadas lançadas em 2007 (continuação)

Proc. N.º	Designação	Tipo / Procedimento	Preço Base (€)	Adjudicação	
				Data	Vabr €
59/07	Redes de Sistemas de Abastecimento de Água – Ampliação e Ramal Domiciliário – Rua do Vale do Rio – Vale das Antas / Urqueira	Ajuste directo s/ consulta	2.031,80	16-Abr-07	1.528,00
60/07	Edifícios e Outras Construções - Acessibilidade à EB 2-3 - Caxarias	Ajuste directo s/ consulta		Com Sr. António Carlos para análise	
61/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 160mm - Casas da Caridade	Ajuste directo s/ consulta		14-Abr-07	375,00
62/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua principal - Formigais	Ajuste directo s/ consulta		22-Jun-07	550,00
63/07	Estádio de Fátima - Criação da rede de Drenagem na zona relvada do topo sul	Ajuste directo c/ consulta	12.765,57	27-Jun-07	15.510,37
64/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua São João de Eudes / Lomba D'Égua - Fátima	Ajuste directo s/ consulta	339,3	01-Jun-07	550,00
65/07	Redes de Esgotos - Remodelação das Redes de Esgotos Domésticos e Águas Pluviais na Rua José Honório Santos Ribeiro - N.º S.º da Piedade - Ourém	Limitado s/publicação de anúncio	80.795,56	16-Jul-07	93.704,48
66/07	Mercado Municipal de Ourém - Rebaixamento das bancadas de venda de peixe	Ajuste directo s/ consulta	3.170,00	Em análise	
67/07	Ucharia do Conde - Zona Histórica de Ourém	Público	135.023,11	12-Nov-07	116.000,00
68/07	Casa do Administrador - Readaptação a Nucleo Museológico	Público	348.312,10	01-Out-07	296.999,75
69/07	Execução de Linha Subterrânea de Média Tensão em Matas - Ourém	Ajuste directo c/ consulta	15.107,40	01-Jun-07	15.107,40
70/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Beco do Roxo, Mosqueiro - Seça	Ajuste directo s/ consulta	339,3	10-Jun-07	450,00
71/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e ramal domiciliário na Rua José Rebelo (transversal), lugar de Moimento, Freguesia de Fátima	Ajuste directo c/ consulta	9.171,00	21-Ago-07	10.279,66
72/07	Ampliação e remodelação da rede de esgotos - Reparação do colector de esgotos junto à linha de água em Pêras Ruivas - Seça	Ajuste directo c/ consulta	9.616,22	21-Mai-07	9.616,22
73/07	"Beneficiação da EN 349 – Obras de Recuperação – calçadas e lancis em Ourém"	Ajuste directo s/ consulta (Artigo 136º)		18-Dez-06	33.437,50
74/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Estrada Nacional 356, Fátima Velha - Fátima	Ajuste directo s/ consulta	350	26-Jul-07	500,00
75/07	Construção de Pavilhão - Colocação de Barras Antipânico no Pavilhão Desportivo do Caneiro	Ajuste directo s/ consulta	1.230,00	05-Abr-07	1.230,00
76/07	Redes da Bacia 47 (Seça) - Ligação ao colector de Penigardos e desactivação da fossa existente	Ajuste directo s/ consulta	1.932,00	24-Mai-07	1.932,00
77/07	Arranjo de espaços públicos - Parque de estacionamento de apoio a zona escolar - Ourém	Limitado s/publicação de anúncio	117.625,91	05-Dez-07	113.000,00
78/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Travessa das Hortas - Carapita - N.º S.º das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta	383,96	16-Jul-07	520,00
79/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua Moinhos da Fazarga, Moita Redonda, Fátima	Ajuste directo s/ consulta	339,3	02-Ago-07	550,00
80/07	Construção e/ou Beneficiação de Pontes e Pontões - Pontão de Casas da Abadia - Freguesia de Caxarias	Limitado s/publicação de anúncio	44.273,31	27-Jul-07	46.949,51
81/07	Rede de esgotos - Ampliação e remodelação - Reparação do colector de esgotos domésticos na Rua do Foinho, Coroados, freguesia de Seça	Ajuste directo c/ consulta	12.134,91	20-Ago-07	14.270,84



Quadro – Empreitadas lançadas em 2007 (continuação)

Proc. N.º	Designação	Tipo / Procedimento	Preço Base (€)	Adjudicação	
				Data	Vabr €
82/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de ramal 125mm - Rio de Couros	Ajuste directo s/ consulta	350	07-Set-07	550,00
84/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de dois ramais 125mm - Rua Sagrada Família / Bloco A e B - Fátima	Ajuste directo s/ consulta	700	21-Ago-07	1.100,00
85/07	Rede Eléctrica - Ampliação e Beneficiação - Instalação de ramal provisório de abastecimento de energia ao Aeródromo de Fátima	Ajuste directo s/ consulta (Artigo 136º)	16.077,70	02-Jul-07	16.077,70
86/07	Anulação de Boca de Incêndio - Rua Casal do Azeiteiro - Pinheiro - N.º S.º da Piedade	Ajuste directo s/ consulta	89,98	31-Mai-07	89,98
87/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramais Domiciliários na Estrada dos Arneiros - Freguesia de Urqueira	Ajuste directo s/ consulta	1.552,00	27-Ago-07	1.408,87
88/07	Ramais domiciliários de Esgotos - Rua do sobreiral (Atouguia) e Lagarinho	Ajuste directo s/ consulta	700	27-Ago-07	1.040,00
89/07	Beneficiação e ampliação de Edifícios do Ensino Básico - Alpendre para a Escola do Alqueidão	Ajuste directo c/ consulta	10.658,78	15-Set-07	10.092,52
90/07	Construção e/ou beneficiação de Pontes e Pontões - Pontão das Cortes, freguesia de Espite	Limitado s/ publicação de anúncio	47.118,11	31-Ago-07	52.795,10
91/07	Urbanização da cidade de Fátima - Construção de passeios e estacionamento junto à Av. Beato Nuno	Ajuste directo s/ consulta	3.850,00	14-Jun-07	3.850,00
92/07	Beneficiação e Ampliação de Edifícios Municipais - Reparação da Cobertura do Bar Lanchonet - Ourém	Ajuste directo c/ consulta	3.792,00	28-Ago-07	3.896,00
94/07	Rede de Esgotos Domésticos - Águas Formosas / Andrés / Pisão do Oleiro - 1ª Fase	Limitado s/ publicação de anúncio	33.283,66	07-Out-04	28.982,39
95/07	Alteração de localização de boca-de-incêndio - Rua Principal / Cercal	Ajuste directo s/ consulta	190,03	09-Ago-07	190,03
96/07	Drenagem de Águas Pluviais no Limite Urbano de Caxarias - Rua dos Combatentes	Ajuste directo s/ consulta	1.470,00	12-Ago-07	1.470,00
97/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de 5 ramais 125mm (Perucha - Freixianda; Pêras Ruivas - Seica; Murtal - Atouguia; Casal Pinheiro - Freixianda e Casal de Baixo - Rio de Couros)	Ajuste directo s/ consulta	2.760,00	31-Ago-07	2.760,00
98/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Ramal na Av.º 21 de Junho em Chã - Caxarias	Ajuste directo s/ consulta	2.769,52	21-Ago-07	2.769,52
99/07	Alteração de localização de boca-de-incêndio - Rua D. Nuno Álvares Pereira - Cercal	Ajuste directo s/ consulta		27-Jun-07	470,30
100/07	Parque Linear - Reparação das Margens da Ribeira de Seica	Ajuste directo c/ consulta	10.789,32	05-Nov-07	11.181,85
101/07	Requalificação do Agrol - Projecto de execução dos espaços exteriores	Público	1.126.434,70	07-Jan-08	999.735,08
102/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua de Santo Amaro / Laranjeiras - N.º S.º das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta		07-Set-07	510,00
103/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua da Fonte Nova - Fátima	Ajuste directo s/ consulta		07-Set-07	450,00
104/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de dois ramais de 125mm em Alburitel e Cristovãos	Ajuste directo s/ consulta		07-Set-07	970,00
105/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de dois Ramais 160mm no Largo Conde Ferreira - N.º S.º da Piedade	Ajuste directo s/ consulta		07-Set-07	850,00
106/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Rua da Malhada, Lugar de Lagoa do Furadouro, Freguesia de N.º S.º das Misericórdias	Ajuste directo c/ consulta	5.577,00	05-Dez-07	5.942,35



Quadro – Empreitadas lançadas em 2007 (continuação)

Proc. N.º	Designação	Tipo / Procedimento	Preço Base (€)	Adjudicação	
				Data	Vabr €
107/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua das Fontainhas - Alburitel	Ajuste directo s/ consulta	350	23-Sep-07	500,00
108/07	Construção e/ou beneficiação de Pontes e Pontões - Ponte da Quinta da Sapateira - Ourem	Limitado s/publicação de anúncio	32.264,70	14-Nov-07	33.615,80
109/07	Requalificação do Agroal – Projecto de execução do parque de estacionamento	Público	240.106,79	Em audiência prévia de análise	
110/07	Alteração de localização de Boca-de-incêndio Rua da Escola em Pinheiro - N.º Sr.ª da Piedade	Ajuste directo s/ consulta	192,61	10-Out-07	192,61
111/07	Alteração de localização de Boca-de-incêndio - Cristóvão	Ajuste directo s/ consulta	277,38	20-Sep-07	277,38
112/07	Ampliação e Remodelação - Remodelação da Rede Predial de Esgotos Domesticos da Escola da Freixianda e Ligação ao Colector Público	Ajuste Directo c/ consulta		14-Mai-07	6.808,36
113/07	Infra-estruturas para distribuição da rede eléctrica - Execução de Linha de Média Tensão para Abastecimento de energia ao PT do Parque Aventura do Agroal - Formigais	Ajuste directo s/ consulta		20-Ago-07	5.240,84
114/07	Bens do domínio histórico, artístico e cultural - Beneficiação da muralha do miradouro dos cônegos	Limitado s/publicação de anúncio	75.217,71		61.528,35
115/07	Redes de Esgotos – Ampliação e Remodelação – Assoreamento da Linha de Água e do Sistema de Rega – Lugar da Marta – Rio de Couros	Ajuste directo c/ consulta	1.927,41	29-Fev-08	1.874,55
116/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Rua da Lapa, Lugar do Sobral, Freguesia de N.º S.ª das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta	2.208,00	24-Jan-08	2.768,25
117/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - Estrada de Fátima, Lugar da Fartaria, Freguesia de Gondemaria	Ajuste directo s/ consulta	2.226,10	18-Dez-07	2.298,36
118/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de 2 ramais 125mm - Rua da Fonte, Seça - Rua da Quinta, Atouguia	Ajuste directo s/ consulta	1.100,00	21-Out-07	1.150,00
119/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 160mm - Rua N.º S.ª do Carmo, n.º 3 / Av.ª Beato Nuno - Fátima	Ajuste directo s/ consulta	700	21-Out-07	980,00
120/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua Principal / Besteiros - Freixianda	Ajuste directo s/ consulta	550	24-Out-07	550,00
121/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 160mm em Lomba D'Égua – Fátima	Ajuste directo s/ consulta	400	07-Dez-07	480,00
122/07	Ramal domiciliário de esgotos - Execução de ramal 125m - Rua da Fonte, Sandoeira - Rio de Couros	Ajuste directo s/ consulta	350	18-Fev-08	950,00
123/07	Ramal domiciliário de esgotos - Execução de 5 ramais 125mm (2 na Rua Almirante Nunes Mata/Caxarias; Rua da Abidoeira/Caxarias; Rua Padre Feliciano Oliveira/Freixianda; Rua da Escola/Freixianda)	Ajuste directo s/ consulta	2.500,00	16-Jan-08	2.670,00
124/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de 2 Ramais (125mm;160mm) - Rua S. Vicente Paulo - Cova da Iría, Fátima	Ajuste directo s/ consulta	1.348,10	14-Nov-07	1.175,00
125/07	Ramais Domiciliários de esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua Imaculada da Conceição - Moita Redonda - Fátima	Ajuste directo s/ consulta	350	14-Nov-07	580,00
126/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Quintas / Rua Beo das Ladeiras, n.º 16 Seça	Ajuste directo s/ consulta	350	14-Nov-07	500,00
127/07	Ampliação e Remodelação da Rede de Águas Pluviais na Rua F na Zona Industrial de Casal dos Frades - N.º Sr.ª da Piedade - Ourém	Limitado s/publicação de anúncio	32.907,10	23-Jan-08	31.815,00



Quadro – Empreitadas lançadas em 2007 (continuação)

Proc. N.º	Designação	Tipo / Procedimento	Preço Base (€)	Adjudicação	
				Data	Vabr €
128/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua Dr. Pinto / Freixianda	Ajuste directo s/ consulta	350	05-Jan-08	390,00
129/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de dois ramais 160mm - Rua Santa Isabel / Fátima	Ajuste directo s/ consulta	800	07-Jan-08	1.200,00
130/07	Sistema de Drenagem de Águas Pluviais - Rua da Fonte, N.º S.º da Piedade	Ajuste Directo c/ consulta	10.921,12	Em concurso	
131/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 125mm - Rua Principal, n.º 24 - Vale Travesso - N.º S.º da Piedade	Ajuste directo s/ consulta	350	28-Dez-07	515,00
132/07	Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramal Domiciliário - EN 356, Lugar de Casal Novo, Freguesia de Atouguia	Ajuste directo s/ consulta	2.781,00	17-Jan-08	3.250,45
133/07	Construção do Jardim de Infância da Gondemaria - Trabalhos Complementares	Ajuste directo s/ consulta (Artigo 136º)	14.474,43	12-Nov-07	14.474,43
134/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 160mm - Av. D. Nuno Alvares Pereira, n.º 176 - N.º S.º da Piedade	Ajuste directo s/ consulta	800	Em análise	
135/07	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de 3 ramais 125mm - Travessa Vale do Lobo, Carapita - N.º S.º das Misericórdias	Ajuste directo s/ consulta	1.050,00	Em análise	

- Fiscalização

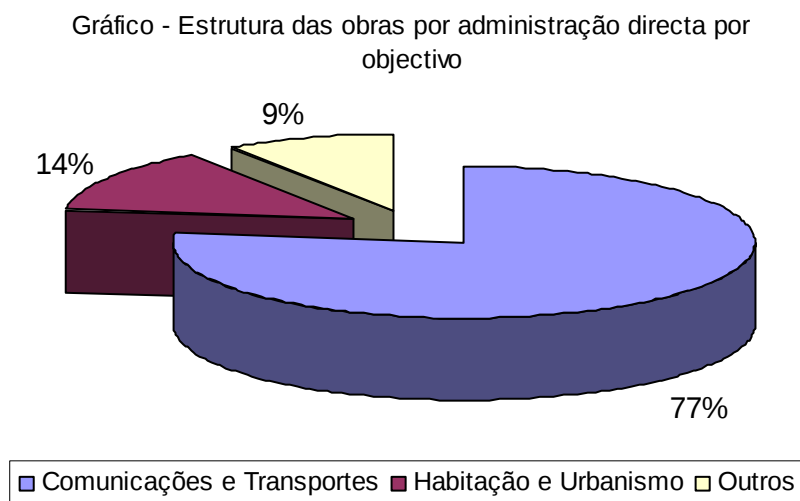
No âmbito das empreitadas referenciadas no quadro acima exposto, desenvolveram-se amplas acções de fiscalização, tendo em vista o acompanhamento das mesmas, existindo duas equipas de fiscalização compostas cada uma por um engenheiro civil e um técnico de construção civil. Importa ainda referir que, no que concerne à empreitada relativa à construção do Edifício dos Paços do Concelho, a fiscalização está a ser desenvolvida por uma empresa externa ao Município.

- Obras por administração directa

Trata esta vertente da acção da divisão das obras em que são executados os trabalhos com recurso aos meios humanos, de equipamento e de materiais do município, sendo talvez os trabalhos de beneficiação da rede viária, aqueles que mais visibilidade têm no público em geral, pela comodidade que geram na sua utilização e pela qualidade com que são realizados, dada a experiência que neste domínio tem vindo a ser acumulada ao longo dos anos.



Estruturalmente, 76% dos trabalhos executados por administração directa reportam-se ao objectivo “Comunicações e Transportes”, sendo 9% relativos às “Instalações Municipais”, conforme se pode observar no gráfico abaixo apresentado.



2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos

Esta divisão, tem como principal missão realizar ou acompanhar o desenvolvimento por equipas exteriores aos serviços da Autarquia, de estudos e projectos em consonância com o interesse do município. Assim, enumeram-se os mais significativos:

- Edifícios e interiores (arquitectura):
 - o Elaboração de estudo prévio da escola do Olival;
 - o Elaboração de estudo prévio do Jardim de Infância de Seiça;
 - o Alteração do projecto da Creche de Ourém para candidatura;
 - o Elaboração do projecto de Segurança Contra Incêndios de edifício para a Creche de Ourém;
 - o Projecto de alterações para a escola do ensino básico de Ourém (escola 16 salas);
 - o Estudo Prévio da ampliação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Boleiros (4 salas), Fátima;



- o Estudo Prévio da ampliação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Lomba d' Égua (4 salas), Fátima;
 - o Estudo Prévio da ampliação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Moita Redonda (4 salas), Fátima;
 - o Estudo Prévio do Complexo Escolar de Casal de Bernardos (3 salas de aulas + 2 salas de infância);
 - o Alteração do estudo prévio do Complexo Escolar de Ourém (4 A.T.L.+ 10 salas de aula + 2 salas de infância);
- Planeamento e desenho urbano:
 - o Elaboração do estudo prévio dos arranjos exteriores do cemitério do Olival;
 - o Arranjo da envolvente do prédio da Jular em Fátima;
 - o Elaboração de layout para as placas de toponímia do concelho ;
 - o Projecto para o acesso ao Vale de Aveleira;
 - o Elaboração do estudo prévio do Complexo Escolar da Freixianda;
 - o Projecto para Parque Infantil no loteamento da Caridade;
 - o Projecto para Parque Infantil na escola do ensino básico de Espite;
 - o Projecto de escadas exteriores no Mercado Municipal de Ourém;
 - o Estudo prévio do arranjo Urbanístico da Praça do Município "Plessis-Trévisse" de Ourém.

2.3.2.4 – Divisão de Ambiente

Sector de Águas e Saneamento – Subsector Água

- Gestão do sistema de abastecimento de água

Na área do Município de Ourém, o abastecimento de água está concessionado à empresa CGEP desde 1996. Em 2005, verificou-se um aditamento ao contrato inicial, o qual prorrogou por mais 5 anos o período da concessão, transferindo-se simultaneamente para a concessionária responsabilidades em matéria de investimento. Consequentemente, o actual contrato vigora até 2027.



Para o ano de 2006, estava previsto, em resultado do aditamento ao contrato de concessão, um investimento da concessionária de 6.191.592 euros, valor que resultou da acumulação de investimento previsto e não realizado em 2005. Contudo, em 2006, a concessionária apenas investiu 242.727 euros e, em 2007 1.258.999 euros, conforme o quadro que se segue:

Quadro – Valor de investimento no âmbito do contrato de concessão

uni:euro		
Ano	Valor Previsto no Anexo E-1 do Aditamento ao Contrato de Concessão	Valor realizado
2005	1.815.000	0
2006	6.207.760	242.727
2007	7.520.368	1.258.701

Consequentemente, em conformidade com o definido no artigo 86^a do Aditamento ao Contrato de Concessão, o montante de investimentos previsto e não realizado transita para o Programa Anual do ano seguinte (sujeito a actualização dos valores).

O montante total adjudicado foi na ordem de 1,8 milhões de euros, dos quais se realizaram aproximadamente 69% dos trabalhos. Estas obras reportam-se, principalmente à necessidade de remodelar as redes de abastecimento mais antigas, nomeadamente Ourém e Fátima, não apenas em resultado de degradação das mesmas, mas também pelo subdimensionamento que as mesmas apresentam, factores dos quais resultam diversas rupturas e frequentes queixas de falta de pressão expostas pelos munícipes.



Quadro – Investimento efectuado pela concessionária

Sistema	Designação	Extensão da rede (m)	Valor adjudicado (€)	Valor realizado (€)
Caridade	Renovação da rede distribuidora na Rua 1º Dezembro	1.100	70.159,73	29.952,48
	Renovação de troços da rede adutora e/ou distribuidora na EN 349 (Espite/Cruz.Pinheiro)	5.575	422.433,80	255.262,73
	EN 113 - Jardins de São Miguel	320	70.939,14	0,00
	Av. Bombeiros Voluntários	1.210	96.818,68	17.711,16
	Rotunda de Pinhel		6.927,55	7.288,05
	Favacal	906	14.003,01	13.872,32
	Quinta do Vale	20	944,19	944,21
	Renovação da rede de distribuição de ambos os lados da estrada de Minde	4.500	310.040,24	158.716,64
Fátima	Renovação da rede distribuidora na R. Santa Joana Princesa e Santa Isabel (parte)	300	18.007,99	6.054,97
	Rua 13 de Maio	500	27.341,74	25.546,32
	Rua Aljustrel e Rua Pastorinhos	1.960	121.323,13	52.813,14
	Rua da Cooperativa e Estrada da N.ª S.ª da Ortiga	1.679	124.358,70	104.157,07
	Rua S. João Baptista	1.773	120.320,85	137.555,01
	Rua Forja e Rua Fonte Nova	1.623	115.154,77	141.781,07
	Rua Chões	1.533	122.941,70	125.008,11
	Rua Padre António	1.235	117.901,42	122.968,63
Caxarias	Rede de distribuição na Chã	1.656	50.168,29	49.969,19
	By-pass no reservatório da Carveira e colocação de uma válvula redutora de pressão		9.100,00	9.100,00
TOTAL		25.890	1.818.884,93	1.258.701,10

- Sistema em alta

O sistema de abastecimento de água na área do Município de Ourém possui cerca de 101 Km de rede para Adução (rede que se destina a abastecer os reservatórios, após ter sido submetida ao tratamento adequado nas ETAs).

Captações

O Município dispõe actualmente de 24 captações de água subterrânea activas, das quais 20 são exploradas pela concessionária para consumo público e as restantes são utilizadas pelo Município para rega ou uso industrial.

Armazenagem - Reservatórios



O sistema é constituído por 84 reservatórios, com uma capacidade total de 15.035 m³.

Qualidade da Água

No que concerne à análise de água do abastecimento, a concessionária realizou regularmente análises em vários pontos de entrega, de modo a monitorizar e controlar a qualidade da água, tendo os resultados sido publicados trimestralmente, em conformidade com a alínea h) do artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro.

Neste âmbito, a concessionária manteve um estreito relacionamento com a Delegação de Saúde de Ourém, não tendo havido necessidade de proceder a nenhum corte de abastecimento de água por falta de qualidade da água distribuída.

Em 2007, a concessionária manteve o Plano de Manutenção reforçando o acompanhamento das estações de desinfecção e correcção do pH, com o intuito de melhorar os sistemas de tratamento de água.

- Sistema em baixa

A rede total do sistema em baixa estende-se por cerca de 856 Km de distribuição. A taxa de cobertura é de aproximadamente 100%, estando disponível o acesso à rede de água em todas as povoações existentes na área do Município.

Reclamações relativas ao abastecimento de água

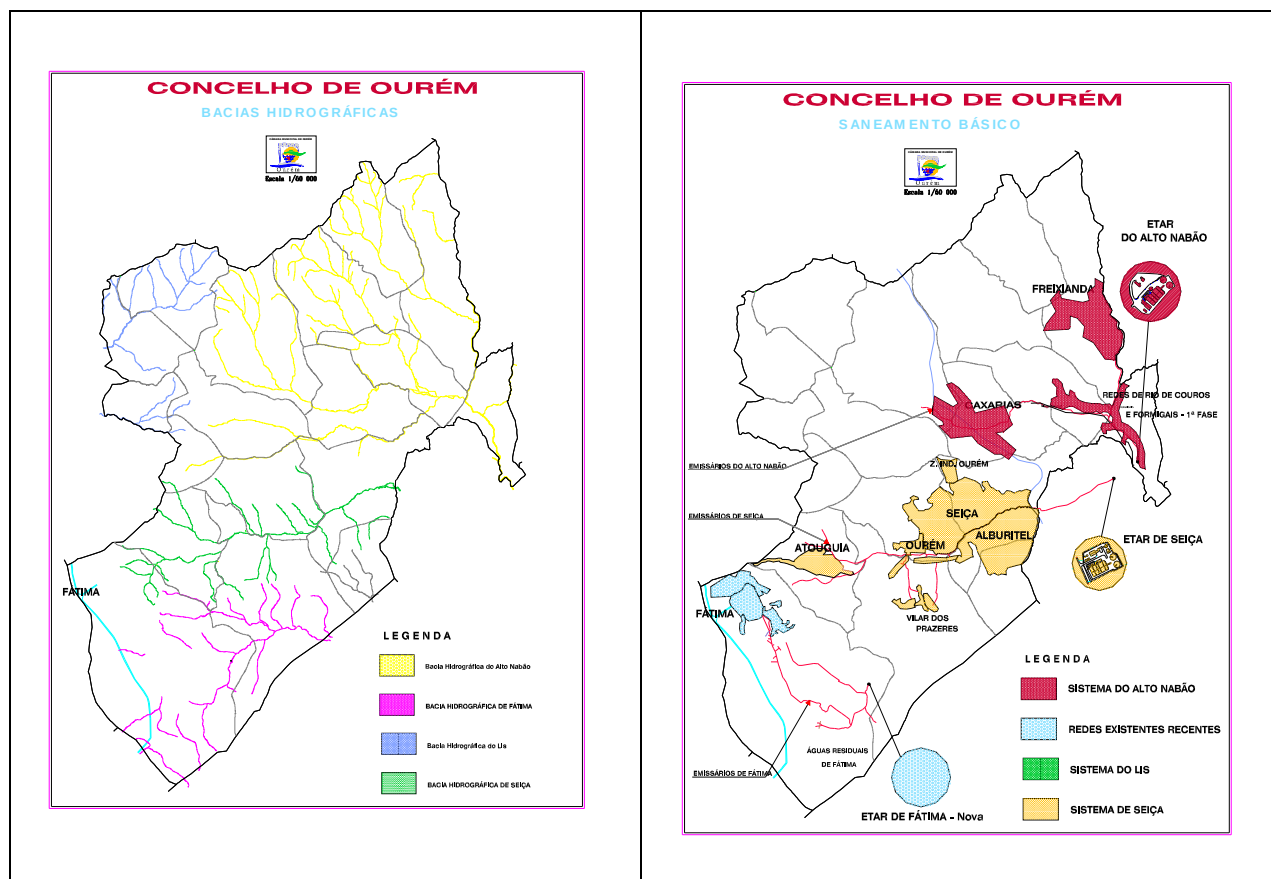
Maioritariamente, as reclamações ocorridas relativas à rede de abastecimento de água reportam-se a problemas de falta de pressão e/ou cortes esporádicos no abastecimento motivados por rupturas acidentais na rede. As reclamações tiveram particular incidência em clientes situados nos sistemas de Caxarias, Olival, Urqueira e Fátima.



Sector de Águas e Saneamento – Subsector Saneamento

A área do Município de Ourém é constituída, basicamente, por quatro bacias (regiões ou zonas em que as linhas de água convergem todas para o mesmo lugar ou linha de água mãe: Bacia Hidrográfica do Alto Nabão; Bacia Hidrográfica de Fátima; Bacia Hidrográfica do Lis e Bacia Hidrográfica de Seiça.

Mapa – Bacias Hidrográficas



A rede de esgotos ou rede em baixa dispõe de uma extensão de 194.754 metros, apresentando uma taxa de cobertura da população de aproximadamente 55,5%.

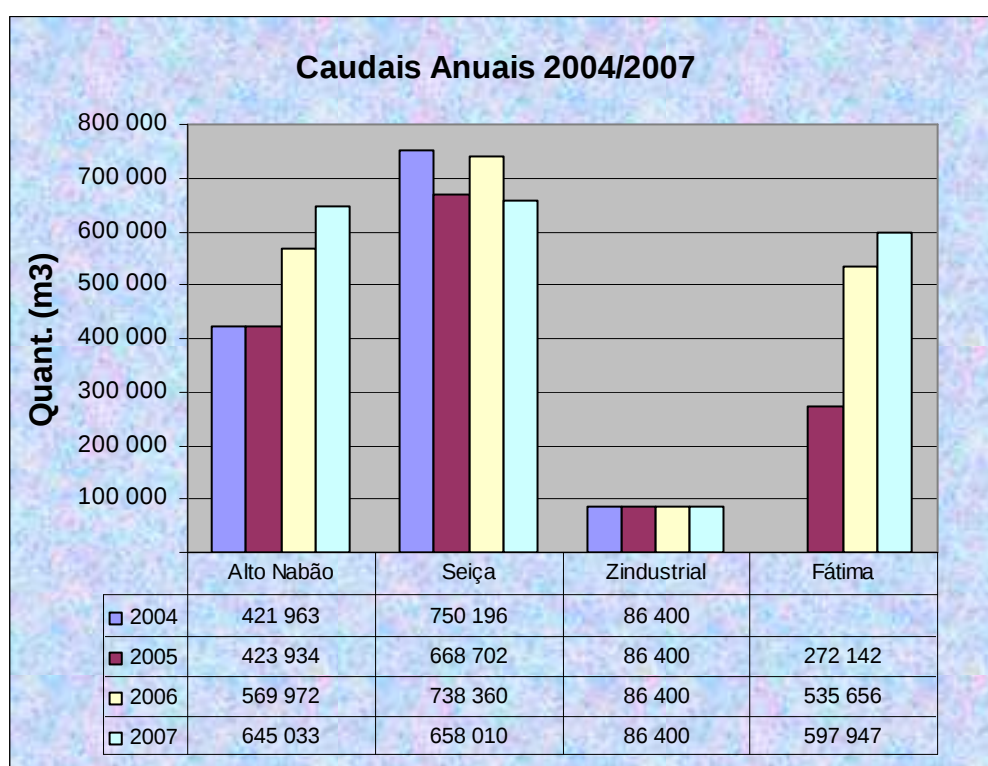
A empresa SIMLIS, S.A é responsável pelo sistema em alta na freguesia de Fátima, incluindo os emissários das freguesias de Cercal, Espite e Matas.



- ETAR's

Em Junho de 2005 entrou em funcionamento a ETAR de Fátima (Vale Cavalos) a qual está à responsabilidade da SIMLIS S.A. As ETAR's do Alto Nabão, Seiça e Zona Industrial estão a cargo da Ambiourem E.M.

Gráfico – evolução dos caudais por ETAR em m³



No que concerne à ETAR do Alto Nabão, constata-se um aumento do caudal em 11,6%, face ao volume verificado no ano anterior. Contudo, será de referir que não se verificou a construção de quaisquer novas redes neste sistema, pelo que o valor apresentado deveria estar significativamente mais próximo do verificado anteriormente.



Relativamente à ETAR de Seiça, regista-se uma diminuição do caudal obtido, eventualmente associado à diminuição da pluviosidade verificada ao longo de 2007, circunstância que indicia a ocorrência de uma forte infiltração.

Na ETAR de Fátima, verifica-se um aumento progressivo do caudal, o qual estará relacionado com a entrada em funcionamento de várias sub-bacias da Bacia 49B, quer em 2006, quer em 2007.

Será de referir que o sistema de Fátima, a cargo da SIMLIS, tem custos demasiado elevados quando comparados com a Ambourém, respectivamente 0,50 euros/m³ e 0,12 euros/m³, embora no que concerne à tarifa da empresa municipal devam ser acrescidos os encargos referentes às amortizações correspondentes ao investimento inicial efectuado pelo Município de Ourém.

- Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)

No decurso de 2007, entraram em funcionamento quatro novas EEAR's, as quais permitiram a entrada em funcionamento da rede de Vilar dos Prazeres e três sub-bacias da Bacia 49B em Fátima, designadamente as sub-bacias 9, 10 e 12.

- Redes de saneamento

Desde finais de Março de 2005, a empresa municipal Ambourém é responsável pela manutenção das redes de saneamento de esgotos domésticos, permanecendo a manutenção de águas pluviais a cargo da autarquia.

- Limpeza, desobstrução e desratização das redes de esgotos

No decurso de 2006, foram efectuadas acções de desratização nas redes existentes, nomeadamente em Ourém e Fátima, circunstância que não se verificou em 2007. Deste modo, deverá ser necessário promover o desenvolvimento de desratizações e desbaratizações no decurso de 2008.



A limpeza e desobstrução de colectores incidiu com maior frequência nas redes mais antigas (Fátima, Ourém e Vilar dos Prazeres).

- Ramais de esgotos – ligação de ramais domiciliários

Por observância dos dados existentes, constata-se que há uma larga maioria de potenciais utilizadores do sistema de saneamento que ainda não procederam à ligação, embora esta seja uma obrigatoriedade dos municípios.

- Redes de águas pluviais

As redes de águas pluviais em zonas urbanas são praticamente inexistentes. À excepção das redes de Ourém e Fátima, as redes de Caxarias e Freixianda são de reduzida dimensão.

Numa parte significativa das redes, constata-se problemas de escoamento, resultantes essencialmente do facto de terem sido construídos imóveis e muros, sobre linhas de água.

Em Fátima o problema é mais complexo, pois o túnel existente já não suporta um aumento do caudal de águas pluviais. Para estudar a remodelação desta rede foi adjudicado ao consórcio de empresas Atkins e Hidra o “Projecto de Águas Pluviais de Fátima” pelo valor de aproximado de 218 mil euros.

Sector de Higiene e Limpeza

- Gestão do Sistema de Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's Indiferenciáveis e Recicláveis e Limpeza Urbana

Esquematização dos sistemas:

➤ Sistema em Baixa

A limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU's) até à Estação de Transferência da Gondemaria (ETG) é efectuada pela empresa STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda., actualmente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. A recolha e transporte de resíduos de grandes dimensões



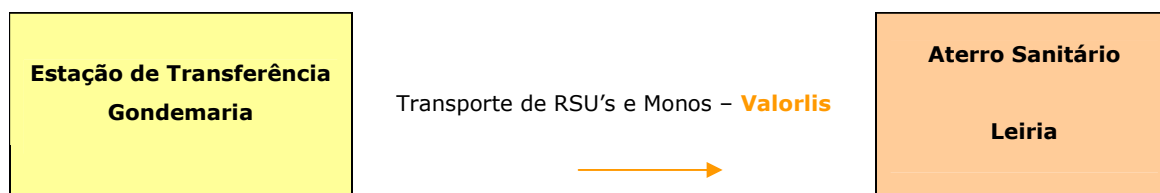
(monstros/monos) até ao Ecocentros da Gondemaria é desenvolvido pela Ambiourem – Gestão de Espaços Verdes e Inserção, E.M.



No decorrer dos anos, a área de limpeza urbana tem vindo a aumentar, em resultado da expansão dos núcleos urbanos. Consequentemente, em 2004, ocorreu a necessidade de proceder à elaboração de um novo contrato de limpeza urbana com a entidade STL, estabelecendo uma extensão base de varredura de 205 Km por mês. Adicionalmente, este contrato permite aumentar ou diminuir a extensão mensal de varredura de limpeza urbana, de acordo com o aumento e diminuição das áreas urbanas e da variação populacional. Em 2006 foi incluída a limpeza do Parque Linear, passando a extensão total para os 207,19Km.

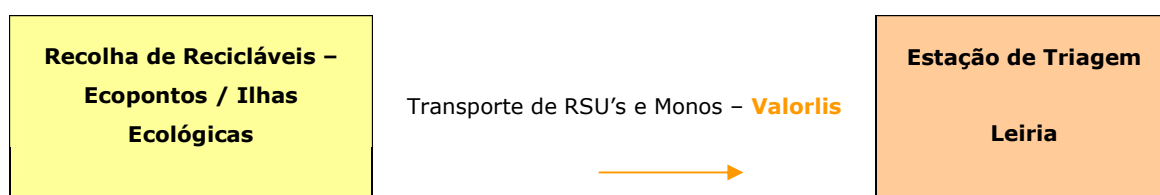
➤ Sistema em Alta

O transporte e tratamento de RSU's desde a ETG até ao Aterro Sanitário em Leiria é efectuado pela Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.



➤ Sistema da Recolha Selectiva

A recolha, transporte e valorização dos resíduos recicláveis até à Estação de Triagem de Leiria está a cargo da Valorlis, S.A.



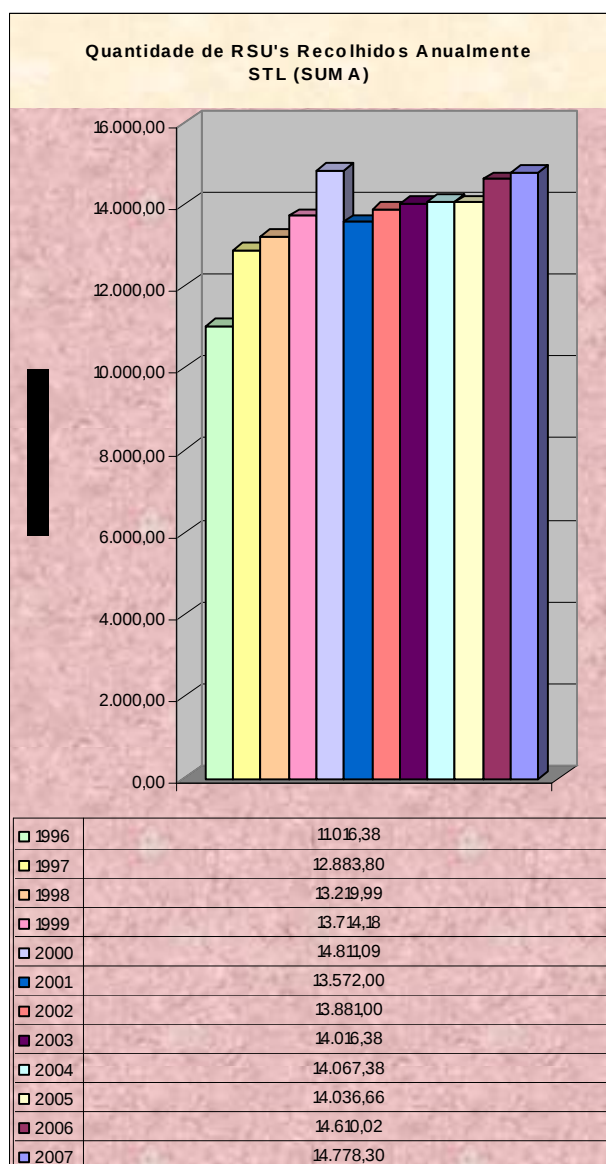


➤ Sistema de Resíduos Industriais e Fluxos Prioritários de Resíduos

Este sistema respeita à recolha de óleos usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas e acumuladores, resíduos de construção e demolição, ...)

• Produção/Recolha de RSU's

Gráfico – Quantidade de RSU's recolhidos



Verifica-se que a produção de RSU's tem vindo a evoluir a um ritmo considerável nos anos mais recentes.

O ano de 2007 assinala uma variação absoluta positiva de 168,28 toneladas, ou seja, um crescimento na ordem dos 1,2%.

No entanto, será de referir que não estão incluídos os RSU's relativos ao Santuário de Fátima, os quais foram na ordem dos 455,98 toneladas.

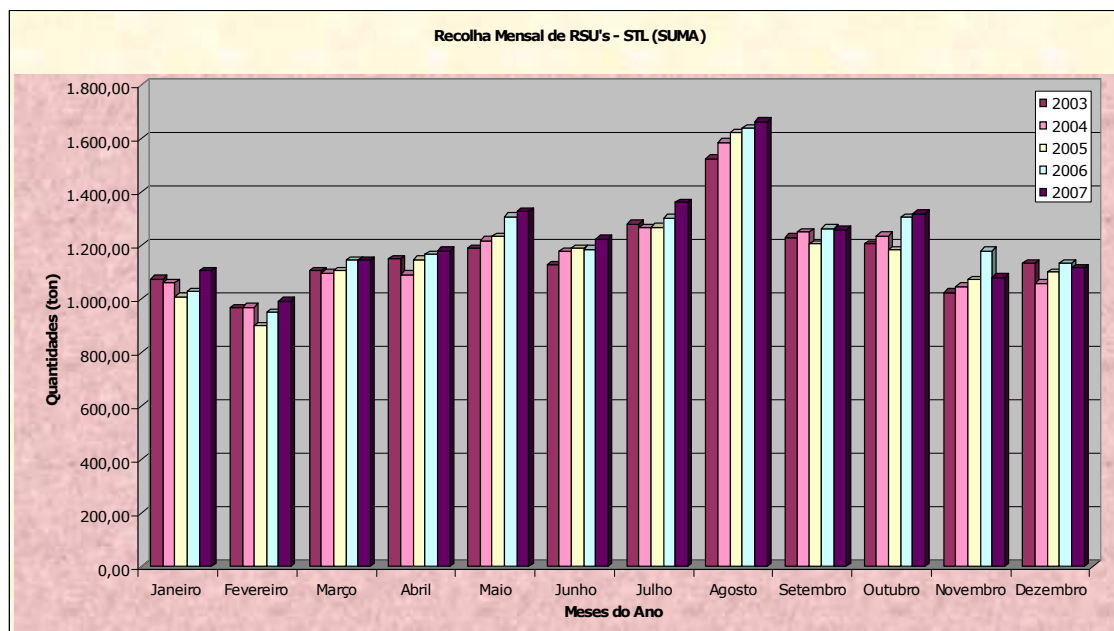
Deste modo, considerando o volume relativo ao Santuário, a variação positiva será na ordem de 4,3%.

O volume de RSU's objecto de tratamento pela Valorlis, situou-se em 15.275,38 toneladas, ou seja, 497,08 toneladas superior ao volume transportado pela SUMA,

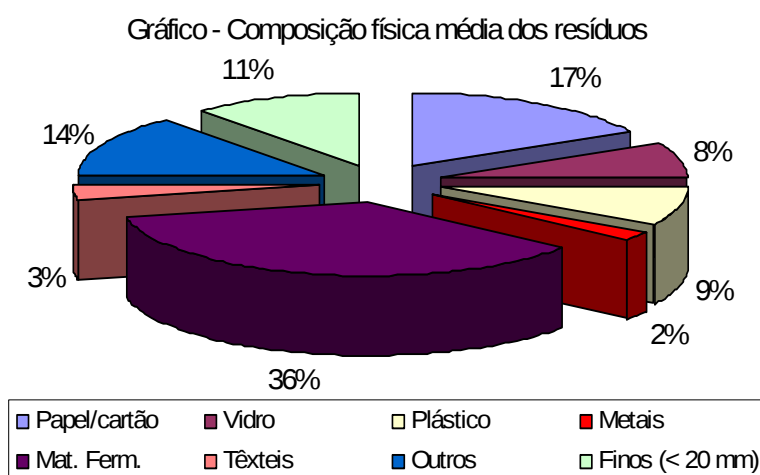


circunstância que reflecte os resíduos volumosos (monos), recolhidos pela Ambiorém e entregues no Aterro Sanitário de Leiria para tratamento.

Gráfico – Volume de recolha mensal de RSU's pela SUMA



Através da análise mensal, verifica-se que o mês de Agosto (período de maior fluxo de peregrinos e de regresso dos emigrantes) continua a registar o maior volume médio mensal de produção de resíduos sólidos.



No que diz respeito à composição física dos resíduos, 36% respeitam a materiais fermentáveis, 17% a papel/cartão, 14% a finos, 9% a plástico, 8% a vidro e 17% a diversos.



Quantidade/manutenção de contentores

A manutenção dos contentores é assegurado pela empresa SUMA, conforme estabelecido contratualmente. Em 2007 disponibilizaram-se 2.527 contentores conforme o quadro seguinte:

Quadro – contentores por tipologia e freguesia (2007)

Freguesias	Quantidade e Tipologia dos Contentores (2007)							
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	TOTAL
N.ª. Sr.ª Piedade	153	118	11	14	0	39	11	335
N.ª. Sr.ª Misericórdias	54	72	15	22	7	42	0	212
Fátima	311	139	1	6	4	25	12	486
Caxarias	31	63	9	7	0	18	0	128
Olival	29	80	8	10	0	17	0	144
Gondemaria	13	37	7	7	0	5	0	69
Seiça	32	69	17	5	0	32	0	155
Alburitel	24	23	5	2	0	7	0	61
Atouguia	41	75	2	0	2	23	0	143
Cercal	9	26	0	2	0	6	0	43
Formigais	4	29	3	0	0	4	0	40
Rio de Couros	25	49	6	20	0	29	0	129
Urqueira	30	44	1	2	0	14	0	91
Matas	5	26	1	0	0	15	0	47
Espite	17	52	1	2	0	27	0	99
Casal dos Bernardos	9	59	8	7	0	10	0	93
Freixianda	31	91	19	14	0	64	0	219
Ribeira do Fátio	9	14	2	3	0	5	0	33
TOTAL GERAL	827	1066	116	123	13	382	23	2527

Periodicidade de Recolhas

Nos centros urbanos de Ourém e Fátima a recolha é efectuada diariamente, excluindo os domingos e feriados no que concerne a Ourém. Nos restantes pontos do município a recolha é efectuada, em regra, duas vezes por semana.

Recolha consignada



Em 2005 foi implementada a recolha consignada, a qual respeita aos contentores adicionais disponibilizados de forma directa a uma entidade singular ou colectiva, situação que se manteve em 2007.

Recolhas especiais – monos

O regulamento municipal inclui na categoria de “monos” ou “monstros”, todos os resíduos volumosos e/ou pesados , como electrodomésticos ou móveis que não podem nem devem ser colocados nos contentores existentes para a recolha indiferenciada de RSU's.

A recolha é efectuada pela empresa municipal Ambiourem, após solicitação do utente detentor do resíduo, sendo proibida a sua deposição na via pública ou em qualquer outro espaço público, com excepção dos casos em que foi dado prévio consentimento, com vista à sua posterior recolha. Verifica-se que os munícipes não solicitam este serviço com a frequência desejada, sendo prática corrente a sua deposição sem aviso na via pública, ao arrepio do estipulado.

No ano de 2007, a Valorlis deixou de cobrar ao peso a entrada na ETG deste tipo de resíduos que podem ser valorizados na maior parte das situações.

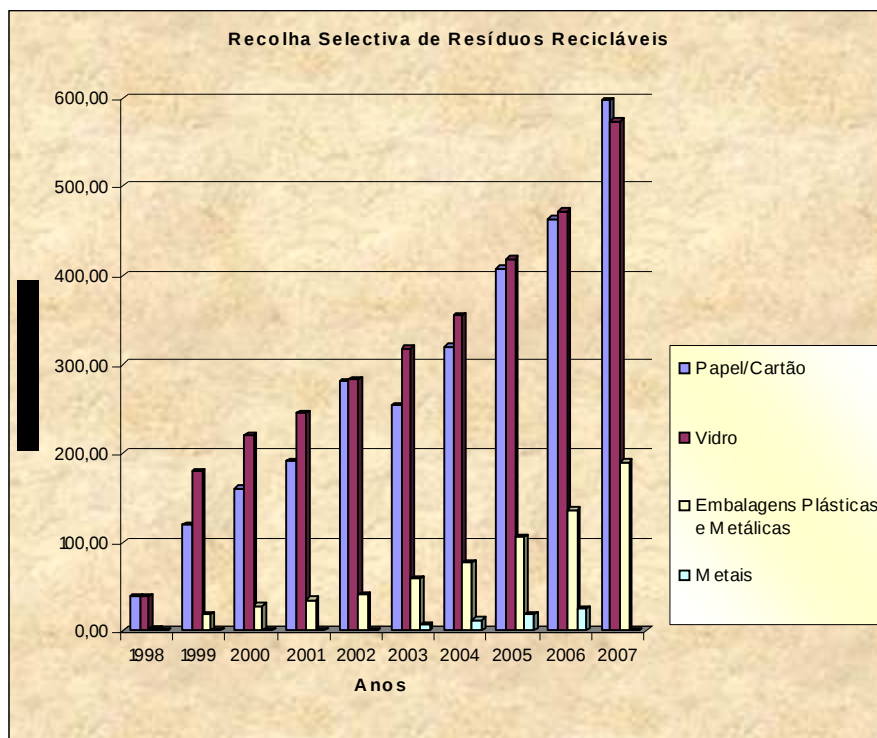
Recolha de recicláveis

No que concerne ao volume da recolha de recicláveis, tem-se assistido a um crescimento progressivo das quantidades.

Nos últimos tempos, têm-se disponibilizado novos sistemas de deposição de resíduos (contentores subterrâneos ou “ecotainers” de 3.000 litros), particularmente nas zonas urbanas das cidades de Ourém e Fátima. Este sistema tem a vantagem de tornar as ruas mais limpas e os contentores mais enquadrados. Note-se a existência de 86 ecopontos e 21 ilhas ecológicas.



Gráfico – Evolução da recolha de recicláveis (1998/2007)



Em relação à periodicidade das recolhas, esta é efectuada em conformidade com o seguinte quadro:

Quadro – Periodicidade da recolha de resíduos recicláveis

	Papel/Cartão		Embalagens		Vidro
	Periodicidade	Dias	Periodicidade	Dias	Periodicidade
Ourém	3 vezes/semana	2.ª, 4.ª e 6.ª feiras	2 vezes/semana	3.ª e 6.ª feiras	3 em 3 semanas
Fátima	3 vezes/semana	2.ª, 4.ª e 6.ª feiras + reforço 5.ª feira	2 vezes/semana	3.ª e 6.ª feiras + reforço 5.ª feira	2 em 2 semanas
Resto do Município	1 vez/semana	5.ª feira + reforço 3.ª feira (Caxarias)	1 vez/semana	5.ª feira	3 em 3 semanas

Resíduos Industriais e fluxos prioritários de resíduos



Este sistema está relacionado com a gestão dos óleos usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas e acumuladores, resíduos de construção e demolição, entre outros.

No ano de 2006, iniciou-se a tentativa de solucionar a problemática associada a este tipo de resíduos. No ano de 2007, continuou-se o trabalho iniciado em 2007, sendo analisados os projectos de gestão de resíduos, durante a fase de licenciamento de obra ou de licenciamento de actividade.

Sector do Ambiente e Espaços Verdes

- Limpeza de Matos

A partir de 5 de Maio de 2005 entrou em funcionamento um serviço de atendimento ao público (todas as quintas-feiras), tendo este permanecido em 2007. Este serviço presta apoio e esclarecimentos nas áreas da limpeza florestal, redução do risco de incêndio, pareceres no âmbito da arborização e reflorestação, queimas, queimadas e fogo controlado e participação e encaminhamento de processos de planeamento e ordenamento dos espaços rurais e florestais. Complementarmente, desenvolve acções de sensibilização florestal junto das populações, com o intuito de dinamizar a limpeza da vegetação herbácea e arbustiva em torno das edificações, protegendo-as durante a época estival dos incêndios florestais.

- Gestão Ambiental

Neste contexto, continuaram a desenvolver-se acções de fiscalização ambiental, não só tendo em vista a dissuasão e o levantamento dos “crimes ambientais”, mas também procurando, de forma pedagógica, alterar as práticas e hábitos dos munícipes, sempre que estas não se coadunem com as mais elementares regras de um desenvolvimento ambiental equilibrado e sustentável.

- Gestão de Espaços Verdes



A manutenção dos espaços verdes é desenvolvida, desde 5 de Julho de 2004, pela empresa municipal Ambieurém, a qual intervém, inclusive, nos jardins afectos aos edifícios escolares.

- Sensibilização ambiental

A empresa SUMA aplica 1% das receitas provenientes do Município de Ourém para a realização de acções de sensibilização e educação ambiental. Deste modo, o Plano Estratégico de Intervenção de 2006/2007 previa as seguintes campanhas:

- a) Lixoteca itinerante (“O glorioso percurso da lixotexa”);
- b) Operação STOP à indiferença;
- c) Eco-códigos;
- d) Acessórios Auto.

A Lixoteca Itinerante visitou os alunos dos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico, nos Estabelecimentos de Educação e Ensino da rede pública do Ministério da Educação no Município de Ourém, no período de 5 a 23 de Fevereiro de 2007. Em simultâneo decorreu a Operação STOP à Indiferença que pretendeu ser um complemento à Lixoteca e, em simultâneo, disponibilizar um instrumento de sensibilização/intervenção aos discentes e docentes, para que eles possam responsabilizar os cidadãos para a adopção de comportamentos mais assertivos. A campanha Eco-Códigos e Acessórios Auto transitou para o ano de 2008.

A Valorlis, durante o ano de 2007, deu continuidade à Campanha de Sensibilização da população dos seis concelhos, no âmbito da temática da separação dos resíduos domésticos para reciclagem, tendo insistido não só no aumento da quantidade de materiais depositados no ecoponto, como na melhoria de qualidade dessa deposição.

A campanha de 2007 foi especialmente dedicada à mudança da colocação das embalagens de alimentos líquidos (ECAL), do ecoponto azul para o amarelo, numa grande campanha designada “Agora o Leite é Amarelo”.

Assim, foram desenvolvidas várias acções neste âmbito:



- a) Orientação de 7 Visitas de Estudo ao Aterro Sanitário de Leiria, provenientes da área do Município de Ourém, envolvendo 296 participantes;
- b) I Acção de Sensibilização na Valorlis para uma escola do Município de Ourém envolvendo 42 participantes;
- c) No âmbito da Campanha “Agora o Leite é Amarelo”, foi promovido em concurso em que os alunos do 1º, 2.º e 3º ciclos dos seis municípios da área de intervenção da Valorlis, desenvolveram um desenho alusivo ao tema da reciclagem. As escolas do 3º ciclo e ensino secundário foram convidadas a realizar um filme tendo como tema a Recolha Selectiva de embalagens, onde participaram 3 escolas da área do Município de Ourém com 10 filmes;
- d) A Valorlis convidou todos os Lares e Centros de Dia da região a realizar um presépio com materiais reutilizáveis. Relativamente à área do Município de Ourém, participaram 4 presépios que estiveram expostos na Biblioteca Municipal de Ourém durante a época festiva de Natal/Ano Novo.

2.3.3 – Divisão de Educação Desporto e Cultura

- Educação



Comemoração do “Dia Mundial da Criança”

Esta comemoração tem sido realizada todos os anos, por altura do dia 1 de Junho, procurando envolver todas as crianças do Pré-Escolar e do 1º Ciclo. Em 2007 procedeu-se à distribuição de lembranças a todas as crianças do Pré-Escolar e do 1º Ciclo.



Festival de Música Inter-Escolas



O Festival de Música Inter-Escolas é um evento que procura envolver as crianças e jovens de todos os níveis de ensino, numa actividade lúdica de grande impacto junto das crianças, das respectivas famílias e dos docentes. Organizados por escalões etários, os estudantes das várias escolas têm assim oportunidade de mostrar em público as suas capacidades vocais e interpretativas, o que contribui para a sua formação integral e, por vezes, para a descoberta de bons valores artísticos.

A exemplo do sucedido no ano anterior, o festival realizou-se em Ourém (escalões D e E) e Fátima (escalões A, B e C), o que se revelou adequado, já que os alunos mais velhos envolvem um menor número de assistentes, o que é comportável no Cine-Teatro Municipal de Ourém; o público que assistiu ao espectáculo dos escalões A, B e C (pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo) seria incomportável no Cine-Teatro de Ourém, pelo que continua a ser necessário realizar este espectáculo no Centro Pastoral Paulo VI.



A exemplo do ocorrido no ano anterior, a apresentação dos participantes dos escalões A, B e C foi efectuada com recurso a uma parolha de palhaços, acção esta que conferiu um maior dinamismo ao espectáculo.

Carta Educativa

Este capítulo revestiu-se de particular complexidade, tendo em conta que os dados tratados pela empresa PROGITAPE ficaram desactualizados.



Em negociações com os serviços do Ministério da Educação (DREL), com os agrupamentos de escolas e com as Juntas de Freguesia, foi completamente reconfigurada a organização dos agrupamentos de escolas da área do Município de Ourém, o que implicou um trabalho árduo de cálculos e reconfigurações dos mapas e dados sobre os estabelecimentos educativos e populacionais.

Finalmente, após várias alterações de fundo resultante de discussões em sede de Executivo Municipal, de Conselho Municipal de Educação e de Assembleia Municipal, a Carta Educativa do Municípios de Ourém foi aprovada, tendo sido homologada em 29 de Novembro de 2007 por despacho da Senhora Ministra da Educação.

Assembleias de Escola

Por nomeação do Executivo Municipal, o Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Cultura integra as assembleias de todos os agrupamentos escolares existentes na área do Município de Ourém, em representação da autarquia.

Serviços de Apoio à Família

No âmbito do desenvolvimento da educação pré-escolar, foram criados os serviços de apoio à família, tendo como objectivo criar condições para o alargamento de horário e o fornecimento de refeições às crianças daqueles estabelecimentos educativos.

Celebrado um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Segurança Social e a Autarquia, efectua-se anualmente a candidatura para a realização destes serviços e posterior transferência, por parte da DREL, das verbas correspondentes aos mesmos. Os serviços de apoio à família estão activos em todos os 39 jardins de infância existentes na área do Município de Ourém. No sentido de regularizar todos os serviços e garantir a sua qualidade, o Executivo Municipal deliberou celebrar protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social e com outras associações legalmente constituídas. Também a necessidade de instalações levou a autarquia a solicitar a algumas associações, Freguesias e igrejas, a cedência,



mediante protocolo, das instalações necessárias à prossecução dos Serviços de Apoio à Família.

Serviços de refeições para o 1º ciclo

No início do ano lectivo 2005/2006, foi apresentada candidatura à DREL para implementação de serviços de refeições para o 1º ciclo, tendo esta sido aprovada. O sistema de refeições do 1º ciclo foi desenvolvido em articulação com as entidades com as quais já existiam protocolos para os Serviços de Apoio à Família do Pré-Escolar.

No decurso deste processo, introduziu-se ainda uma vertente de apoio às crianças carenciadas, de acordo com os normativos recebidos da DREL. No âmbito deste processo, todos os alunos do 1º ciclo passaram a pagar as refeições, em consonância com as condições já praticadas nos outros ciclos de educação (1,38€), sendo o custo restante assumido em partes iguais pelo Município e pela DREL (0,56€ por cada entidade). Relativamente a este assunto, foi ainda prevista a atribuição do pagamento de refeições a alunos carenciados (Escala A – 1,38€; Escala B – 0,69€), valores que o Município assume.

Com a participação de várias entidades (IPSS, Associações de Pais, Freguesias e Verourém), o serviço de refeições para o 1º ciclo está presente em toda a área do Município de Ourém.

Internet nas Escolas

Durante o ano de 2005, foi preparado todo o processo de migração das ligações Internet das escolas para Banda Larga, assim como a proposta de ligação de redes informáticas internas nas escolas, de forma a permitir a ligação de todas as salas através de uma única ligação. Este processo prolongou-se para o ano de 2006. Em 2007, todas as escolas do 1º ciclo, dispuseram de equipamentos com acesso à Internet, cuja gestão foi mantida pelos técnicos informáticos da autarquia.

Candidatura ao POS_ Conhecimento



Foi apresentada, ainda em 2004, candidatura ao POS_Conhecimento (anterior POSI), para instalação, em todos os jardins de infância da rede pública na área do Município de Ourém, de computadores e impressoras, assim como a aquisição de software educativo.

As aquisições foram concluídas no decurso de 2006, tendo-se apresentado todos os documentos de despesa, recibos, relatório final e pedido de pagamento à estrutura nacional do POS_Conhecimento durante o ano de 2007. Neste âmbito será de referir que a autarquia ainda não recebeu a comparticipação a que tem direito, no âmbito do programa POS_CONHECIMENTO, no valor de 29.106,62 euros.

Controlo alimentar

Com a colocação na DEDC de uma técnica de controlo alimentar, tem sido efectuado um acompanhamento do processo de controlo da qualidade alimentar dos serviços de apoio à família e das cantinas escolares, assim como a concepção de documentos de apoio e sugestões de ementas, conducentes à segurança e ao equilíbrio alimentar das crianças.

Os procedimentos relacionados com este acompanhamento são contínuos, sendo analisadas todas as ementas de todas as instituições que prestam serviço de refeições ao Pré-Escolar e ao 1º Ciclo e emitidos relatórios de controlo e correcção para as mesmas instituições.

Manutenção de estabelecimentos educativos

A realização de pequenas reparações em edifícios escolares tem representado, para o Município de Ourém, uma preocupação constante, quer pela vontade sempre presente de proporcionar aos alunos boas condições de aprendizagem, quer pelo grande número de estabelecimentos existentes, quer ainda pela dificuldade de ter ao dispor equipas multifacetadas que possam responder, em tempo útil, às inúmeras solicitações que chegam quase todos os dias. Para procurar resposta eficaz a este



problema, e procurando diminuir os circuitos burocráticos sempre existentes, o Município apostou na realização deste tipo de reparações através da Ambiourem, EM.

Desta forma, a DEDC recebe os pedidos das escolas e remete-os directamente à empresa municipal para execução, após apuramento das reparações efectivamente urgentes.

Actividades de enriquecimento curricular

Em Agosto de 2006, demos seguimento à proposta do Ministério da Educação, no sentido de organizar as aulas de enriquecimento curricular para todos os alunos do 1º CEB. A candidatura foi aprovada, tendo sido necessário articular com os agrupamentos de escolas e com várias entidades prestadoras de serviços novos horários para todas as turmas, o que implicou uma sobrecarga de trabalho sem precedentes no início do ano lectivo.

No início do ano lectivo de 2007/2008, foi efectuada e aprovada pela DREL nova candidatura para actividades de enriquecimento curricular.

Por proposta dos agrupamentos de escolas, a utilização das piscinas foi eliminada das actividades de Educação Física, por se considerar que não era benéfico para os alunos efectuar as deslocações para as piscinas com um usufruto de muito pouco tempo efectivo devido à falta de tempo disponível. Para colmatar duas horas ainda disponíveis no horário, foi introduzida, por proposta dos agrupamentos de escolas, a disciplina de Movimento e Drama.

De todo o processo resultou a formação de 120 turmas, tendo havido necessidade de flexibilizar os horários de todas elas, de forma a possibilitar a formação de horários de Actividades de Enriquecimento Curricular aceitáveis para os respectivos professores. Todo o processo negocial e de organização de horários foi muito desgastante, devido à oposição de muitos professores do 1º ciclo à alteração dos horários habituais.

As aulas de AEC iniciaram-se no dia 2 de Outubro de 2007, com a colaboração da Insignare – Associação de Ensino e Formação (Inglês, Educação Física, Expressão



Plástica e Movimento e Drama), do Conservatório de Música de Ourém (Educação Musical) e da Ourearte (Educação Musical).

Transportes (Escolares e outros)

O programa de transportes escolares implica os pedidos mensais de vinhetas para todos os alunos dos 2º, 3º ciclos e Ensino Secundário da área do Município de Ourém, assim como o processamento, verificação e informação sobre toda a facturação relativa a esta matéria, assim como o tratamento dos casos especiais de alunos do ensino secundário residentes no concelho que frequentam cursos em outros municípios (Pombal, Tomar, Entroncamento, Leiria), por não existirem os cursos pretendidos na área do Município de Ourém.

Para além destes transportes, são ainda realizados outros, decorrentes da suspensão de escolas do 1º ciclo.

Para além dos transportes escolares regulares, a DEDC processa ainda toda a organização de visitas de estudo e outros transportes em autocarros municipais, nomeadamente de associações.

Telefones das escolas (Pré-escolar e 1º ciclo)

A facturação de telefones dos estabelecimentos educativos é controlada pela DEDC, que recebe e informa toda a documentação dos agrupamentos e da PT relativa a este assunto.

- Desporto

Durante o ano de 2007, foram organizadas e levadas à prática várias actividades físicas e desportivas, designadamente várias provas de BTT, passeios pedestres por toda a área do município, férias desportivas da Páscoa e de Verão, e outras actividades.



Em todas estas actividades foi necessário articular a participação de vários clubes (BTT, por exemplo), o que levou à realização de inúmeras reuniões preparatórias em horário pós-laboral. Também a realização das provas se efectua necessariamente fora do horário normal de trabalho, o que representa um esforço acrescido de todos os colaboradores.

Percursos pedestres



Respondendo a um desafio da delegação distrital do Instituto do Desporto de Portugal, propusemos a realização, a partir de 2003, de percursos pedestres.

No desenvolvimento do programa, em 2007 foram efectuados 3 percursos pedestres, designadamente em Pêras Ruivas, em Ourém (Nocturno) e no Pinhal do Rei.

Passeios de BTT

- a) Passeio BTT Perras Ruivas;
- b) Passeio BTT Nocturno (Ourém e arredores);
- c) Rota do vinho novo (Ourém e Olival)

Férias Desportivas

Para proporcionar a alguns jovens a ocupação saudável de tempos livres, foram organizados programas de férias desportivas, com várias actividades de desporto e lazer.



Estas actividades foram levadas a cabo durante as férias da Páscoa (uma semana) e durante o mês de Julho (duas semanas).



Downhill Urbano



Realizou-se, pela primeira vez em Ourém, uma prova do campeonato nacional de Downhill Urbano. A prova teve lugar na zona Histórica de Ourém e contou com a participação de muitos atletas a nível nacional e de vários milhares de espectadores.

- Cultura

3ª Festa do Vinho Novo

A primeira Festa do Vinho novo, levada a efeito pelo município, realizou-se pela primeira vez em Janeiro de 2005. Esta actividade, destinada a promover a visibilidade e qualidade da produção vinícola existente na área do Município de Ourém, foi articulada com o Centro de Negócios e com a Vitiourém.

Em 2007, no terceiro ano da realização, a Festa do Vinho Novo realizou-se em Março, tendo sido promovida pelo Centro de Negócios, ficando a DEDC responsável pela animação cultural.

Manteve-se genericamente o programa que contou com o artista Quinzinho de Portugal e com a actuação do Grupo de Teatro Apollo, de Peras Ruivas.

Manteve-se, de forma geral, o figurino organizativo, com exposição e prova de vinhos e produtos tradicionais. No entanto, foi sensível a reduzida adesão de produtores de vinho, pelo que se considera que o evento deverá ser repensado para o futuro.



Via Sacra ao Vivo

Esta actividade que veio a revelar-se de grande impacto para a recuperação de tradições religiosas e para a promoção da Zona Histórica de Ourém, é desenvolvida em colaboração com várias entidades (Paróquia de N.ª Sr.ª das Misericórdias, Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias e Região de Turismo de Leiria-Fátima) e conta com a participação de 80 figurantes.



Em 2007, esta actividade envolveu despesas de materiais, trabalho de operários municipais e refeições para elementos dos coros convidados para os concertos. O serviço de sonorização funcionou relativamente bem, apesar de ser sempre muito difícil de concretizar de forma eficaz, devido aos obstáculos físicos existentes no Centro Histórico.



Foi possível articular na “Semana Santa em Ourém” a realização de um concerto coral, com a colaboração do Chorus Auris da Academia de Música Banda de Ourém, assim como a habitual participação da Sociedade Filarmónica Oureense e dos Escuteiros.

A visibilidade externa do concelho devida a esta actividade tem sido sempre muito significativa, não só pelos visitantes que atrai mas também pela visibilidade de Ourém criada através da comunicação social.



CENOURÉM

Durante o ano de 2007, a CENOURÉM decorreu entre 3 de Maio e 1 de Junho, e contou com a participação de 5 grupos de teatro. Assistiram um total de cerca de 1500 espectadores, numa média de 300 espectadores por cada peça apresentada. Nesta edição da Cenourém, verificou-se a participação de menos grupos de teatro, por estarem envolvidos nos projectos “O Animador” e “Memórias da Irmã Lúcia”.

Em desenvolvimento da arte teatral iniciada pela Cenourém, o grupo de teatro Apollo, com o apoio da DEDC, manteve em cena, durante vários meses, num dos torreões da Zona histórica de Ourém, uma peça de teatro.

Programa “O animador”

A AMAE (Associação de Municípios da Alta Estremadura) propôs a realização de um curso de formação na área do teatro, para o qual realizou uma candidatura ao Programa Leader.

Após várias reuniões preparatórias realizadas na AMAE, com a participação de todos os Municípios associados, foi elaborado o programa do Curso que contou com a orientação da companhia de teatro “O Nariz”, de Leiria.

No Município de Ourém, tal como nos restantes, foram abertas inscrições para todos os grupos de teatro existentes, daí resultando um grupo de cerca de 20 pessoas, que frequentaram o referido curso, com início em Junho de 2006 e duração até Maio de 2007.

Desde o início do processo, a DEDC acompanhou a realização desta formação, que teve várias fases e culminou com a apresentação de uma peça de teatro de rua escrita e encenada pelos participantes, “O Cruzeiro do Regato”, apresentada três vezes em Ourém e uma vez na Batalha.



Encenação da peça “Memórias da Irmã Lúcia”

Por iniciativa do Santuário de Fátima, no âmbito das comemorações dos 90 anos das Aparições, realizou-se uma peça de teatro, escrita e encenada pelo Arquitecto Norberto Barroca, do Teatro Experimental do Porto. Esta peça de teatro, intitulada “Memórias da Irmã Lúcia”, teve a colaboração estreita da DEDC, na articulação com todos os grupos de teatro do concelho, no acompanhamento dos ensaios e na organização de muitos dos adereços e demais aspectos necessários à realização da peça.



A peça de teatro foi apresentada em Ourém (antestreia) a 9 de Maio de 2007 e levada à cena no Centro Pastoral Paulo VI mais seis vezes, até Outubro de 2007, com a assistência de vários milhares de espectadores. Estiveram envolvidos todos os grupos de teatro existentes na área do município, com mais de 30 actores amadores. Os ensaios desenvolveram-se a partir do mês de Fevereiro de 2007, nas instalações da Ourearte, no Cine-teatro Municipal de Ourém e no Centro Pastoral Paulo VI.

Fórum das associações

No ano de 2007, realizou-se o primeiro Fórum das Associações do concelho, evento em que se procurou dar visibilidade ao associativismo, nas suas diversas vertentes.

O evento contou com exposição, tasquinhas, actividades desportivas e culturais e ainda com a realização de colóquios destinados a ajudar as associações na sua organização, face a novas exigências legais de organização, nomeadamente a obrigatoriedade de contabilidade organizada e outros aspectos organizativos.

Este evento ocorreu nos dias 16, 17 e 18 de Março de 2007 e contou com a participação de 49 associações, para além de vários milhares de visitantes.



Festas da Cidade e do Concelho

Em 2007, as Festas da Cidade de Ourém continuaram a ser uma das referências culturais do ano, contando com as tasquinhas e a exposição de artesanato, aberta à participação de artesãos de fora do município, o que se revelou muito positivo, pela variedade que trouxe ao evento e pela visibilidade exterior criada.

A animação esteve a cargo de vários artistas de cariz nacional, designadamente “Santamaria”, “4Taste”, “Rabo de Saia” e “Os Corvos”, sendo o último financiado pelo “Arte Café”.

Paralelamente, foram realizadas algumas provas desportivas, das quais se salientam um passeio pedestre, um passeio BTT nocturno, demonstrações equestres (Associação Equestre), torneio de Petanca (União Desportiva do Alqueidão), Torneio de Futebol (Atlético Ouriense, Desportivo Vilarense, Desportivo de Fátima e Vasco da Gama), Torneio de Natação (Juventude Ouriense) e Torneio de Tiro aos Pratos (Associações de Caçadores de Ourém e do Olival).



Tal como em todas as realizações das Festas da Cidade, também em 2007 as mesmas se revestiram de grande exigência de trabalho preparatório, acompanhamento permanente e grande preocupação com a satisfação de todos os requisitos necessários ao bom funcionamento e ao aumento da qualidade das realizações, sendo de salientar o aumento do envolvimento de pessoal proporcionado pelo controlo de entradas para o recinto fechado.

Biblioteca



Em 2007, concluiu-se a informatização do espólio bibliográfico da Biblioteca, trabalho muito moroso e minucioso que envolve o registo exaustivo de todos os títulos, em programa próprio.

Ao longo do ano, foram registados 3304 livros, num total de 16570 registos e 21972 exemplares.

O investimento total foi de 10.808,17 euros e reporta-se essencialmente, à aquisição de livros e de impressora de etiquetas.

A biblioteca registou, durante o ano de 2007, um total de 8805 utilizadores, sendo 5489 utilizadores da Internet, 2567 de leitura domiciliária e 749 leitores presenciais.

Galeria de Exposições

Na Galeria de exposições, em funcionamento na Zona Histórica de Ourém, procurou-se promover a realização de exposições temporárias, de acordo com o regulamento estabelecido.

Assim, desde o início de 2002, tem sido garantida a permanência quase ininterrupta de exposições de vários tipos, quase sempre de um mês de duração. Por esse motivo, também os pedidos aumentaram consideravelmente, o que significa um acréscimo significativo de utilização daquela instalação.



Durante o ano de 2007, a galeria manteve-se em funcionamento, tendo sido realizadas 11 exposições de cerca de um mês cada uma, programadas pela DEDC e versando as componentes de pintura e



escultura. As exposições envolveram 22 artistas plásticos e contaram com a visita de 4220 visitantes.

- Património

Foram realizadas acções de preservação, de divulgação e de sensibilização para os valores concelhios existentes. Assim, realizou-se um conjunto de actividades, no âmbito das Comemorações das Jornadas Europeias do Património 2007, através da exibição do documentário “Ciclos agrícolas em Ourém”, envolvendo 10 Lares e Centros de Dia do Município, com a participação de um total de 550 idosos.

Com o apoio do Instituto da Juventude e de alguns jovens residentes na área do município, procedeu-se à recolha, registo e digitalização de fotografias antigas, provenientes das freguesias de N.^a Sr.^a Piedade, N.^a Sr.^a Misericórdias e Seiça. Esta recolha contou ainda com o empréstimo de fotografias por parte de 43 pessoas das freguesias indicadas.

Foi ainda preparada a edição de um livro sobre “Gastronomia tradicional de Ourém”, a publicar a curto prazo.

Em 2007, acompanhou-se o desenvolvimento do projecto de áudio-guias e sinalética para a Zona Histórica, um trabalho articulado com a Divisão de Planeamento e Desenvolvimento e com a Divisão de Estudos e Projectos, que envolveu ainda consultas ao IGESPAR e à Fundação da Casa de Bragança.

No âmbito do património, continuou a acompanhar-se a realização do restauro da Igreja antiga do Olival, assim como o processo de constituição do Museu Municipal, cujas obras se iniciaram na antiga Casa do Administrador.

No sector de museus e património histórico foram ainda desenvolvidas as seguintes actividades e documentos:

- a) Continuação da inventariação do património imóvel existente na área do município;



- b) Continuação da Inventariação da colecção móvel de etnografia incorporada pelo Museu, assim como a sua colocação e organização nas instalações da antiga Escola de Pinhel, actual espaço de reservas do Museu;
- c) Feira de Artesanato integrada no programa das Festas da Cidade;
- d) Apresentação, durante a 3ª Festa do Vinho Novo, do documentário “Ciclos agrícolas em Ourém”;
- e) Atendimento e apoio a estudantes no âmbito da realização de trabalhos afectos ao património, à história e cultura locais;
- f) Elaboração de textos de protocolo;
- g) Continuação da constituição do Arquivo Fotográfico digital – base de dados – que implicou a digitalização de imagens e documentos.

- Acção Social

A área de acção social mereceu sempre alguma atenção, nomeadamente através do acompanhamento da medida Rendimento Social de Inserção, do relacionamento com as IPSS apoiadas pelo Município de Ourém, da colaboração pontual com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e de outras acções.

Em Julho de 2007, realizou-se novamente o “Passeio dos Idosos”, o qual contou com uma visita a Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz.

- Juventude

Desde 1999, foram realizadas várias semanas da Juventude em que os jovens tiveram oportunidade de participar em debates, discutir e trocar opiniões sobre os assuntos que mais directamente lhes dizem respeito, assim como participar em actividades especialmente preparadas para ir ao encontro dos seus interesses. Poderá dizer-se, além disso, que todas as actividades que envolvem as escolas são dirigidas aos jovens. Assim é com os festivais de música, com as provas desportivas e com muitos dos espectáculos, nomeadamente os concertos de bandas rock.



A área da juventude envolve também a preparação de candidaturas e acompanhamento de OTL, assim como todos os contactos necessários com o Instituto da Juventude. Habitualmente, efectuem-se candidaturas para Ocupação de Tempos Livres na zona histórica, na Biblioteca, nas Piscinas e, mais recentemente, no Espaço Internet.

Nos anos de 2004, 2005 e 2006, a realização, no Centro de Negócios, do Fórum Estudante do Centro, representou uma grande acção para ajudar os jovens a definir as suas opções para prosseguimento de estudos. Em 2007, por opção das escolas, o Fórum Estudante não se realizou, por se considerar que o mesmo deveria transformar-se em evento bienal ou trienal.

Será ainda de referir que, tal como tinha acontecido no ano anterior, realizaram-se, a pensar especialmente nos jovens, as Férias desportivas da Páscoa e de Verão.

- Relações internacionais

Desde 1999, Ourém tem-se feito representar em Festivais de Música realizados em Czestochowa, na Polónia, assim como foi promovida a participação de jovens daquela cidade no Festival Inter-Escolas realizado em Ourém.

Tal como nos anos anteriores, em 2007 esteve em Portugal uma delegação de Czestochowa (Polónia), para participar no Festival de Música Inter-Escolas, tendo sido convidada também uma delegação de Le Pléssis-Trévisé que não pôde participar.

A DEDC tem organizado, todas as visitas dos vencedores do Festival de Música Inter-Escolas a Pléssis-Trévisé ou a Czestochowa, assim como a vinda dos seus representantes a Portugal.

Em Maio de 2007, estiveram presentes representantes de Ourém no Festival de Música Maiowa Nutka, realizado na cidade de Czestochowa, Polónia, onde os representantes de Ourém tiveram mais uma prestação brilhante, entre participantes de



vários países, para além de se ter, mais uma vez, contribuído para o estreitamento de laços entre vários povos.

2.3.4 – Projecto Municipal de Sistemas de Informação, Qualidade, Formação e Inovação

O Projecto Municipal de Sistemas de Informação, Qualidade, Formação e Inovação (PMSIQFI) foi criado por deliberação da Câmara de 16 de Abril de 2007.

A criação do PMSIQFI teve como fundamentos principais, os seguintes:

1. Concluir a execução do Projecto Leiria Região Digital (LRD);
2. Massificar a utilização dos sistemas de informação na gestão dos processos administrativos das diversas áreas de negócio do Município;
3. Dinamizar uma cultura de melhoria contínua e de inovação;
4. Criar sistemas de controlo e de racionalização de custos administrativos;
5. Dinamizar a simplificação administrativa, a reengenharia e desmaterialização de processos, em linha com o programa do Governo Simplex;

Projecto Leiria Região Digital (LRD)

O Projecto LRD, na vertente municipal, centrou-se em três grandes áreas:

- 1) Infra-estruturas e equipamentos;
- 2) Disponibilização de conteúdos na Internet e interacção on-line entre os serviços municipais e os cidadãos e as empresas;
- 3) Criação dos Pontos Municipais de Banda Larga;

- Infra-estruturas e equipamentos



No âmbito das infra-estruturas e equipamentos foram colocados na cidade de Ourém cerca de 10 Kms de fibra óptica, tendo sido interligados os seguintes edifícios em banda larga:

- ❖ Edifício da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (loja do rés-do-chão) onde funciona a Secção de Taxas e Licença e o quadro técnico afecto ao PMSIQFI, bem com o *datacenter* do Município;
- ❖ Loja junto ao Edifício dos Paços do Concelho, onde funciona o Serviço Municipal de Informação Geográfica (SIG) e o arquivo intermédio;
- ❖ Loja situado no Jardim Pléssis-Trévise, onde funciona o quadro técnico do Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém (PMOTO);
- ❖ Edifício da Casa da Música;
- ❖ Edifício onde funcionam os serviços da Divisão de Educação, Desporto e Cultura (DEDC);
- ❖ Edifício da Biblioteca Municipal;
- ❖ Edifício do Centro de Negócios;
- ❖ Edifício dos serviços técnicos;
- ❖ Sala Luso-Galaica (onde está a funcionar a Loja PontoJá);
- ❖ Parte administrativa do edifício do Mercado Municipal;
- ❖ Apartamento onde estão instalados os serviços administrativos da empresa municipal Ambiourem, E.M;
- ❖ Edifício do Estaleiro Municipal;
- ❖ Edifício do Posto da GNR;
- ❖ Edifício do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ourém;

Relativamente à renovação do parque informático dos serviços municipais, procedeu-se à regeneração do parque de computadores pessoais de cerca de 50% dos funcionários com funções administrativas, num total de sessenta e duas máquinas.

Ao nível do *storage*, *backup* e processamento, verificou-se uma considerável melhoria da capacidade de armazenamento, com a aquisição de uma *encluser* de discos, com uma capacidade total de 6 TB. Procedeu-se ainda à aquisição de um sistema de *backup* com capacidade para 4.8 TB, bem como 10 servidores.



A gestão documental mereceu particular atenção, com o objectivo de fomentar a circulação electrónica de documentos, pelo que se adquiriram 20 *scanners* de digitalização de documentos e implementação da aplicação de gestão documental.

Ao nível do sistema de comunicações, será de referir que migramos a nossa central telefónica adquirida há cerca de 10 anos para um servidor de comunicações assente em tecnologia VOIP (*voice-over-ip*). No entanto, porque os sistemas de intrusão instalados nos diversos edifícios municipais utilizam linhas analógicas, houve necessidade de fazer a inter-ligação entre o novo sistema e o então utilizado.

- Disponibilização de conteúdos na Internet e interacção on-line entre os serviços municipais e os cidadãos e as empresas;

O novo portal Internet do Município está on-line desde o dia 1 de Outubro de 2007 e está em constante melhoramento, com novas funcionalidades e ajustes no design, pretendendo-se que seja objecto de constante actualização dos conteúdos, com o intuito de despertar a sua consulta, constituindo um canal importante de difusão das actividades promovidas pela autarquia.

Durante o ano 2007, foi desenvolvida a plataforma para disponibilização de serviços on-line designada por *Mynet* em colaboração estreita com o nosso fornecedor das aplicações informáticas do nosso ERP (*Enterprise Resource Planning*) que é a AIRC (Associação de Informática da Região Centro). Trata-se de um software de *fronte-office* composto por diversos módulos, de entre os quais destacamos o módulo de funcionário para tratamento das questões relacionadas os recursos humanos, o módulo de atendimento presencial e remoto (nas sedes das Juntas de Freguesia) e o módulo Internet para consulta on-line a processos, requerimentos e outros documentos administrativos e para submissão electrónica de requerimentos.

É certo que esta plataforma ainda não está disponível, mas face ao avançado estado de desenvolvimento da mesma, pensamos que será possível disponibilizar a mesma, o mais tardar até ao final do primeiro semestre do ano 2008.



- Criação de Pontos Municipais de Banda Larga

Neste âmbito foram instalados pontos fixos de Internet nos seguintes locais:

- ❖ Átrio do Edifício dos Paços do Concelho;
- ❖ Espaço de atendimento da Divisão de Ordenamento do Território;
- ❖ 18 Juntas de Freguesia;
- ❖ Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ourém;
- ❖ Biblioteca de Fátima;
- ❖ Secção de Espite dos Bombeiros Voluntários de Ourém;
- ❖ Sede do Grupo Desportivo de Seiça;
- ❖ Sede do Centro, Cultura e Desporto de Caxarias;
- ❖ Sede da Casa do Povo de Fátima;
- ❖ Posto da GNR de Ourém;
- ❖ Praceta Santo António e São José em Fátima (Quiosques outdoor) ;

Estes locais, além de permitirem o acesso à Internet a partir de um computador localizado numa zona de acesso público, ainda permitem o acesso à Internet via *wireless*.

Além dos locais referidos, está ainda prevista a instalação de equipamentos idênticos nos seguintes locais:

- ❖ Secção de Freixianda dos Bombeiros Voluntários de Ourém;
- ❖ Sede do Grupo Desportivo de Sandoeira;
- ❖ Biblioteca de Vilar dos Prazeres.

Complementarmente, foram criadas zonas de acesso *wireless* à Internet nomeadamente nos seguintes locais

- ❖ Jardim Le Pléssis-Trévisé em Ourém;
- ❖ Parque Linear em Ourém;
- ❖ Praças Dr. Agostinho Albano de Almeida, dos Combatentes e Mouzinho de Albuquerque em Ourém;



- ❖ Edifício dos Paços do Concelho;
- ❖ Biblioteca Municipal;
- ❖ Zona Desportiva e Escolar de Caxarias;
- ❖ Zona Desportiva e Escolar de Freixianda;
- ❖ Zona Escolar e de Lazer de Olival;
- ❖ Estádio Municipal de Fátima;

Massificar a utilização dos sistemas de informação na gestão dos processos administrativos das diversas áreas do negócio do Município.

Nesta componente, foi adquirido software para completar o ERP existente, permitindo assim que a gestão das principais áreas de negócio do Município seja suportada por meios informáticos.

Procedeu-se à automatização da gestão do inventário e cadastro Municipal, com a aquisição de equipamento para reconciliação física e etiquetagem dos bens móveis propriedade do Município.

No decurso de 2007, implementou-se a gestão informatizada dos documentos administrativos acompanhada da sua digitalização que ainda funciona em paralelo com a circulação física.

No que concerne ao software, será de referir a aquisição de aplicativos para a gestão do arquivo intermédio (documentos administrativos) e arquivo histórico, bem como para a criação de uma base de dados de legislação para apoio aos diversos serviços municipais nas tarefas diárias.

Dinamizar uma cultura de melhoria contínua e inovação

Neste contexto, estabeleceram-se diversas ferramentas de trabalho colaborativo que permitem auxiliar nas tarefas diárias e que melhoram o trabalho de cada colaborador, tais como um sistema de mensagens escritas complementar à solução de voz, um



sistema de correio electrónico acessível a partir da rede informática do município e da Internet e uma plataforma que permite trabalhar remotamente (a partir da Internet).

Ainda nesta componente, procedeu-se à uniformização dos documentos internos utilizados pelos diversos serviços municipais, bem como à criação de um sistema para controlo das versões.

Criar sistemas de controlo e de racionalização de custos administrativos

Nesta componente, procurou-se proceder a uma reengenharia de impressão nos diversos serviços municipais, criando um sistema centralizado de gestão e controlo do uso das impressoras partilhadas. Será ainda de referir a criação de perfis diferenciados de acesso à rede telefónica fixa.

Dinamizar a simplificação administrativa, a reengenharia e desmaterialização de processos, em linha com o programa do Governo Simplex

A este nível, será de registar a nossa participação na elaboração de uma candidatura ao SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa) a apresentar pela AMLEI (Área Metropolitana de Leiria) ao PORCentro no âmbito do QREN 2007-2013 (Quadro de Referência Estratégico Nacional).

2.3.5 – Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém

O Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém (PMOTO), foi criado por deliberação do Órgão Executivo de 11 de Novembro de 2007.

Dado o curto período de funcionamento, e considerando que o mesmo resultou em fase relativa à instalação do projecto, nada se dispõe no âmbito do mesmo.



3. Análise Orçamental

3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Impostos directos	5.624.785,01	6.455.497,63	14,77	7.631.767,13	18,22
Imposto municipal sobre imóveis	2.340.526,49	2.731.196,00	16,69	2.951.736,13	8,07
Impostos municipal sobre veículos	595.625,45	505.636,72	-15,11	543.400,08	7,47
Impostos municipal sobre transmissões	1.388.857,70	1.893.501,26	36,34	2.975.569,16	57,15
Derrama	924.760,24	1.061.761,26	14,81	1.070.693,20	0,84
Impostos abolidos	375.015,13	263.402,39	-29,76	85.328,56	-67,61
Impostos diversos	0,00	0,00	--	5.040,00	--
Impost. indirectos, taxas, multas ...	1.629.041,75	2.305.890,06	41,55	1.795.168,46	-22,15
Mercados e feiras	102.408,51	155.275,62	51,62	133.865,02	-13,79
Loteamentos e obras	906.824,62	1.485.545,81	63,82	843.318,57	-43,23
Ocupação da via pública	2.962,30	2,00	-99,93	1.635,03	81651,50
Publicidade	31.446,84	31.005,45	-1,40	45.301,37	46,11
Saneamento	407.812,00	460.087,95	--	557.585,31	21,19
Outras	177.587,48	173.973,23	-2,04	213.463,16	22,70
Rendimentos de Propriedade	1.680.652,17	1.141.841,58	-32,06	1.736.209,21	52,05
Transferências correntes	8.123.406,57	7.918.474,96	-2,52	9.069.018,64	14,53
Administração Central - Estado	7.811.328,61	7.564.003,91	-3,17	8.790.521,35	16,22
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	65.729,87	156.265,46	137,74	44.531,10	-71,50
Outras (transferências correntes)	246.348,09	198.205,59	-19,54	233.966,19	18,04
Venda de bens e serviços correntes	1.289.533,03	1.520.633,86	17,92	1.685.184,95	10,82
Venda de bens	88.225,04	66.607,81	-24,50	48.115,96	-27,76
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	91.974,74	29.656,73	-67,76	48.115,96	62,24
Saneamento - Ligação	139.251,27	268.443,00	92,78	311.403,86	16,00
Resíduos Sólidos	753.226,83	886.967,64	17,76	953.754,54	7,53
Trabalhos por conta de particulares	80.589,07	63.004,63	-21,82	136.183,22	116,15
Cemitérios	13.273,60	29.768,40	124,27	15.051,10	-49,44
Parques de estacionamento	24.658,08	37.082,55	50,39	41.555,13	12,06
Rendas	62.851,15	106.380,99	69,26	123.921,64	16,49
Outras (venda de bens e serv. correntes)	35.483,25	32.722,11	-7,78	7.083,54	-78,35



Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Outras receitas correntes	576.476,38	827.206,44	43,49	506.079,85	-38,82
Venda de bens de investimentos	289.298,14	145.661,62	-49,65	58.486,50	-59,85
Transferências de capital	7.122.572,27	6.519.315,10	-8,47	4.591.758,67	-29,57
Administração Central - Estado	5.118.973,59	4.508.165,30	-11,93	3.935.648,35	-12,70
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	1.946.206,33	1.971.222,91	1,29	654.610,32	-66,79
Outras (transferências de capital)	57.392,35	39.926,89	-30,43	1.500,00	-96,24
Activos financeiros	0,00	0,00	--	101.000,00	--
Passivos financeiros	2.796.689,60	1.112.776,42	-60,21	2.000.000,00	79,73
Outras receitas de capital	2.570,89	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	6.631,53	10.116,96	--	466,41	-95,39
Total	29.141.657,34	27.957.414,63	-4,06	29.175.139,82	4,36
Total ¹	26.055.669,60	26.698.976,59	2,47	27.116.653,32	1,56

¹ Receitas Totais (excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento e de passivos financeiros)

Impostos directos

Compreende as receitas advindas dos impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o imposto municipal sobre imóveis, o imposto municipal sobre veículos, o imposto municipal sobre transmissões e a derrama.

As receitas relativas a estes impostos continuam a apresentar uma notória tendência para o acréscimo, tendo aumentado, no último período, aproximadamente 18,2%, essencialmente por influência do forte aumento ocorrido no imposto municipal sobre transmissões (57%), imposto municipal sobre imóveis (8%) e imposto municipal sobre veículos (17%). Ao nível da derrama verificou-se apenas uma ligeira variação positiva (0,8%).

Impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indirectos compreendem as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de



bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam uma quebra assinalável (22%), essencialmente por influência das cobranças reportadas a loteamentos e obras, as quais decaíram aproximadamente 43%, denotando uma variação absoluta negativa superior a 642,2 mil euros. As receitas relativas a mercados e feiras inverteram a toada anterior de crescimento, demonstrando uma diminuição na ordem dos 13,8%. Por oposição, as receitas resultantes da publicidade e do saneamento, registaram um acréscimo de 46,1% e 21,1%, respectivamente.

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam um aumento destas receitas em 52%. No entanto, importa referir que o ano de 2007 se encontra influenciado pelo facto de a renda de concessão da EDP reportada ao ano de 2006, apenas ter sido liquidada em 2007, ocorrência que induz um total de liquidação de 5 trimestres em 2007 (embora tendo sido reconhecido o proveito em 2006, cumprindo-se o princípio da especialização do exercício). Note-se que as regras orçamentais não contemplam o princípio da



especialização do exercício, mas têm em observância uma óptica de fluxos de caixa, ou seja, o recebimento. Deste modo, a liquidação orçamental na receita, reporta-se sempre à data vigente no documento e não ao período a que o valor, neste constante, respeita.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram um acréscimo em 14,5% face ao ano anterior, essencialmente devido à alteração ocorrida no âmbito da Lei das Finanças Locais, particularmente no que concerne à participação dos municípios nos impostos do Estado. Deste modo, as transferências correntes provenientes da Administração Central (Estado), apresentam um aumento na ordem dos 16,2%. Em termos absolutos o acréscimo representa um valor ligeiramente superior a 1,150 milhões de euros.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Estas receitas, evidenciam, nos últimos anos, uma forte tendência para o crescimento. Face ao ano anterior, ocorreu um aumento de 10,8%, repercutindo essencialmente os aumentos verificados nos serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto (62%), trabalhos por conta de particulares (116%), rendas (16,5%), saneamento – ligação (16%), parque de estacionamento (12%) e resíduos sólidos (7,5%). Contrariamente à tendência exposta, registou-se uma diminuição nas receitas relativas à venda de bens (27,7%) e cemitérios (49%).

Outras receitas correntes



Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas, sofreram uma diminuição em 38,8% que, em termos absolutos, significou uma variação negativa em aproximadamente 321,1 mil euros. Esta ocorrência resultou essencialmente da alteração do regime de destacamento afecto aos funcionários do município que estão ao serviço nas empresas municipais, para o regime de requisição, circunstância que motivou a diminuição do volume de reembolsos de remunerações que advêm das empresas municipais, pelo facto de estas terem passado a suportar directamente os encargos com os referidos funcionários.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma diminuição em 59,8%. Em termos absolutos, a variação representa um valor próximo dos 87,1 mil euros .

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2007, e persistindo a tendência já anteriormente verificada, apresenta um decréscimo próximo dos 29,6%, essencialmente resultante da diminuição em cerca de 12,7% ocorrida nos valores provenientes de transferências da Administração Central (Estado), bem como dos



fundos comunitários (66,8%). A primeira diminuição reporta-se à alteração ocorrida ao nível da Lei das Finanças Locais, designadamente no que concerne à participação dos municípios nos impostos do Estado, estabelecendo volumes significativamente mais elevados para as transferências correntes em prejuízo das transferências de capital. No que respeita à quebra verificada relativamente aos fundos comunitários, deve-se ao facto de estarmos perante a fase final do ciclo de financiamento do III Quadro Comunitário de Apoio.

Activos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação.

Neste âmbito será de referir uma variação absoluta positiva de 101 mil euros, a qual se reporta à alienação da participação do Município no capital da Divinis - Agro Produtos de Ourém, S.A..

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas cujo efeito é extraordinário, registou-se um aumento em cerca de 80% das receitas provenientes da contratação de empréstimos curto e a médio e longo prazo.

No que concerne ao empréstimo de curto prazo, não transita qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, pelo que se reflecte igual montante no orçamento da despesa, inclusive no pagamento. Consequentemente, só se deverão considerar as receitas extraordinárias resultantes de empréstimos de médio e longo prazo, as quais significaram, no período em análise, um valor de 1 milhão de euros, circunstância que, comparativamente com o ano anterior, significa



um aumento no volume destas receitas, em cerca de 20% (170 mil euros em termos absolutos).

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receitas, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de know-how.

Durante o ano de económico de 2007, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.

No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos ligeiramente superiores a 466 euros.

Resumo das Receitas Liquidadas

Quadro – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquidada	uni: Euro				
	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Receitas Correntes	18.923.894,91	20.169.544,53	6,58	22.423.428,24	11,17
Receitas de Capital	10.217.762,43	7.777.753,14	-23,88	6.751.245,17	-13,20
Outras receitas	0,00	10.116,96	--	466,41	-95,39
Total das Receitas Liquidadas	29.141.657,34	27.957.414,63	-4,06	29.175.139,82	4,36

No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta um aumento em 4,4%. Contudo, será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se

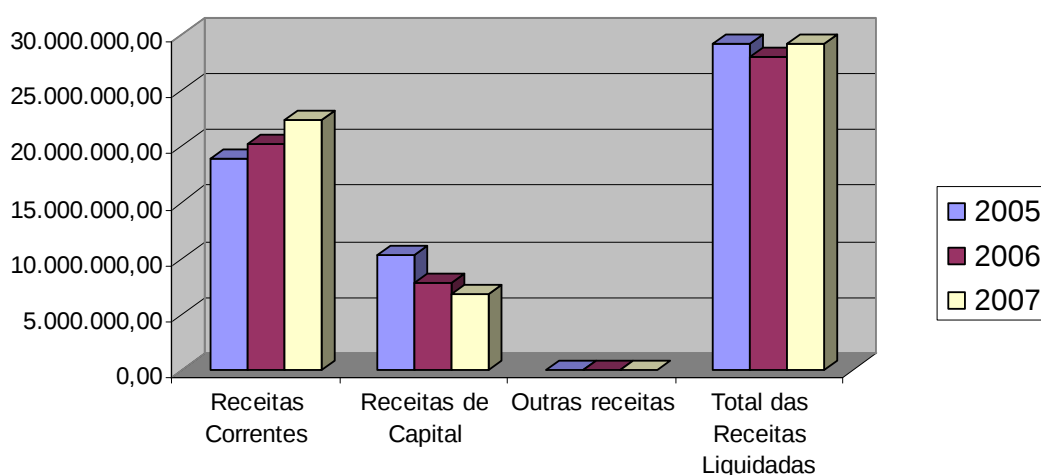


associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento e de passivos financeiros, verificou-se, face a 2006, um aumento das receitas liquidadas em apenas 1,56%.

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um acréscimo em aproximadamente 1,2 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor próximo de 29,2 milhões de euros.

As receitas correntes apresentam um aumento na ordem dos 11,2%, em detrimento de uma variação negativa em 13,2% ocorrida nas receitas de capital.

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Despesas com pessoal	4.883.208,64	5.158.482,28	5,64	4.757.815,99	-7,77
Remunerações certas e permanentes	3.908.344,94	4.031.892,79	3,16	3.763.314,68	-6,66
Abonos variáveis ou eventuais	120.683,87	122.460,71	1,47	89.086,02	-27,25
Segurança social	854.179,83	1.004.050,94	17,55	932.415,29	-7,13



Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Despesa	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Aquisição de bens	1.481.589,77	1.285.369,66	-13,24	1.354.749,52	5,40
Matérias-Primas e subsidiárias	641.768,84	376.731,51	-41,30	388.549,23	3,14
Combustíveis e lubrificantes	409.882,52	433.831,76	5,84	423.186,09	-2,45
Material de escritório	109.492,56	129.665,54	18,42	135.610,59	4,58
Material de transporte-peças	42.710,20	66.623,07	55,99	73.382,99	10,15
Outros bens	277.735,65	278.517,78	0,28	334.020,62	19,93
Aquisição de serviços	6.915.934,98	8.610.144,53	24,50	10.162.786,04	18,03
Encargos das instalações	446.047,33	460.950,86	3,34	456.517,68	-0,96
Limpeza e Higiene	96.733,96	147.039,36	52,00	196.729,06	33,79
Conservação de bens	377.113,99	396.850,17	5,23	455.174,25	14,70
Locação de edifícios	168.472,73	170.277,99	1,07	186.609,93	9,59
Comunicações	95.110,83	97.517,77	2,53	93.990,40	-3,62
Transportes	769.020,29	986.841,11	28,32	993.143,65	0,64
Seguros	65.384,50	57.653,27	-11,82	57.777,25	0,22
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	368.120,04	521.014,23	41,53	518.264,62	-0,53
Publicidade	94.816,56	80.149,19	-15,47	56.754,17	-29,19
Vigilância e segurança	42.192,91	117.406,51	178,26	201.540,65	71,66
Assistência Técnica	46.361,33	39.877,34	-13,99	30.738,27	-22,92
Encargos de cobrança	101.784,89	159.946,53	57,14	159.763,38	-0,11
Manutenção de espaços verdes	402.320,36	589.209,39	46,45	579.484,31	-1,65
Exploração e manutenção de ETAR's	329.693,18	667.745,50	102,54	721.030,26	7,98
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1.941.967,28	1.991.821,08	2,57	2.011.668,30	1,00
Iluminação Pública	686.807,56	578.976,88	-15,70	757.650,63	30,86
Outros serviços	883.987,24	1.546.867,35	74,99	2.685.949,23	73,64
Juros e outros encargos	440.422,22	560.334,32	27,23	753.773,75	34,52
Transferências correntes	1.420.914,77	1.705.973,66	20,06	1.651.054,89	-3,22
Administração Local	409.456,45	694.021,98	69,50	430.711,26	-37,94
Instituições sem fins lucrativos	1.003.567,92	1.004.863,68	0,13	1.216.353,23	21,05
Outras (transferências correntes)	7.890,40	7.088,00	-10,17	3.990,40	-43,70
Subsídios	147.120,41	347.976,09	136,52	398.017,21	14,38
Outras despesas correntes	420.123,75	380.220,11	-9,50	568.748,58	49,58
Aquisição de bens de capital	18.267.240,40	14.863.789,77	-18,63	17.739.483,79	19,35



Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Despesa	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Investimentos	6.907.125,79	6.437.066,44	-6,81	10.716.499,58	66,48
Locação financeira	154.410,55	143.997,81	-6,74	90.119,15	-37,42
Bens de domínio público	11.205.704,06	8.282.725,52	-26,08	6.932.865,06	-16,30
Transferências de capital	1.844.163,11	2.424.830,68	31,49	1.718.959,09	-29,11
Administração Local	882.776,13	397.322,82	-54,99	629.232,93	58,37
Instituições sem fins lucrativos	961.386,98	1.290.673,21	34,25	993.323,08	-23,04
Empresas Públicas	0,00	120.798,32	--	67.167,51	--
Empresas Privadas	0,00	599.123,93	--	26.735,57	--
Outras (transferências capital)	0,00	16.912,40	--	2.500,00	--
Activos financeiros	50.000,00	275.000,00	450,00	300.000,00	9,09
Passivos financeiros	2.894.190,68	1.469.431,59	-49,23	2.404.741,94	63,65
Outras despesas de capital	73.469,00	1.039,74	-98,58	100.000,00	9517,79
Total	38.838.377,73	37.082.592,43	-4,52	41.910.130,80	13,02

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza, apresentam uma diminuição na ordem dos 7,7% que, em termos absolutos, significou uma quebra ligeiramente superior a 400 mil euros. Neste âmbito, será relevante considerar a transição de funcionários do município afectos às empresas municipais do regime de destacamento para o regime de requisição, pelo que os referidos encargos passaram a ser suportados directamente pelas empresas



municipais. Em termos totais, estas despesas constituem aproximadamente 4,8 milhões de euros.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2007 regista um acréscimo destas despesas em 5,4%. Com uma variação positiva, destacam-se as matérias-primas e subsidiárias (3,1%), o material de escritório (4,6%) e o material de transporte-peças (10,2%). Complementarmente, importa reter que as despesas reportadas a matérias-primas concernem tendencialmente a investimentos efectuados por administração directa, pelo que a natureza destas despesas transpõe o conceito de despesas correntes. Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor de 1,354 milhões de euros.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efectuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2006, o ano económico de 2007 regista uma indicativa variação positiva em 18%, traduzindo, essencialmente, o aumento verificado nas despesas relacionadas com limpeza e higiene (34%), conservação de bens (14,7%), locação de edifícios (9,6%), vigilância e segurança (72%), exploração e manutenção de ETAR's (8%) e iluminação pública (31%).



O aumento verificado é, em larga medida, induzido pelo início do funcionamento de novas infra-estruturas, equipamentos e consequentemente de novos serviços, os quais impelem a emergência de novas despesas de funcionamento.

Em oposição, verifica-se um decréscimo das despesas relativas a publicidade (29%) e assistência técnica (23%) e comunicações (3,6%).

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representa um valor superior a 10,1 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam um aumento na ordem dos 34,5%, atingindo em 2007, um valor total de cerca de 753,7 mil euros. O aumento verificado repercute, em parte, o aumento ocorrido nas taxas de juro de referência da União Europeia.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram uma quebra de 3,2%, reflectindo a diminuição das transferências correntes efectuadas para a administração local (38%), agregado em que se inserem as freguesias. Em sentido inverso, as transferências correntes efectuadas para as instituições sem fins lucrativos registaram um acréscimo de 21%. No total, estas despesas representaram 1,65 milhões de euros.



Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou factores de produção.

Estas despesas sofreram um aumento em 14,4% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas à empresa municipal VEROURÉM, resultantes da vigência de preços sociais (inferiores aos custos), em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão incide sobre a referida entidade, nomeadamente as Piscinas Municipais, os Pavilhões Gimnodesportivos e o Estádio Municipal. Em termos absolutos, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor da ordem dos 398 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma variação positiva em 50%, a qual resulta essencialmente da aplicação da inversão do sujeito passivo de IVA nas empreitadas cujo imobilizado está associado (embora parcialmente) a actividades sujeitas, fenómeno que impeliu, por indicação da DGAL que o montante do IVA a liquidar, nas referidas situações não fosse registado na classificação de investimento correspondente (07...), mas na classificação reportada ao IVA liquidado.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do activo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as



despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo o ano de 2007, por comparação ao ano anterior, assinala um acréscimo destas despesas em 19,3% que, em termos absolutos, significa uma variação positiva na ordem dos 2,9 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza superior a 17,7 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas inverteram a tendência verificada nos anos anteriores para o crescimento, apresentando uma quebra, face ao volume do ano anterior, em 29%. Neste contexto, destacam-se o aumento ocorrido para a Administração Local (58%), onde assumem particular relevo as Freguesias, em oposição à quebra ocorrida nas transferências para instituições sem fins lucrativos (23%). Estas despesas assinalaram um valor total de 1,7 milhões de euros.

Activos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, as quais denotaram uma variação absoluta de 25 mil euros.

Consequentemente, no ano em análise, as despesas desta natureza ascenderam a 300 mil euros e reportam-se à participação de capital na Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima (200 mil euros), bem como nas empresas Fatiparques (50 mil euros) e Divinis (50 mil euros).



Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam um aumento em 63,6%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor ligeiramente superior a 1,4 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Nesta rubrica, encontra-se afecto o pagamento de 100 mil euros referente à liquidação de uma das prestações consignadas à aquisição à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria dos créditos referentes à Cooperativa Agrícola de Ourém, CRL.

Resumo das Despesas Realizadas

Quadro – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

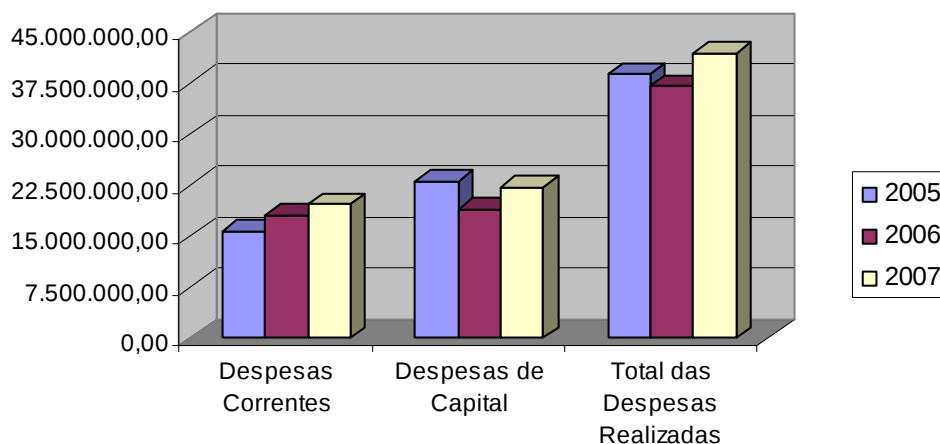
uni: Euro

Descrição da Despesa	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Despesas Correntes	15.709.314,54	18.048.500,65	14,89	19.646.945,98	8,86
Despesas de Capital	23.129.063,19	19.034.091,78	-17,70	22.263.184,82	16,96
Total das Despesas Realizadas	38.838.377,73	37.082.592,43	-4,52	41.910.130,80	13,02

No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem um aumento em 13% face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido na ordem dos 41,9 milhões de euros. As despesas correntes continuam a manifestar uma acentuada tendência de crescimento que, quando efectuada comparação com o ano anterior, significou uma variação positiva em 8,9% (em termos absolutos, um valor de 1,6 milhões de euros). Complementarmente, as despesas de capital apresentam um acréscimo em 17%. Em suma as despesas totais realizadas denotam uma variação absoluta positiva superior a 4,8 milhões de euros.



Gráfico - Resumo das Despesas Realizadas



3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas

3.3.1 Evolução das GOP's

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

Descrição	2005	2006	var. (%)	uni: Euro	
				2007	var. (%)
Educação	1.197.640,51	3.979.925,65	232,31	5.530.773,40	38,97
Educação Pré-Escolar	723.359,05	1.106.147,25	52,92	2.274.559,61	105,63
Ensino Básico	216.391,06	1.292.245,47	497,18	1.319.727,29	2,13
Ensino Secundário e Profissional	250.000,00	404.022,48	61,61	529.022,48	30,94
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino	7.890,40	1.177.510,45	14823,33	1.407.464,02	19,53
Cultura, Desporto e Tempos Livres	6.180.343,49	4.915.252,26	-20,47	3.220.621,10	-34,48
Cultura	625.533,60	439.958,86	-29,67	414.634,04	-5,76
Desporto e lazer	5.518.689,31	4.475.293,40	-18,91	2.779.733,69	-37,89
Património	36.120,58	0,00	-100,00	26.253,37	--
Ação Social	19.305,29	384.550,54	1891,94	240.933,34	-37,35
Habituação e Urbanismo	982.388,88	1.594.899,25	62,35	2.380.603,04	49,26
Habituação	0,00	0,00	--	13.243,65	--
Planeamento Urbanístico	216.494,34	126.670,36	-41,49	147.418,76	16,38
Iluminação	197.029,98	713.795,57	262,28	877.360,46	22,91
Urbanização	307.776,83	725.576,21	135,75	1.306.778,69	80,10



Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Urbanismo Comercial	261.087,73	26.851,11	-89,72	35.801,48	33,33
Saneamento e Salubridade	6.450.592,40	6.573.257,17	1,90	5.153.400,19	-21,60
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	4.508.625,12	4.061.463,24	-9,92	2.587.368,83	-36,29
Resíduos Sólidos	1.941.967,28	2.511.793,93	29,34	2.551.722,00	1,59
Higiene Pública	0,00	0,00	--	14.309,36	--
Cemitérios	0,00	0,00	--	0,00	--
Protecção Civil	355.804,53	369.836,78	3,94	340.379,24	-7,97
Serviços Municipais de Protecção Civil	120.751,24	92.347,26	-23,52	92.026,96	-0,35
Bombeiros	235.053,29	277.489,52	18,05	248.352,28	-10,50
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	678.943,20	820.333,28	20,83	1.114.329,49	35,84
Água	329.306,32	181.771,08	-44,80	248.916,80	36,94
Energia	0,00	0,00	--	0,00	--
Turismo	159.733,86	69.219,14	-56,67	71.680,51	3,56
Feiras e Mercados	0,00	0,00	--	25.125,65	--
Apoio ao Tecido Empresarial	32.507,07	203.753,76	526,80	250.365,86	22,88
Outras Acções de Desenvolvimento	157.395,95	348.676,90	121,53	415.740,67	19,23
Acções de Cooperação com o Exterior	0,00	16.912,40	--	102.500,00	506,06
Comunicações e Transportes	1.982.742,45	2.172.458,44	9,57	1.835.973,60	-15,49
Rede Viária e Sinalização	1.888.822,62	2.070.702,24	9,63	1.767.319,20	-14,65
Transportes	93.919,83	101.756,20	8,34	68.654,40	-32,53
Defesa do Meio Ambiente	4.551.520,03	2.352.663,17	-48,31	2.438.295,23	3,64
Parques e Jardins	386.456,80	583.890,12	51,09	595.831,75	2,05
Protecção Ambiental	8.146,50	734,35	-90,99	734,35	0,00
Ação Integrada - Valourém	4.156.916,73	1.768.038,70	-57,47	1.841.729,13	4,17
Freguesias	1.170.166,08	944.383,77	-19,29	935.322,45	-0,96
Apoio ao Investimento	367.250,00	221.447,33	-39,70	523.735,18	136,51
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	500.722,46	159.307,87	-68,18	82.953,83	-47,93
Apoio a despesas correntes	20.123,40	37.778,98	87,74	49.423,23	30,82
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	282.070,22	525.849,59	86,43	279.210,21	-46,90
Instalações e Serviços Municipais	1.236.162,97	1.895.653,81	53,35	6.457.758,51	240,66
Edifícios	936.992,23	1.363.730,92	45,54	6.213.588,33	355,63
Medidas de Modernização e Eficiência	216.525,24	479.349,66	121,38	208.980,72	-56,40
Outros investimentos	82.645,50	52.573,23	-36,39	35.189,46	-33,07
Total	24.805.609,83	26.003.214,12	4,83	29.648.389,59	14,02



As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano, sofreram um aumento na ordem dos 14%, face ao valor ocorrido em 2006. O volume total realizado situou-se em 29,6 milhões de euros.

Educação

No decurso de 2007, as despesas realizadas no presente objectivo manifestam um aumento bastante expressivo (40%), apresentando um valor total superior a 5,5 milhões de euros. Consequentemente, verificam-se crescimentos nos programas de “Educação Pré-Escolar” (106%), “Ensino Básico” (2,1%) e “Ensino Secundário e Profissional” (31%) e “Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino” (19,5%).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Construção do Jardim de Infância de Atouguia;
- Construção do Jardim de Infância de Gondemaria;
- Ampliação do Jardim de Infância de Urqueira;
- Aquisição do edifício dos Monfortinos em Fátima (aquisição por fases);

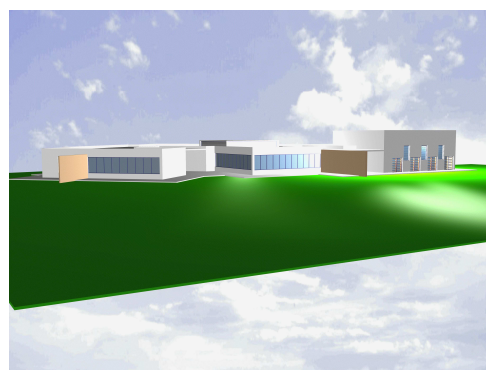


Fig. – Jardim de Infância de Gondemaria

- Acordos de prolongamento de horários e fornecimento de refeições;
- Refeições no Ensino Básico;
- Serviços de manutenção de escolas (conservação e reparação, espaços verdes, ...);
- Desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular;
- Transportes escolares;



Fig. – Edifício dos Monfortinos



- Apoio à construção do Pavilhão Oficial da Escola Profissional de Ourém;
- Aquisição de diverso equipamento essencialmente para modernização e informatização;
- Entrada de alunos em piscinas;

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objectivo evidencia uma quebra na ordem dos 34,5%, face ao valor verificado no ano transacto, verificando-se quebras no programa “Cultura” (5,8%) e “Desporto e Lazer” (38%). O programa “Património” apresenta um valor realizado de 26,2 mil euros, condição que representa uma variação absoluta de igual valor, na medida em que no ano transacto, este programa não apresentava qualquer realização.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

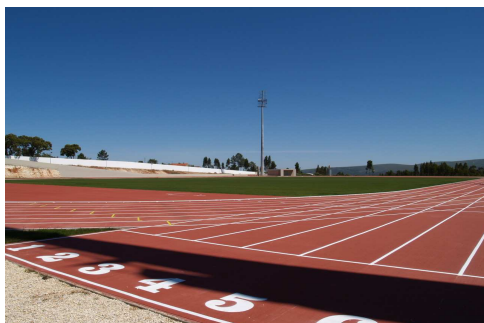


Fig. – Estádio Municipal em Fátima

- Edições e publicações periódicas municipais;
- Programa Cultural;
- Apoios correntes e de capital atribuídos a diversas associações culturais, desportivas e recreativas com sede na

- área do Município de Ourém;
- Arranjos Exteriores relativos ao Pavilhão do Caneiro (realização financeira);
- Construção do Estádio Municipal – Fátima (realização financeira);
- Construção de Piscina de Aprendizagem em Caxarias (realização financeira);
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nos equipamentos desportivos municipais).



Fig. – Piscinas de Aprendizagem em Caxarias



Acção Social

O ano de 2007 registou uma quebra das despesas verificadas ao nível deste objectivo em 37%. Neste âmbito, a despesa mais expressiva reporta-se ao pagamento anual referente ao apoio à recuperação do antigo Hospital de Santo Agostinho.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objectivo denota um aumento destas em 50%, atingindo um valor na ordem dos 2,4 milhões euros. Os programas “Iluminação” e “Urbanização” ostentam um acréscimo bastante significativo, o qual se cifrou em 22% e 80%, respectivamente.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Plano de Urbanização de Caxarias;
- Plano de Urbanização de Freixianda;
- Alteração ao Plano de Pormenor – Zona Industrial de Ourém;
- Plano de Pormenor – Zona Industrial de Freixianda;
- Plano de Pormenor – Zona Industrial de Caxarias;
- Plano de Pormenor – Zona Industrial de Vilar dos Prazeres;
- Iluminação Pública (ampliação e consumos);
- Participação no capital social da SRU – Cova da Iria;
- Aquisição de terreno relacionado com o Plano Pormenor afecto à Zona do Centro de Saúde de Ourém;
- Projecto de Edifício Comercial (Antigo Mercado);
- Urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objectivo sofreu uma variação negativa (21,6%), mantendo um valor de despesas realizadas bastante significativo ($\pm$ 5,2 milhões de euros), demonstrando um elevado



esforço financeiro deste município em suprir a carência existente no âmbito do saneamento básico.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Redes de Bacia 47 (Seiça) (realização financeira);
- Redes de Bacia 51 (Alburitel) (realização financeira);
- Remodelação das redes de esgotos em Fátima;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's...;
- Limpeza urbana.

Protecção Civil

As despesas inseridas neste objectivo sofreram uma quebra próxima de 8%, significando um valor na ordem dos 340 mil euros. O programa “Bombeiros” denota uma variação negativa de 10,5%, sendo a variação do programa “Serviços Municipais de Protecção Civil” muitíssimo ligeira.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objectivo, apresenta um aumento na ordem dos 36%, reportando um valor total das despesas realizadas superior a 1,1 milhão de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação das redes e sistemas de abastecimento de água;
- Casa do Administrador – Núcleo Museológico (estudos e projectos);
- Requalificação do Agroal



Fig. – Casa do Administrador – Núcleo Museológico



(estudos e projectos);

- Ucharia do Conde “Vinho Medieval de Ourém” (readaptação a núcleo museológico);
- Aeródromo Regional de Fátima (estudos e projectos)
- Iluminação de Natal nas cidades de Ourém e Fátima;
- Acções de apoio ao emprego;
- Participação no capital de empresas:
 - o SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova de Iria;
 - o Divinis – Agroprodutos de Ourém;
 - o Fatiparques – Parque de Negócios de Ourém e Fátima;

Comunicações e Transportes

Este objectivo tem vindo a perder preponderância nas opções do plano da autarquia, impelido pelo facto deste município já dispor de uma boa rede de infra-estruturas viárias municipais. O ano de 2007 apresentou uma quebra das despesas afectas a este objectivo em 15,5%. Em termos totais, estas despesas situaram-se em 1,8 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Beneficiação do C.M. 1008 (Resouro – Espite);
- Beneficiação da E.R. 356-3 Caxarias;
- Recuperação da Estrada Regional 349;
- Beneficiação do C.M. 1026 (Botelha – Limite do Concelho);
- Beneficiação da E.R. 356 Ourém - Alvaiázere;
- Beneficiação do C.M. (Espite/Freiria – Limite do Concelho)
- Beneficiação do C.M. 1034 – Tomareis;
- Aquisição de terrenos para construção da Rotunda em Pinhel;
- Terminal Rodoviário de Ourém (estudos e projectos);
- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais;



- Aquisição de equipamentos de transporte.

Defesa do Meio Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objectivo denotam um acréscimo em 3,6%, essencialmente resultante do aumento verificado nos programas “Parques e Jardins” (2%) e “Acção Integrada – Valourém” (4%). O valor total de despesas realizadas no presente objectivo superou 2,4 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Vigilância de espaços verdes públicos;
- Parque Linear (execução financeira);
- Mercado Municipal (execução financeira).

Freguesias

O presente objectivo denota uma ligeira quebra das despesas realizadas que não chega a significar 1%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a 935 mil euros. Neste contexto, importa destacar o apoio concedido para a beneficiação do Mercado de Fátima (350,7 mil euros), o apoio e/ou beneficiação de cemitérios (108 mil euros) e conservação de bermas e valetas (250 mil euros).

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2007 assinala um incremento expressivo das despesas realizadas (aumento superior a 240%). Esta circunstância surge essencialmente como consequência da construção de novas instalações municipais. Em resultado, estas despesas totalizaram um valor superior a 6,4 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:



- Construção do Novo Edifício dos Paços do Concelho;
- Arranjos exteriores do Edifício Municipal em Freixianda (execução financeira);
- Construção do Estaleiro Municipal (execução financeira);
- Edifício Multiusos em Cercal;
- Aquisição de equipamento informático;
- Aquisição de software informático;
- Aquisição de diverso equipamento básico e administrativo.

3.3.2 Estrutura das GOP's

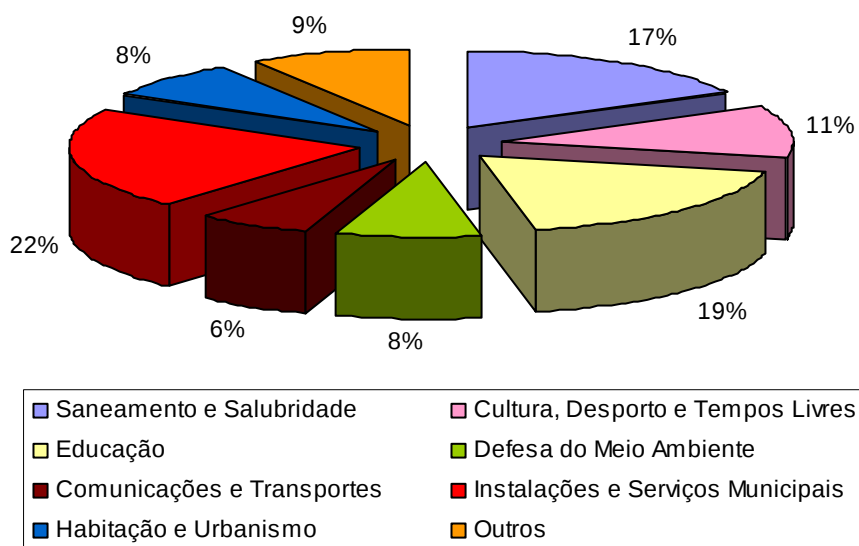
Quadro – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	Uni:Euro	
	2007	Peso (%)
Educação	5.530.773,40	18,65
Cultura, Desporto e Tempos Livres	3.220.621,10	10,86
Acção Social	240.933,34	0,81
Habitação e Urbanismo	2.380.603,04	8,03
Saneamento e Salubridade	5.153.400,19	17,38
Protecção Civil	340.379,24	1,15
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	1.114.329,49	3,76
Comunicações e Transportes	1.835.973,60	6,19
Defesa do Meio Ambiente	2.438.295,23	8,22
Freguesias	935.322,45	3,15
Instalações e Serviços Municipais	6.457.758,51	21,78
Total	29.648.389,59	100,00

Conforme decorre da leitura do quadro exposto e do gráfico seguidamente apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2007, reporta-se aos objectivos de “Instalações e Serviços Municipais”, “Educação” e “Saneamento e Salubridade”, tendo um peso no cômputo total das despesas em GOP's de, respectivamente, 22%, 19% e 17%.



Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



3.4 Evolução da execução orçamental

3.4.1 Orçamento da Receita

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Descrição	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
<i>(óptica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	86,74	97,10	11,94	112,52	15,88
G.E.O.R (Capital)	49,00	33,59	-31,46	29,35	-12,60
G.E.O.R. (Total)	68,31	63,62	-6,86	67,95	6,81
<i>(óptica das cobranças líquidas)^a</i>					
G.E.O.R (Corrente)	83,76	93,11	11,17	107,37	15,31
G.E.O.R (Capital)	48,96	33,66	-31,25	29,32	-12,90
G.E.O.R. (Total)	66,77	61,78	-7,47	65,56	6,12

^{a)} considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

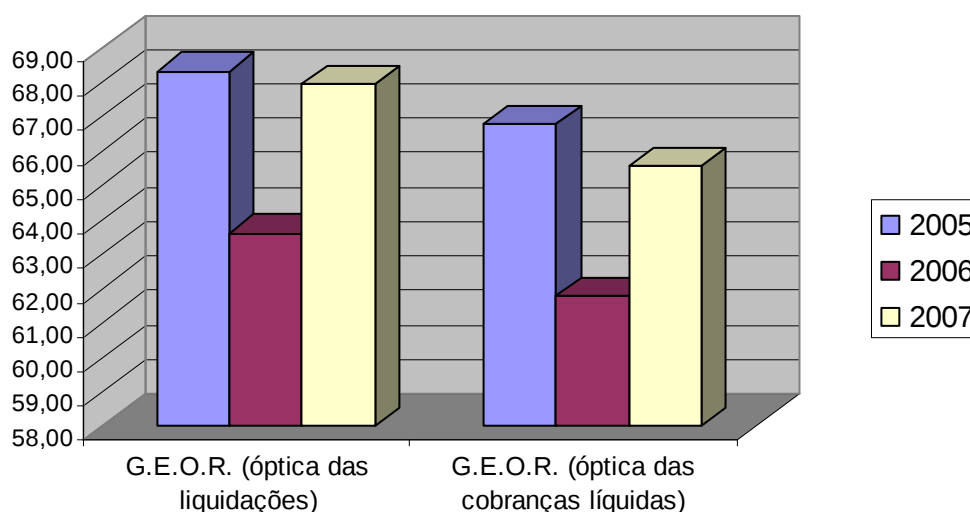
O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (óptica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (óptica das



liquidações), ambos os factores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Na óptica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 68%, sofrendo uma variação positiva em 4,33 p.p. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente na óptica das liquidações foi ligeiramente superior a 112,5% (variação positiva em 16%), mas, no que concerne à receita de capital, quedou-se pelos 29,4%.

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita



3.4.2 Orçamento da Despesa

O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Os graus de execução referidos denotam, na sua totalidade, uma diminuição do grau de execução orçamental da despesa. Na óptica dos compromissos o grau de execução orçamental foi de aproximadamente 98,9%. Na óptica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que

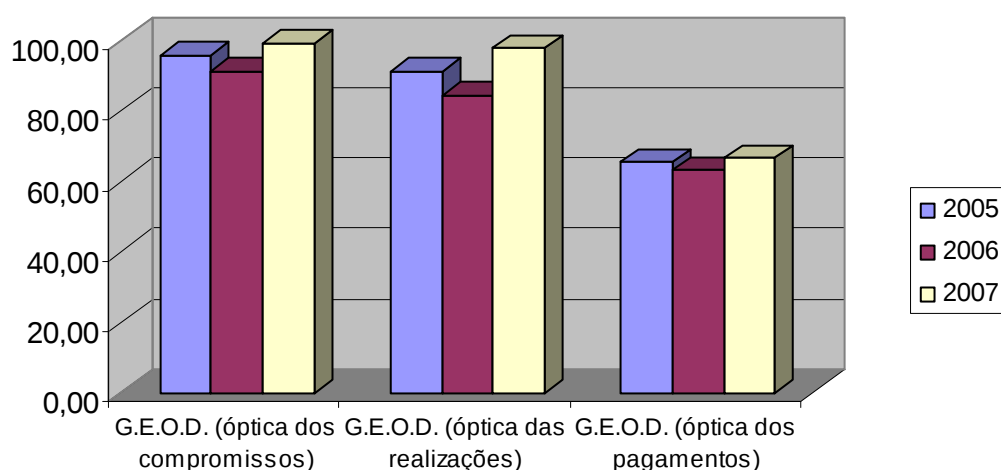


se executaram, aproximadamente, 97,6% das despesas previstas. Na óptica dos pagamentos, o grau de execução situou-se pelos 66,5%, denotando uma variação positiva em 3,5 p.p. face ao valor ocorrido no ano anterior. Será de referir que o grau de execução reportado às despesas correntes manifesta, em regra, e comparativamente ao grau de execução reportado às despesas de capital, valores substancialmente superiores.

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Descrição	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	98,44	97,93	-0,52	99,53	1,64
G.E.O.D (Capital)	93,96	86,09	-8,38	98,37	14,26
G.E.O.D. (Total)	95,65	91,12	-4,74	98,91	8,55
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	97,35	96,67	-0,70	98,29	1,68
G.E.O.D (Capital)	87,20	75,32	-13,63	97,03	28,82
G.E.O.D. (Total)	91,04	84,39	-7,31	97,62	15,67
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	82,28	80,52	-2,14	81,34	1,02
G.E.O.D (Capital)	55,13	50,15	-9,03	53,58	6,84
G.E.O.D. (Total)	65,40	63,06	-3,59	66,51	5,47

Gráfico - Evolução do Grau de Execução do Orçamento da Despesa





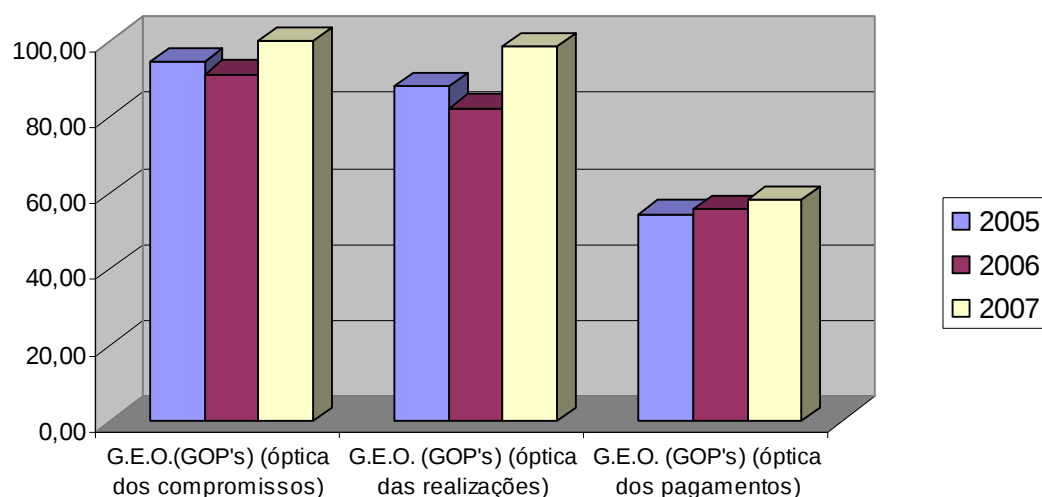
3.4.3 Grandes Opções do Plano

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Descrição	2004	2005	var. (%)	2007	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	94,45	91,20	-3,44	99,81	9,44
G.E.O. (PPI)	93,01	87,76	-5,64	99,96	13,90
G.E.O. (AMR's)	99,14	97,17	-1,99	99,59	2,49
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	88,01	82,33	-6,46	98,42	19,55
G.E.O. (PPI)	84,70	74,18	-12,43	98,66	33,01
G.E.O. (AMR's)	98,79	96,47	-2,35	98,05	1,64
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	54,38	55,82	2,65	58,09	4,07
G.E.O. (PPI)	46,76	44,25	-5,35	45,07	1,84
G.E.O. (AMR's)	79,23	75,90	-4,21	77,37	1,94

Gráfico - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Actividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos



compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

A análise do gráfico anteriormente exposto permite aferir que o grau de execução orçamental anual das GOP's na óptica dos compromissos e na óptica das realizações, sofreu, no decurso de 2007, um aumento face aos valores apurados em 2006. Assim, importa mencionar que, na óptica dos compromissos e na óptica das realizações, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respectivamente, de 99,8% e 98,4%.

No que concerne ao PPI, assinala-se a variação positiva ocorrida no grau de execução orçamental anual, na óptica das realizações, em aproximadamente 33%, significando este, em 2007, um grau de execução de 98,7%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na óptica das realizações próximo de 98%, tendo sofrido uma variação positiva de 1,6% face ao valor apurado no ano anterior.

3.5 Evolução dos resultados orçamentais

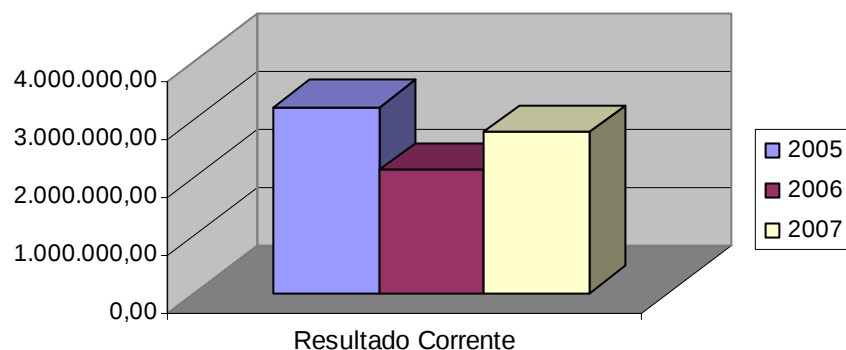
3.5.1 Resultado corrente

Quadro – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

Descrição	uni: Euro				
	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	18.923.894,91	20.169.544,53	6,58	22.423.428,24	11,17
Despesas correntes realizadas	15.709.314,54	18.048.500,65	14,89	19.646.945,98	8,86
Resultado Corrente	3.214.580,37	2.121.043,88	-34,02	2.776.482,26	30,90
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	



Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2007 evidencia, a exemplo dos anos anteriores, a ocorrência de poupança corrente, a qual alcançou um valor próximo de 2,8 milhões de euros, montante que permitiu financiar a realização de despesas de capital. Importa referir que a circunstância de o aumento verificado nas receitas liquidadas (11,2%) ter sido proporcionalmente superior ao ocorrido nas despesas correntes realizadas (8,9%), originou um aumento do volume de poupança corrente face ao valor obtido no ano anterior.

3.5.2 Resultado orçamental

O ano de 2007 regista um défice orçamental ligeiramente superior a 12,7 milhões de euros e evidencia um aumento do seu volume em quase 40%, se efectuada comparação com o valor apurado em 2006.

Em termos de representatividade, o défice ocorrido significa 44 % do total da receita, sendo que 30% da despesa realizada não dispõe de cobertura por parte da receita liquidada.

O facto acima exposto resulta essencialmente de um elevado volume de investimento e não de uma desequilibrada gestão corrente, veja-se o considerável volume de poupança corrente ocorrido, embora as despesas correntes tenham sofrido a



tendência, no período mais recente, para um acréscimo, resultante, em larga medida, da disponibilização de novas infra-estruturas e consequentemente de novos serviços.

Quadro – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro					
Descrição	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	29.141.657,34	27.957.414,63	-4,06	29.175.139,82	4,36
Total das Despesas Realizadas	38.838.377,73	37.082.592,43	-4,52	41.910.130,80	13,02
Resultado Orçamental	-9.696.720,39	-9.125.177,80	-5,89	-12.734.990,98	39,56
Nota Orçamental	Défi ce Orçamental	Défi ce Orçamental		Défi ce Orçamental	
(%) Total da Receita	33,27	32,64	-1,91	43,65	33,73
(%) Total da Despesa	24,97	24,61	-1,44	30,39	23,48



4. Fontes de Financiamento

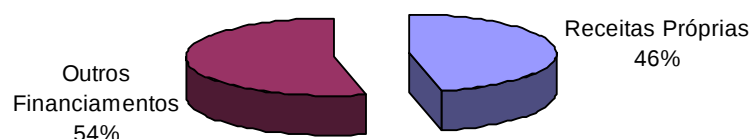
4.1 Receitas Próprias

4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, no termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia, em gerar localmente recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objectivos propostos.

Gráfico - Estrutura da Receita



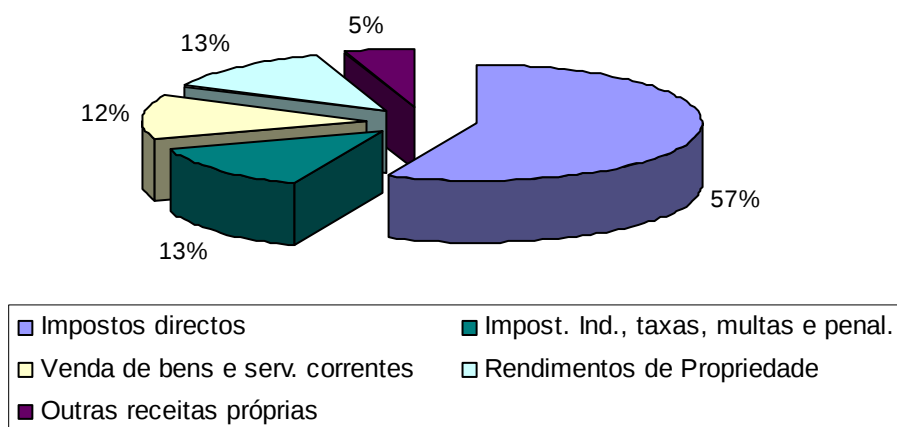
O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 46% das receitas totais, valor que indicia uma dependência maioritária da autarquia face a financiamentos externos. No entanto, será importante mencionar que, o valor obtido manifesta uma tendência de melhoria muito significativa deste indicador, considerando que, em 2006 e 2005, estas receitas apenas representavam, respectivamente, 44% e 38% das receitas totais.

Os impostos directos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 57%, seguidos dos impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades e dos rendimentos de propriedade, os quais representam individualmente cerca de 13%



cada um. As receitas com a venda de bens e serviços correntes têm uma representatividade de 12%, no total das receitas próprias.

Gráfico - Estrutura das Receitas Próprias



4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

uni: Euro					
Receitas Próprias	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	11.092.357,37	12.396.731,19	11,76	13.513.895,97	9,01

Em 2007, as receitas próprias estimaram-se num valor de 13,5 milhões de euros, denunciando uma variação positiva na ordem dos 9% face ao volume verificado no ano anterior.

Este facto deriva, em larga medida, do acréscimo verificado nos impostos directos, rendimentos de propriedade e venda de bens e serviços correntes

4.1.3 Indicadores



Quadro – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

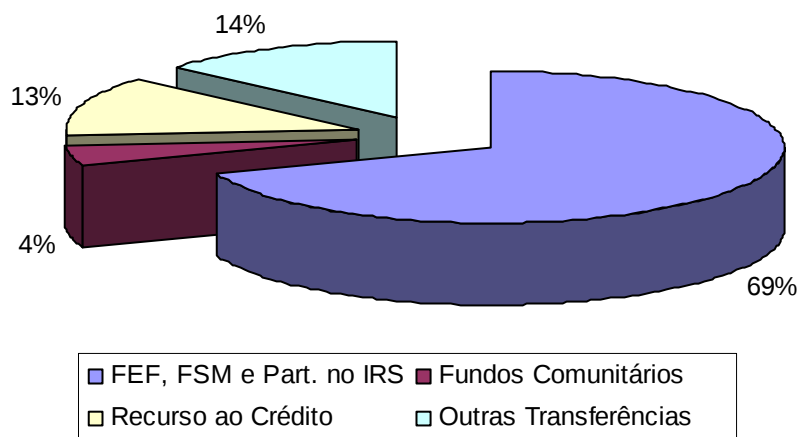
Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,38	0,44	16,49	0,46	4,46
Receitas Próprias / Despesa Total	0,29	0,33	17,05	0,32	-3,55
Receitas Próprias por Km2	26.657,91 €	29.792,67 €	11,76	32.477,52 €	9,01
Receitas Próprias <i>per capita</i>	228,25 €	251,61 €	10,24	270,56 €	7,53

Através da análise dos indicadores acima expostos, podemos verificar que as receitas próprias aumentaram a sua representatividade nas receitas totais em 4,5%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é de 32%. As receitas próprias *per capita* foram na ordem dos 270,56 euros (+7,5%), e por Km² de 32.477,52 euros (+9%).

4.2 Outros Financiamentos

4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos

Gráfico - Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (69%).



As receitas provenientes dos fundos comunitários representam apenas 4% dos outros financiamentos. O recurso ao crédito, ou seja, a utilização de empréstimos, representou 13% do total das receitas relativas a “Outros Financiamentos”, estando esta análise influenciada pelo volume de empréstimos de curto prazo.

4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro					
Outros Financiamentos	2004	2005	var. (%)	2006	var. (%)
Total	17.605.968,18	18.049.299,97	2,52	15.560.683,44	-13,79

Os “Outros Financiamentos” manifestam uma quebra substancial próxima dos 14%, sendo o volume total verificado, em 2006, próximo dos 15,6 milhões de euros.

4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

No decurso de 2007, a participação do município nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento sendo a sua distribuição efectuada com base nos seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão directa da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo factor 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - o os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - o de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - o de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - o de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;



- o de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - o > 80001 – 1.
- 25% na razão directa da área ponderada por um factor relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão directa da área afectada à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
- 20% na razão directa da área ponderada por um factor de amplitude altimétrica do município e 10% na razão directa da área afectada à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afecto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social, sendo a sua repartição anual efectuada proporcionalmente por cada município, de acordo com os seguintes indicadores:

- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - o 4% na razão directa do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - o 12% na razão directa do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
 - o 19% na razão directa do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;



- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
 - o 10,5% na razão directa do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
 - o 22% na razão directa do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, jardins de infância, lares, centros de dia e programas de acção social de cada município:
 - o 5% na razão directa do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência;
 - o 12,5% na razão directa do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - o 15% na razão directa do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

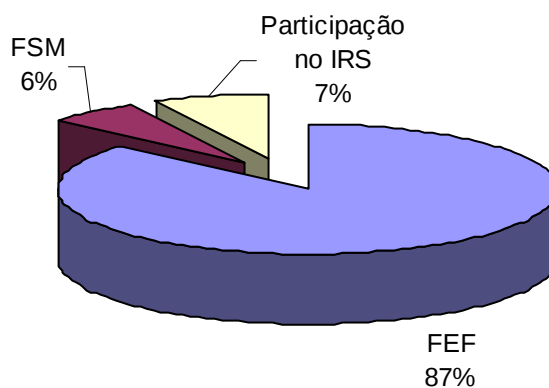
Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais

O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 87% do total dos três fundos. O FCM, o qual visa reforçar a coesão municipal, constitui 6% dos fundos municipais, cabendo os restantes 7% a participação no IRS.



Gráfico - Estrutura dos Fundos Municipais



4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Neste contexto, será de referir que, em 2007, a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2008), definiu um novo mecanismo de distribuição, circunstância que inviabiliza a comparação com anos anteriores.

4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Quadro – Evolução da Cooperação Técnica e Financeira a preços correntes

uni: Euro					
Cooperação Técnica e Financeira	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	823.183,59	278.075,30	-66,22	184.625,35	-33,61

Em 2007 verificou-se uma diminuição destas receitas em 33,6% que, em termos absolutos, apenas significam um valor na ordem dos 93,5 mil euros. O volume total registado situa-se em cerca de 184,6 mil euros.

4.2.5 Fundos Comunitários



O apoio da União Europeia a Portugal continuou a desenvolver-se em 2007, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) que abrange o período de 2000 a 2006.

Às autarquias locais cabe um papel decisivo na concretização dos objectivos definidos para Portugal no QCA III, em particular pela sua participação nos programas operacionais regionais (POR).

Quadro – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro					
Fundos Comunitários	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	2.012.936,20	2.127.488,37	5,69	699.141,42	-67,14

No decurso de 2006, verificou-se uma acentuada diminuição das receitas relativas a fundos comunitários (67%), reflectindo a fase do ciclo referente ao III QCA. Assim, no cômputo geral, estas receitas ascenderam a um valor ligeiramente superior a 699 mil euros, constituindo, porém, um importante recurso de financiamento, indispensável para a realização de um vasto conjunto de infra-estruturas e de equipamentos públicos.

4.2.6 Endividamento Municipal

4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2007, utilizou-se parcialmente um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente reflectindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 Médio e Longo Prazo



Quadro – Evolução do financiamento reportado a empréstimos de m.l.p a preços correntes

uni: Euro					
Empréstimos de m.l.p	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	1.039.167,00	830.000,00	-20,13	1.000.000,00	20,48

Como se verifica no quadro acima exposto, o recurso a empréstimos de médio e longo aumentou 20% face ao valor ocorrido no ano anterior. Deste modo, o volume total de empréstimos de médio e longo prazo contraídos no decurso de 2007 situou-se em 1 milhão de euros.

4.2.7 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,60	0,65	6,86	0,54	-16,85
Outros Financ. / Despesa Total	0,45	0,49	7,37	0,37	-23,23
Outros Financiamentos por Km2	42.311,87 €	43.377,31 €	2,52	37.638,17 €	-13,23
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	362,28 €	366,34 €	1,12	313,56 €	-14,41
Fundos Municipais / Receita Total	0,36	0,38	6,32	0,37	-1,95
Fundos Municipais / Despesa Total	0,27	0,29	6,83	0,26	-9,47
Fundos Municipais por Km2	24.916,77 €	25.415,11 €	2,00	26.004,64 €	2,32
Fundos Municipais <i>per capita</i>	213,34 €	214,64 €	0,61	216,64 €	0,93
Coop. Técn. Financ. / Receita Total	0,03	0,01	-64,79	0,01	-36,38
Coop. Técn. Financ. / Despesa Total	0,02	0,01	-64,62	0,00	-41,25
Coop. Técn. Financeira por Km2	1.978,33 €	668,29 €	-66,22	443,70 €	-33,61
Coop. Técn. Financeira <i>per capita</i>	16,94 €	5,64 €	-66,68	3,70 €	-34,51
Fundos Comunitários / Receita Total	0,07	0,08	10,17	0,02	-68,51
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,05	0,06	10,70	0,02	-70,92
Fundos Comunitários por Km2	4.837,63 €	5.112,93 €	5,69	1.680,22 €	-67,14
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	41,42 €	43,18 €	4,25	14,00 €	-67,58
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,04	0,03	-16,75	0,03	15,45
Empréstimos m.l.p. / Despesa Total	0,03	0,02	-16,35	0,02	6,60
Empréstimos m.l.p. por Km2	2.497,40 €	1.994,71 €	-20,13	2.403,27 €	20,48
Empréstimos m.l.p. <i>per capita</i>	21,38 €	16,85 €	-21,22	20,02 €	18,85



O quadro que se apresenta na página anterior permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita diminuiu aproximadamente 16%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 37% das despesas totais realizadas em 2007. Os outros financiamentos *per capita* foram na ordem dos 313,56 euros e por Km² de 37.638,17 euros.

Em 2007, os fundos municipais representaram 37% do total das receitas e cobriram 26% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 216,64 euros e por Km² de 26,004,64 euros.

Será de salientar que fundos comunitários apenas significaram 2% do total das receitas e financiaram 2% das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento *per capita* de 14,00 euros.

O recurso ao crédito de médio e longo prazo contribuiu para aproximadamente 3% das receitas totais e suportou 2% das despesas realizadas, representando, *per capita*, um valor de 20,02 euros e por Km² de 2,403,27 euros.



5. Aplicação dos Recursos Financeiros

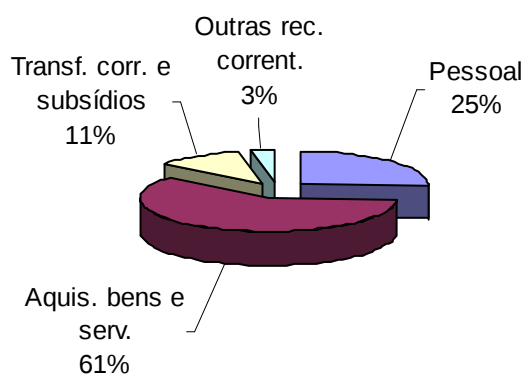
5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projectos por administração directa que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas pela residual designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2007 reporta-se à aquisição de bens e serviços (61%). As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências



correntes e subsídios, representam respectivamente 25% e 11% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro					
Despesas de Funcionamento	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	14.627.123,48	17.488.166,33	19,56	18.893.172,23	8,03

As despesas de funcionamento sofreram um aumento de 8%. No entanto, importa não só atender aos efeitos externos, associados essencialmente ao aumento do IPC (Índice de Preços no Consumidor), sendo relevante destacar o aumento do preço do petróleo, mas também aos efeitos internos, relacionados com a disponibilização de novas infra-estruturas e consequentemente de novos serviços públicos, os quais induzem um crescimento natural das despesas de funcionamento.

5.1.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,77	0,87	12,18	0,84	-2,82
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,93	0,97	4,06	0,96	-0,76
Desp. Func. / Despesas Totais	0,38	0,47	25,22	0,45	-4,41
Despesas de Funcionamento por Km ²	35.152,90 €	42.028,76 €	19,56	45.405,36 €	8,03
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	300,98 €	354,95 €	17,93	378,26 €	6,57

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou uma diminuição em aproximadamente 2,8%. No ano em análise, estas despesas representam 45% das despesas totais. As despesas de funcionamento *per capita* foram na ordem dos 378,26 euros, e por Km² de 45.405,36 euros.



5.2 Despesas com pessoal

5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

Despesas com Pessoal	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	4.883.208,64	5.158.482,28	5,64	4.757.815,99	-7,77

Estas despesas sofreram um decréscimo em aproximadamente 7,8%, reflectindo a alteração do regime de pessoal do município afecto às empresas municipais do regime de destacamento para o regime de requisição.

5.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,26	0,26	-0,89	0,21	-17,04
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,31	0,29	-8,05	0,24	-15,27
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,13	0,14	10,64	0,11	-18,39
Despesas de Pessoal por Km ²	11.735,66 €	12.397,22 €	5,64	11.434,31 €	-7,77
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	100,48 €	104,70 €	4,20	95,26 €	-9,02

As despesas com pessoal consumiram 21% das receitas correntes liquidadas, evidenciando um valor inferior ao ocorrido no ano anterior em 5 pontos percentuais. A representatividade das despesas com pessoal no total das despesas correntes foi de 24% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 95,26 euros e por Km² de 11.434,31 euros.

5.3 Aquisição de bens e serviços

5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços



Quadro – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	8.397.524,75	9.895.514,19	17,84	11.517.535,56	16,39

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um crescimento destas face ao ano anterior, em aproximadamente 16%. Esta variação encontra-se influenciada pelos efeitos referenciados no ponto 5.1.2 do presente documento.

Adicionalmente, importa mencionar que o volume de despesas respeitantes à aquisição de bens e serviços, também se encontra influenciado pela execução de obras por administração directa, as quais incutem um aumento das despesas correntes, nomeadamente com a aquisição de matérias-primas e combustíveis, circunstância que provoca não só uma sobreavaliação das despesas correntes verificadas, como também uma subavaliação do investimento realizado, quando efectuada uma análise meramente orçamental.

5.3.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,44	0,49	10,56	0,51	4,69
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,53	0,55	2,57	0,59	6,92
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,22	0,27	23,42	0,27	2,98
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	20.181,51 €	23.781,58 €	17,84	27.679,73 €	16,39
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	172,80 €	200,85 €	16,23	230,60 €	14,81

Em 2007, 51% das receitas correntes foram afectas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa um aumento deste factor em 4,7%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi respectivamente de 59% e 27%. As despesas de funcionamento *per capita* foram de 230,60 euros e por Km² de 27.679,73 euros.



5.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da actividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 Evolução do serviço da dívida

Quadro – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

uni: Euro					
Serviço da Dívida	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	3.337.612,90	2.029.765,91	-39,19	3.158.515,69	55,61
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	1.580.090,30	1.829.765,91	15,80	2.158.515,69	17,97

Estas despesas sofreram um aumento em aproximadamente 56%. No entanto, esta circunstância está influenciada pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado factor de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um acréscimo na ordem dos 18% e resultam não só do término do período de carência de amortização de alguns dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos em anos anteriores, mas também do aumento ocorrido nas taxas de juro no decurso do ano económico em análise.

5.4.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,05	0,07	20,71	0,07	13,04
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,04	0,05	21,28	0,05	4,38
Serviço da Dívida por Km ²	3.797,38 €	4.397,42 €	15,80	5.187,49 €	17,97
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	32,51 €	37,14 €	14,22	43,22 €	16,37



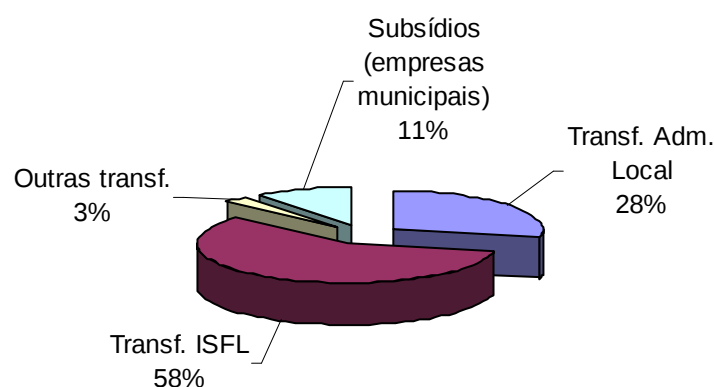
Nos indicadores que se expõem na página anterior, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 5% das despesas totais e absorve 7% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida *per capita* foram de 43,22 euros e , por Km², de 5.187,49 euros.

5.5 Apoios concedidos a terceiros

5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros

Gráfico - Estrutura dos apoios concedidos



Aproximadamente 58% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas a instituições sem fins lucrativos. Note-se ainda o peso relevante dos apoios concedidos à Administração Local (28%), onde assumem especial relevo as Freguesias. No decurso de 2007, as empresas municipais, através de subsídios, absorveram cerca de 11% destas despesas.

5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros



Quadro – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Apoios Concedidos	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	3.412.198,29	4.478.780,43	31,26	3.768.031,19	-15,87

No decurso de 2007, os apoios concedidos a terceiros significaram quase 3,8 milhões de euros, denotando uma quebra próxima de 16%, face ao valor verificado no ano anterior, invertendo a forte tendência de crescimento verificada em anos anteriores.

5.5.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,12	0,16	36,82	0,13	-19,38
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,09	0,12	37,47	0,09	-25,56
Apoios concedidos por Km2	8.200,43 €	10.763,71 €	31,26	9.055,59 €	-15,87
Apoios concedidos <i>per capita</i>	70,21 €	90,90 €	29,47	75,44 €	-17,01

Os apoios concedidos afectam cerca de 13% das receitas totais, significam 9% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação de 75,44 euros.

5.6 Investimento Municipal

5.6.1 Investimento directo

5.6.1.1 Evolução do investimento directo

Quadro – Evolução do Investimento Directo Municipal a preços correntes

uni: Euro

Investimento Directo Municipal	2005	2006	var. (%)	2006	var. (%)
Total	18.267.240,40	14.863.789,77	-18,63	17.739.483,79	19,35

O período em análise evidencia um aumento do volume de investimento directo municipal em 19,4%, cujo montante realizado ascendeu a um valor superior a 17,7 milhões de euros.



5.6.1.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Directo

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Investimento Directo / Receitas Totais	0,63	0,53	-15,18	0,61	14,37
Investimento Directo / Despesas Totais	0,47	0,40	-14,78	0,42	5,60
Investimento Directo por Km2	43.901,08 €	35.721,68 €	-18,63	42.632,74 €	19,35
Investimento Directo <i>per capita</i>	375,88 €	301,69 €	-19,74	355,17 €	17,73

Em 2007 o investimento directo realizado absorveu 61% das receitas totais e significou 42% das despesas totais. O volume de investimentos directos *per capita*, foram de 355,17 euros e por Km² de 42.632,74 euros.

5.6.2 Investimento total (directo e indirecto)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento directo, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro – Evolução do Investimento Total Municipal (directo e indirecto) a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Total Municipal	2005	2006	var. (%)	2006	var. (%)
Total	20.111.403,51	17.288.620,45	-14,04	19.458.442,08	12,55

O investimento directo total reporta um acréscimo de 13,6% e representa um volume próximo de 19,5 milhões de euros.

5.6.2.2 Indicadores



Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (directo e indirecto)

Indicadores	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,69	0,62	-10,39	0,67	7,85
Investimento Total / Despesas Totais	0,52	0,47	-9,97	0,46	-0,41
Investimento Total por Km ²	48.333,10 €	41.549,20 €	-14,04	46.763,86 €	12,55
Investimento Total <i>per capita</i>	413,83 €	350,90 €	-15,21	389,58 €	11,02

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento totais registou um aumento em aproximadamente 5 pontos percentuais. No ano em análise, estas despesas representaram 67% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 389,58 euros, e por Km², de 46.763,86 euros.

5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Quadro – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

uni: Euro						
Designação	2005	Peso (%)	2006	Peso (%)	2007	Peso (%)
Investimento Total a)	20.111.403,51	--	17.288.620,45	--	19.458.442,08	--
Receitas de Capital (1)	10.211.130,90	83,97	7.777.753,14	63,96	6.751.245,17	52,37
Venda de Bens de Investimento	289.298,14	2,38	145.661,62	1,20	58.485,50	0,45
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	4.230.090,00	34,79	4.230.090,00	34,79	3.751.023,00	29,09
Cooperação Técnica e Financeira	823.183,59	6,77	278.075,30	2,29	184.625,35	1,43
Fundos Comunitários (Capital)	1.946.206,23	16,01	1.971.222,91	16,21	654.610,32	5,08
Outras Transferências de Capital	123.092,35	1,01	39.926,89	0,33	1.500,00	0,01
Recurso ao Crédito	2.796.689,60	23,00	1.112.776,42	9,15	1.000.000,00	7,76
Outras Receitas de Capital	2.570,99	0,02	0,00	0,00	1.101.001,00	8,54
Poupança Corrente (2)	3.214.580,37	26,44	2.121.043,88	17,44	2.776.482,26	21,54
Total das Fontes de Financiamento (b)	13.425.711,27	110,41	9.898.797,02	81,40	9.527.727,43	73,90
Fontes de Financiamento / Investimento	0,67	--	0,57	--	0,49	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	-6.685.692,24		-7.389.823,43		-9.930.714,65	

a) Investimento directo e indirecto

b) (1) + (2)

Através da análise efectuada ao quadro apresentado, tem-se facilmente a percepção de que as fontes de financiamento não cobrem a totalidade das despesas de investimento efectuadas.



Desta forma, o ano de 2007 denota uma cobertura de apenas 49% das despesas de investimento em relação às fontes de financiamento, valor que significa um défice de financiamento do investimento realizado na ordem dos 9,9 milhões de euros.

Este facto apenas foi minimizado dada a verificação da denominada “Regra de Ouro”, no que concerne à gestão orçamental, cumprindo-se a disposição de equilíbrio corrente, a qual refere que as despesas correntes devem ser financiadas por receitas correntes e nunca por receitas de capital. Veja-se a ocorrência em 2007 de um volume de poupança corrente na ordem dos 2,8 milhões de euros, o qual permitiu atenuar o saldo negativo que se tende a verificar.



6. Cumprimentos legais na despesa

6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

As despesas municipais com pessoal são limitadas pelas disposições constantes no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro. Tais limites reportam-se a despesas com pessoal do quadro que não podem anualmente exceder 60% das receitas correntes do ano anterior e a despesas com pessoal em qualquer outra situação que não podem ultrapassar 25% do anterior limite.

Conforme definido pelo SATAPOCAL, e por observação ao classificador das receitas e despesas públicas definido pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, relevam para o limite as despesas pagas pelo subagrupamento 01.01 – Remunerações certas e permanentes, ignorando-se então as despesas pagas pelos subagrupamentos 01.02 – Abonos variáveis ou eventuais e 01.03 – Segurança social.

6.1.1 Limite dos encargos com pessoal do quadro

Quadro – Limite dos encargos com pessoal do quadro			
Designação	2006	2007	Var. (%)
60 % das Receitas Correntes (cobradas) do ano anterior	10.963.403,47 €	11.486.669,84 €	4,77
Despesas com pessoal do quadro	3.302.176,73 €	3.022.751,06 €	-8,46
Capacidade de despesas com pessoal do quadro utilizada (%)	30,12	26,32	-12,63
Capacidade de despesas com pessoal do quadro por utilizar (%)	69,88	73,68	5,44

Conforme disposto no quadro acima apresentado, a autarquia apenas utiliza aproximadamente 26% dos limites legais definidos para despesas com pessoal do quadro.

6.1.2 Limites dos encargos com pessoal fora do quadro



Quadro – Limite dos encargos com pessoal fora do quadro

Designação	2006	2007	Var. (%)
25 % dos limites definidos para despesas com pessoal do quadro	2.740.850,87 €	2.871.667,46 €	4,77
Despesas com pessoal em qualquer outra situação	411.005,49 €	390.615,32 €	-4,96
Capacidade de despesas com pessoal em qualquer outra situação utilizada (%)	15,00	13,60	-9,29
Capacidade de despesas com pessoal em qualquer outra situação por utilizar (%)	85,00	86,40	1,64

O quadro evidencia que, no decurso do ano económico, apenas se utilizou 13,6% da capacidade relacionada com as despesas com pessoal em qualquer outra situação.

6.2 Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

A nova Lei das Finanças Locais estabelece novos princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites.

Consequentemente, define-se que o montante de endividamento líquido municipal, o qual é compatível com o conceito transposto no SEC95, é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o sector empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do do sector empresarial local.

No âmbito do limite de endividamento líquido municipal, refere-se que o montante deste endividamento, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa no IRS e da participação nos resultados das



entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Já o limite geral dos empréstimos a médio e longo prazo refere que o montante em dívida não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quadro – Limites de endividamento municipal para 2007

	Designação	Montante (euros)	Observações
(1)	Imposto Municipal sobre Imóveis - 2006	2.631.934,40	Receitas cobradas líquidas no ano (n-1)
(2)	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis - 2006	1.795.111,89	
(3)	Imposto Municipal sobre Veículos - 2006	505.588,57	
(4)	Contribuição Autárquica 2006	95.783,95	
(5)	SISA 2006	153.710,79	
(6)	Derrama	1.061.761,26	Receitas líquidas arrecadadas no ano (n-1)
(7)	Participação nos resultados das entidades do sector empresarial local	0,00	Receitas líquidas arrecadadas no ano (n-1)
(8)	Fundos Municipais OE/2006	10.575.226,00	Participação do município no FEF e da participação de IRS relativa ao ano (n-1)
(9)	Total das receitas a considerar para efeitos dos limites de endividamento	16.819.116,86	(9) = Somatório de (1) a (8)
(10)	Limite ao endividamento de curto prazo	1.681.911,69	(10) = 10% x (9)
(11)	Limite ao endividamento de médio e longo prazo	16.819.116,86	(11) = 100% x (9)
(12)	Limite ao endividamento líquido	21.023.896,08	(12) = 125% x (9)

Da análise ao quadro apresentado na página seguinte, conclui-se que o município ainda dispôs de aproximadamente 4,6 milhões de euros de capacidade de recurso a empréstimos de médio e longo prazo, ao longo de 2007.

No que concerne ao volume de endividamento líquido geral apurado, verifica-se um excesso face ao limite na ordem dos 5 milhões de euros. Contudo, será de referir que existe imobilizado do município afecto à utilização do Estado (Administração Central), cuja compensação financeira nunca ocorreu, circunstância que poderá permitir a diminuição do volume verificado, a exemplo do já sucedido com outros municípios.



Quadro – Situação do Município face aos limites em 2007

	Designação	Montante (euros)	Observações
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazo	16.465.596	Saldo credor da conta 2312 - empréstimos de médio e longo prazo
(2)	Endividamento líquido do município	30.408.535	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento, não se consideram as contas 2745, 2749 e 414.
(3)	Contribuição de serviços municipalizados, associações de municípios e do sector empresarial local para o endividamento líquido municipal	0	Caso o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, o nível de endividamento líquido será considerado para efeitos de apuramento do endividamento líquido do município (apenas para o SEL).
(4)	Endividamento líquido do município consolidado	30.408.535	(4) = (2) + (3)
(5)	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	4.290.474	Capital em dívida de médio e longo prazo excepcionado dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º2 do art.º 61º da LFL e dos n.ºs 5 a 7 do art.º 33º do OE/2007.
(6)	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	12.175.122	(6) = (1) - (5)
(7)	Contribuição de serviços municipalizados, associações de municípios e do sector empresarial local para o capital em dívida de médio e longo prazo	0	Caso o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, o nível de endividamento líquido será considerado para efeitos de apuramento do endividamento líquido do município (apenas para o SEL).
(8)	Capital em dívida de médio e longo prazo consolidado	12.175.122	(8) = (6) + (7)
(9)	Endividamento líquido a considerar	26.118.061	(9) = (4) - (5)
(10)	Limite ao endividamento de médio e longo prazo	16.819.117	Nos termos da LFL
(11)	Limite ao endividamento líquido	21.023.896	Nos termos da LFL
Verificação do cumprimento dos limites em 31/12/2007			
(12)	Capacidade de endividamento de médio e longo prazo por utilizar	4.643.995	(12) = (10) - (8)
(13)	Capacidade de endividamento de médio e longo prazo utilizada, em percentagem	72,39%	(13) = [(8) / (10)] x 100
(14)	Capacidade de endividamento líquido por utilizar	-5.094.165	(14) = (11) - (9)
(15)	Capacidade de endividamento líquido utilizada, em percentagem	124,23%	(15) = [(9) / (11)] x 100
(16)	Excesso de endividamento de médio e longo prazo	0	(16) = (8) - (10) Apenas se (8) > (10), caso contrário (16) = 0
(17)	Excesso de endividamento líquido	5.094.165	(17) = (9) - (11) Apenas se (9) > (11), caso contrário (17) = 0



7. Análise Económico-Financeira

7.1 Análise da Situação Económica

7.1.1 Condições Económicas

MAPA DE CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Designações	Exercícios	
	2006	2007
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	-0,82%	-1,89%
1.2 Económica	-0,64%	-1,45%
1.3 Vendas	-94,32%	-208,59%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,004	-0,014
2.2 Alavancagem	-0,01	-0,03
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,01	-0,01
3. Rotações		
3.1 Rotação do Activo	0,007	0,007
3.2 Rotação do Activo Corrente	0,99	1,04
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,007	0,007
4. Gestão		
4.1 de Matérias	3,59	2,90
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	20,9	13,4
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	149,5	149,9

(a) Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios



Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na actividade.

Os indicadores de rendibilidade denotam uma quebra, estritamente relacionada com o facto de o exercício de 2007 apresentar um resultado líquido do exercício negativo mais expressivo que o ocorrido no ano anterior. Assim, a rendibilidade financeira situou-se em -1.89%, reflectindo a negatividade do resultado líquido do exercício obtido.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este rácio regista um valor negativo (-0,014), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2007 (-1,30) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do activo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da actividade do Município.

Gestão

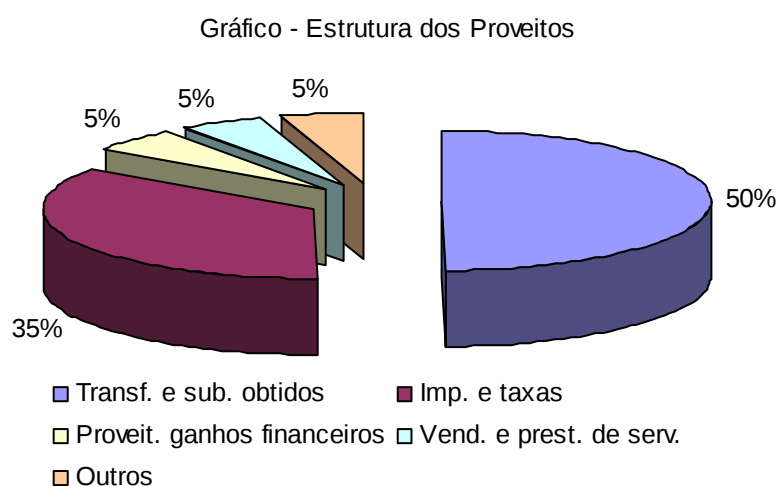


O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista uma diminuição em aproximadamente 7 dias face ao prazo denotado no ano anterior. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se próximo dos 13 dias.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c, indica um valor muito similar ao ocorrido no ano anterior, pelo que o prazo médio de pagamentos, no decurso de 2007, situou-se em torno dos 150 dias.

7.1.2 Proveitos

7.1.2.1 Estrutura dos proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 50% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 35 % dos proveitos totais. As vendas e prestações de serviços e os proveitos e ganhos financeiros, significam, igualmente, 5% do cômputo total dos proveitos.

7.1.2.2 Evolução dos proveitos



Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	1.270.650,67	1.264.559,20	-0,48	1.313.463,32	3,87
Vendas	60.287,16	42.192,43	-30,01	25.058,06	-40,61
Prestação de serviços	1.210.363,51	1.222.366,77	0,99	1.288.405,26	5,40
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	80.000,78	14.463,81	-81,92	9.089,10	-37,16
Saneamento - Tarifa de Ligação	115.710,54	220.759,85	90,79	257.358,57	16,58
Resíduos Sólidos	902.711,15	874.562,36	-3,12	834.560,03	-4,57
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	21.123,10	10.376,34	-50,88	7.204,89	-30,56
Trabalho por conta de particulares	49.953,25	33.223,20	-33,49	106.123,61	219,43
Cemitérios	13.273,60	29.768,40	124,27	15.051,10	-49,44
Parques de Estacionamento	20.517,25	30.646,75	49,37	34.343,07	12,06
Outros	7.073,84	8.566,06	21,09	24.674,89	188,05
Impostos e taxas	6.961.461,08	8.745.738,09	25,63	8.994.390,72	2,84
Impostos directos	5.612.180,13	6.537.749,88	16,49	7.349.928,11	12,42
Imposto municipal sobre imóveis	2.333.336,96	2.647.669,51	13,47	2.878.743,44	8,73
Impostos municipal sobre veículos	595.625,45	507.657,27	-14,77	545.710,40	7,50
Imposto municipal sobre transmissões	1.388.788,32	2.075.592,67	49,45	2.917.378,40	40,56
Derrama	924.760,24	1.061.761,26	14,81	1.070.693,20	0,84
Impostos abolidos	369.669,16	245.069,17	--	-62.597,33	-125,54
Impostos indirectos e taxas	1.618.341,73	2.207.988,28	36,44	1.644.462,61	-25,52
Mercados e feiras	102.408,51	155.275,62	51,62	134.560,02	-13,34
Loteamentos e obras	914.448,77	1.453.117,07	58,91	842.991,29	-41,99
Ocupação da via pública	2.962,30	1.420,72	-52,04	1.635,03	15,08
Publicidade	31.446,84	31.005,45	-1,40	45.301,37	46,11
Saneamento (Conserv. e tratamento)	472.954,04	463.048,18	--	500.092,07	8,00
Outros	94.121,27	104.121,24	10,62	119.882,83	15,14
Proveitos Suplementares	499.940,65	490.442,17	-1,90	148.725,45	-69,68
Transferências e subsídios obtidos	12.365.277,84	13.138.511,47	6,25	12.820.710,88	-2,42
Trabalho para a própria entidade	975.855,09	685.981,30	--	316.119,18	-53,92
Proveitos e ganhos financeiros	1.468.748,36	1.345.075,25	-8,42	1.336.368,16	-0,65



Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Juros obtidos	18.361,21	25.227,27	37,39	16.011,53	-36,53
Ganhos em entidades participadas	10.640,90	6.399,03	-39,86	6.774,37	5,87
Rendimentos de imóveis	1.439.746,25	1.313.448,95	-8,77	1.313.582,26	0,01
Proveitos e ganhos extraordinários	589.988,78	875.558,50	48,40	797.730,78	-8,89
Ganhos em imobilizações	0,00	115.681,03	#DIV/0!	1.000,00	-
Benefícios de penalidades contratuais	83.042,51	68.111,94	-17,98	92.366,14	35,61
Transferências de capital	437.151,49	662.124,95	--	628.104,26	-5,14
Outros proveitos e ganhos extraordinários	69.794,78	29.640,58	-57,53	76.260,38	-
Total	24.131.922,47	26.545.865,98	10,00	25.727.508,49	-3,08

Os proveitos totais evidenciam uma diminuição em 3%, reflectindo, essencialmente, a quebra verificada nos proveitos relativos a proveitos suplementares (-70%), Trabalho para a própria entidade (-54%), proveitos e ganhos extraordinários (-9%) e transferências e subsídios obtidos (-2,45%).

Em sentido inverso, destacam-se os aumentos ocorridos nos proveitos relativos a vendas e prestações de serviços (3,9%) e impostos e taxas (-3%). Nos primeiros destacam-se os proveitos relativos à tarifa de ligação de saneamento (+17%), trabalhos por conta de particulares (+219%) e parques de estacionamento (12%). Nos impostos e taxas, salienta-se o crescimento verificado no imposto municipal sobre imóveis (8,7%), imposto municipal sobre veículos (7,5%), imposto municipal sobre transmissões (41%) e saneamento (+8%), em detrimento da quebra sentida ao nível dos loteamentos e obras (-42%).

7.1.3 Custos

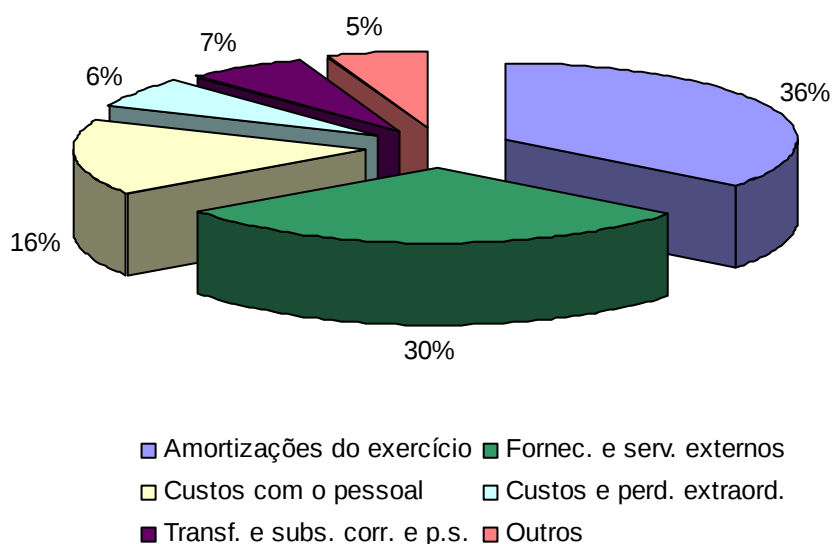
7.1.3.1 Estrutura dos custos

Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações do exercício e os fornecimentos e serviços externos, os quais representam, respectivamente, 36% e 30% dos custos totais.



Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos com pessoal (16%) com as perdas extraordinárias (6%) e com as transferências e subsídios correntes e prestações sociais (7%).

Gráfico - Estrutura dos Custos



7.1.3.2 Evolução dos custos

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	1.309.625,51	846.020,97	-35,40	702.247,36	-16,99
Fornecimentos e Serviços Externos	6.422.343,54	7.529.578,16	17,24	8.426.084,66	11,91
Electricidade	871.613,38	925.300,63	6,16	1.005.962,70	8,72
Combustíveis	330.780,34	318.430,43	-3,73	366.452,06	15,08
Água	37.643,03	37.761,41	0,31	25.055,49	-33,65
Material de Escritório	76.150,20	78.417,93	2,98	85.933,16	9,58
Rendas e Alugueres	220.534,04	201.378,64	-8,69	182.638,81	-9,31
Comunicação	95.454,79	93.180,06	-2,38	85.316,90	-8,44
Seguros	65.760,68	62.769,37	-4,55	59.497,79	-5,21
Deslocações e Estadas	18.455,65	17.371,09	-5,88	16.604,58	-4,41
Honorários	58.231,41	51.180,10	-12,11	41.066,61	-19,76



Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Conservação e reparação	363.838,29	403.422,60	10,88	854.218,61	111,74
Publicidade e propaganda	72.711,09	49.942,19	-31,31	39.084,38	-21,74
Limpeza, Higiene e Conforto	101.445,35	118.871,24	17,18	153.673,90	29,28
Vigilância e Segurança	37.104,37	104.730,44	182,26	159.894,28	52,67
Trabalhos Especializados	349.834,09	552.269,53	57,87	951.387,35	72,27
Edições e Publicações Periódicas Municipais	53.722,88	54.597,58	1,63	83.800,80	53,49
Exploração e Manutenção de ETAR's	312.604,68	459.462,39	46,98	561.126,23	22,13
Encargos de Cobrança	96.435,88	166.418,47	72,57	157.244,86	-5,51
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1.422.411,93	1.338.651,45	-5,89	1.436.105,01	7,28
Transportes Escolares	670.685,81	762.295,13	13,66	808.138,59	6,01
Manutenção de espaços verdes	329.061,39	463.404,50	40,83	433.260,90	-6,50
Limpeza Urbana (incl. em outros forn. e serv.)	--	324.564,43	--	341.976,06	5,36
Fornecimento de refeições ao 1º CEB	--	234.142,63	--	341.421,14	45,82
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	837.864,26	711.015,92	-15,14	236.224,45	-66,78
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	1.947.539,03	1.771.753,81	-9,03	1.924.096,96	8,60
Transferências Correntes Conced.	1.793.436,96	1.450.875,05	-19,10	1.650.436,78	13,75
Freguesias	671.988,89	405.795,56	-38,73	371.310,93	-8,50
Associações de Municípios	1.027,80	5.911,93	98110,78	1.208,52	-79,56
Instituições s/fins lucrativos	1.112.811,87	1.003.498,42	-9,82	1.238.062,71	23,37
Famílias	4.038,40	5.985,60	48,22	3.026,62	-49,43
Outras transferências correntes concedidas	3.570,00	29.683,54	731,47	36.828,00	24,07
Subsídios Correntes Concedidos	154.102,07	320.878,76	108,22	273.660,18	-14,72
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	154.102,07	320.878,76	108,22	273.660,18	-14,72
Custos com o Pessoal	4.760.599,45	5.099.180,74	7,11	4.602.555,15	-9,74
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	276.881,17	319.822,13	15,51	295.393,08	-7,64
Remunerações do pessoal	3.807.309,42	3.891.877,27	2,22	3.605.237,36	-7,37
Pensões	10.385,11	4.791,33	-53,86	2.317,75	-51,63
Encargos sobre remunerações	366.347,69	533.480,93	45,62	524.452,55	-1,69
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	121.426,16	88.683,05	-26,97	31.796,23	-64,15
Outros custos com pessoal	178.249,90	260.526,03	46,16	143.358,18	-44,97
Outros custos e perdas operacionais	67.723,01	52.200,79	-22,92	52.304,44	0,20
Amortizações do exercício	2.309.157,35	9.855.487,53	326,80	10.154.211,95	3,03
Provisões do Exercício	0,00	0,00	-	0,00	--



Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Custos e perdas financeiros	466.088,34	588.552,02	26,27	798.850,27	35,73
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	377.614,37	507.452,63	34,38	765.329,43	50,82
Outros custos e perdas financeiros	88.473,97	81.099,39	-8,34	33.520,84	-58,67
Custos e Perdas Extraordinários	2.263.945,60	1.995.793,80	-11,84	1.806.924,97	-9,46
Transf. de capital concedidas	2.121.409,85	1.823.344,46	-14,05	1.363.456,62	-25,22
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	120.798,32	--	67.167,51	--
Freguesias	962.677,14	266.551,33	-72,31	546.689,01	105,10
Associações de Municípios	2.956,75	16.567,62	460,33	13.282,12	-19,83
Instituições s/fins lucrativos	1.125.158,87	803.390,86	-28,60	709.582,41	-11,68
Outras transferências de capital concedidas	30.617,09	616.036,33	1912,07	26.735,57	-95,66
Outros custos e perdas extraord.	142.535,75	172.449,34	20,99	443.468,35	157,16
Total	19.547.021,83	27.738.567,82	41,91	28.467.275,76	2,63
Total (s/amortizações)	17.237.864,48	17.883.080,29	3,74	18.313.063,81	2,40

Os custos totais apresentam um aumento em aproximadamente 2,6%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 28,5 milhões de euros. No entanto, extraíndo dos custos totais os custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido na ordem dos 2,4%.

Os fornecimentos e serviços externos denotam um aumento em 17,2% reflectindo a disponibilização crescente de novos equipamentos e consequentemente de novos serviços. Considerando que o IPC (Índice de Preços do Consumidor), relativo ao ano económico de 2007, foi de 2,5%, deduz-se que estes custos registaram uma diminuição real na ordem de 0,1%.

No lado dos acréscimos dos custos mencionados no parágrafo anterior destacam-se com uma variação positiva conservação e reparação (112%), a limpeza, higiene e conforto (29%), vigilância e segurança (53%), os trabalhos especializados (72%), as edições e publicações periódicas municipais (53%), a exploração e manutenção de ETAR's (22%), a recolha tratamento e transporte de RSU's (7%), os transportes escolares (6%) e o fornecimento de refeições ao 1º CEB (46%),



No que concerne aos trabalhos especializados, importa referir o impacto resultante do desenvolvimento das actividades extracurriculares, sendo a variação verificada na vigilância e segurança, resultante da afectação de novos equipamentos/infra-estruturas a este tipo de valência.

O aumento registado ao nível da limpeza, higiene e conforto, exploração e manutenção de ETAR's e manutenção de espaços verdes, deve-se à externalização destes serviços, pelo que se repercutem de forma directa, os custos relacionados.

No âmbito dos fornecimentos e serviços externos, será de referir a queda verificada nos custos com publicidade e propaganda (22%) e manutenção de espaços verdes (6,5%).

Os custos com pessoal manifestam uma variação negativa em 9,7%, face ao valor registado em 2006, encontrando-se este valor influenciado pela alteração do regime dos funcionários do município adstritos às empresas municipais os quais passaram do regime de destacamento para o de requisição. Complementarmente também os “outros custos com pessoal”, onde se incluem os custos com despesas de saúde (comparticipação da entidade na ADSE) e, dada a sua enorme volatilidade, registam uma quebra próxima de 45%.

No ano em análise, os custos e perdas financeiras registam um aumento na ordem dos 236%, reflectindo, nomeadamente, o aumento verificado ao nível das taxas de juro de referência.

As transferências e subsídios correntes concedidos assinalam um aumento destes custos em 8,6%, essencialmente resultante do aumento ocorrido no volume de transferências correntes concedidas a instituições sem fins lucrativos (23%).

7.1.4 Resultados

7.1.4.1 Resultado operacional



Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	5.256.197,44	-828.989,77	-115,77	-2.268.090,97	173,60

O resultado operacional apresentou um aumento da negatividade em aproximadamente 174%. Desta forma o resultado foi negativo, em aproximadamente 2,3 milhões de euros.

7.1.4.2 Resultado financeiro

Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	1.002.660,02	756.523,23	-24,55	537.517,89	-28,95

Este indicador denota um decréscimo em 29% e representa um valor positivo na ordem de 537,5 mil euros.

7.1.4.3 Resultado corrente

Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

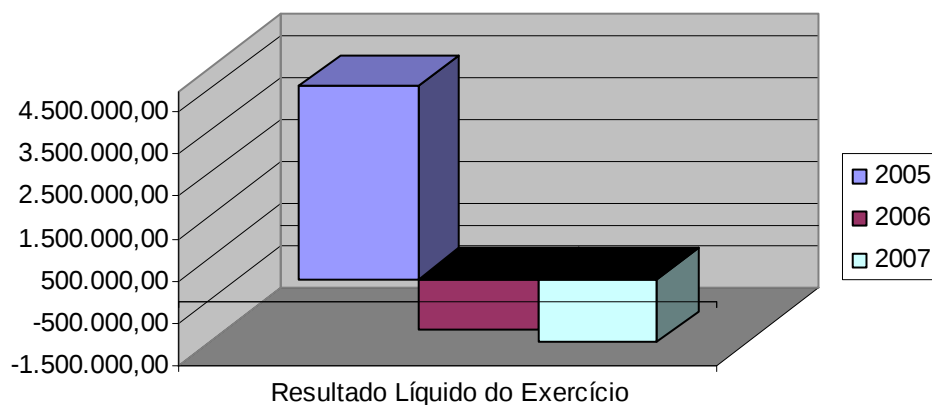
Resultado Corrente	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Total	6.258.857,46	-72.466,54	-101,16	-1.730.573,08	2288,10

O quadro apresentado demonstra a existência de um resultado negativo que ganhou expressividade no ano em reporte, atingindo um valor negativo superior a 1,7 milhões de euros.

7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício



Gráfico - Resultado Líquido do Exercício



Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

uni: Euro					
Resultado Líquido do Exercício	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Resultado Líquido do Exercício	4.584.900,64	-1.192.701,84	-126,01	-2.739.767,27	129,71

Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo quer com os objectivos das autarquias locais, quer sob a óptica conceptual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efectuada com base nos conceitos vigentes para o sector privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o sector privado.

7.2 Análise da Situação Financeira

7.2.1 Condições Financeiras



MAPA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Designações	Exercícios	
	2007	2006
(Fundo de Maneio)	-14.274.436,37 €	-9.475.247,12 €
(Cash Flow Estático (MLL))	7.414.444,68 €	8.662.785,69 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	4,01	4,22
1.2 Autonomia	0,75	0,80
1.3 Estabilidade (s.r.)	3,01	3,38
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,75	0,80
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,85	0,91
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	99,11%	98,73%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	0,08	0,12
3.2 Liquidez Reduzida	0,07	0,10
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	19,22%	18,68%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-11,32	-7,44
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,33	0,30
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	-1,32	-2,02
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	9,15	13,39
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,31	0,24
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,10	0,11
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,14	0,11

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de



fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente. Desta forma, o fundo de maneo reflecte-se num valor negativo, indicando que a curto prazo a autarquia irá ter alguma dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo. Note-se que o valor apurado é manifestamente negativo, situando-se próximo de 14,3 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2007 denota uma variação negativa deste indicador.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta uma considerável melhoria de todos os rácios de estabilidade, apresentando um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Activo

No que diz respeito à estrutura do activo, regista-se uma quebra da cobertura do activo imobilizado em fundos próprios, bem como em capitais permanentes. O peso relativo do activo imobilizado no activo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 99%.



Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma deterioração destes indicadores, persistindo a ocorrência de valores manifestamente débeis. Desta forma, salienta-se a existência de dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo.

No entanto, considerando a especificidade das actividades desenvolvidas pela entidade em apreço, a conjuntura económica adjacente ao período em análise, bem como o extenso volume e concentração de investimento verificado nos últimos anos, os indicadores apresentados não constituem motivo particular de preocupação, visto que a ocorrência deriva de factos extraordinários, embora se tenha vindo a acentuar um aumento gradual dos custos de funcionamento, sem, contudo, comprometer a sustentabilidade económico-financeira de forma expressiva.

A representatividade das existências no total do activo corrente registou um acréscimo, significando, em 31 de Dezembro, 19% deste total, quer por influência de um aumento directo ocorrido no saldo das existências, quer pela diminuição do saldo de depósitos em instituições financeiras e caixa.

O financiamento do activo corrente continua a denotar um valor negativo em reflexo da negatividade do fundo de maneo, tendo-se mesmo acentuado.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma ligeira deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida na Lei das Finanças Locais, pelo que para melhor compreensão se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento



(cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O financiamento do fundo de maneo pelo passivo de financiamento permanece negativo dada a negatividade do fundo de maneo.

O grau de dependência do activo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo, reflecte que 9% do activo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor bastante reduzido, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 Dívidas de terceiros

Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

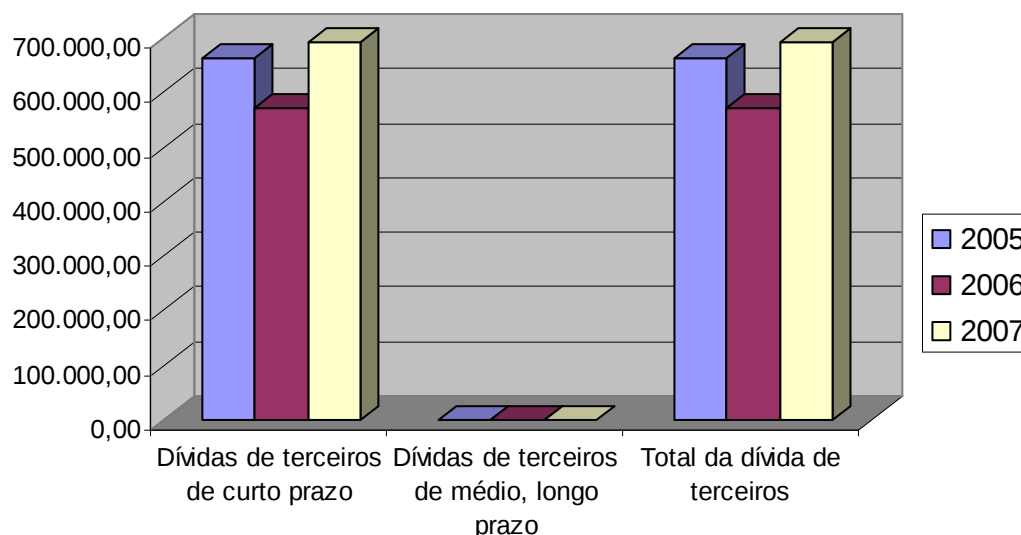
uni : euro					
Dívidas de terceiros	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	662.674,14	572.593,40	-13,59	691.303,78	20,73
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	49.390,14	53.255,35	7,83	48.258,93	-9,38
Contribuintes, c/c	66.691,44	126,09	--	46.495,54	36774,88
Utentes, c/c	21.931,56	18.942,31	-13,63	210.766,50	1012,68
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a forneced. de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	--	0,00	--
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros devedores	524.661,00	500.269,65	-4,65	385.782,81	-22,89
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Total da dívida a terceiros	662.674,14	572.593,40	-13,59	691.303,78	20,73

No que concerne a dívidas de terceiros, apenas se verificam dívidas de curto prazo, tendo o volume destas sofrido um acréscimo na ordem dos 21% que, em termos



absolutos, significou uma variação negativa em aproximadamente 118,7 mil euros. O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a cerca de 691 mil euros.

Gráfico - Evolução das dívidas de terceiros



7.2.3 Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma ligeira quebra em 1,9% (em termos absolutos, significa um valor em aproximadamente 355,8 mil euros), reflectindo a diminuição verificada nas dívidas a instituições de crédito (2,4%), fornecedores de imobilizado em locação financeira (53,5%).

No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, denota-se um acréscimo destas dívidas em 45%, as quais ascenderam, em 2007, a um valor próximo de 14,7 milhões de euros, evidenciando um aumento absoluto próximo de 4,6 milhões de euros.

O valor total das dívidas a terceiros foram na ordem dos 33,5 milhões de euros e apresenta uma variação positiva, face ao valor registado no ano anterior, em 14,4%.

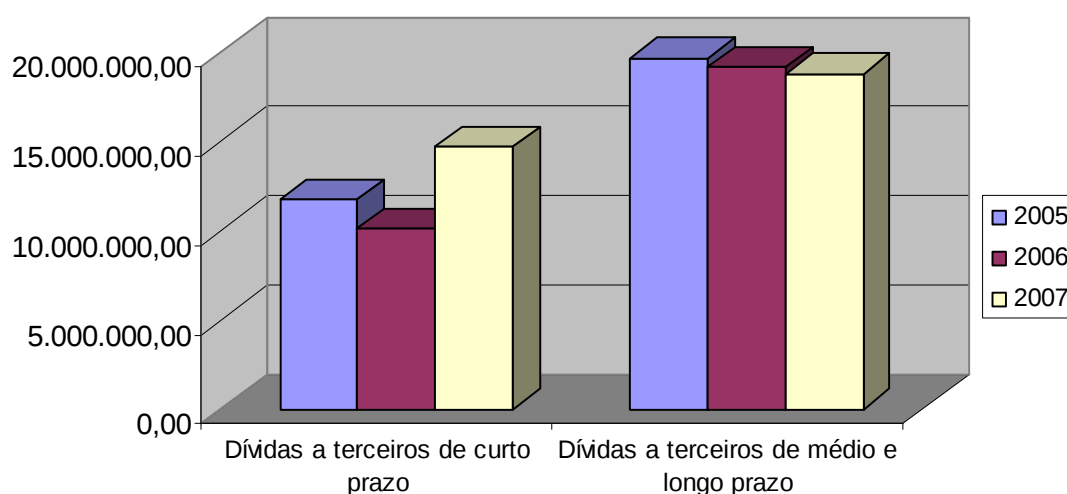


Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni : euro

Dívidas de terceiros	2005	2006	var. (%)	2007	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	11.780.608,63	10.104.098,04	-14,23	14.671.173,32	45,20
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	3.021.256,88	3.270.183,68	8,24	3.345.825,45	2,31
Fornecedores c/c - Facturas em recepção e conferência	294.480,09	159.558,02	-45,82	225.178,87	41,13
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--		--
Clientes e utentes c/ cauções	18.198,50	18.398,02	1,10	25.547,06	38,86
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	7.476.801,81	5.417.534,29	-27,54	9.862.496,91	82,05
Estado e outros entes públicos	69.950,59	168.351,51	140,67	185.893,82	10,42
Administração autárquica	708,16	80.904,71	11324,64	177.174,24	118,99
Outros credores	486.595,07	443.113,74	-8,94	653.170,78	47,40
Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	412.617,53	546.054,07	32,34	195.886,19	-64,13
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	19.661.470,35	19.136.093,75	-2,67	18.780.340,06	-1,86
Dívidas a instituições de crédito	17.228.526,16	16.871.870,99	-2,07	16.465.595,93	-2,41
Dívidas a fornec. de imobilizado (loc. financ)	182.944,19	139.222,76	-23,90	64.744,13	-53,50
Dívidas a fornec. Imobilizado - aquis. Mlp	2.250.000,00	2.125.000,00	-5,56	2.250.000,00	5,88
Total da dívida a terceiros	31.442.078,98	29.240.191,79	-7,00	33.451.513,38	14,40

Gráfico - Evolução das dívidas a terceiros





8. Consolidação das contas do município com as empresas municipais

8.1 Endividamento municipal de médio longo prazo consolidado

No âmbito da Lei das Finanças Locais, é referido que o limite geral dos empréstimos a médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Consequentemente, e de acordo com o apuramento efectuado no ponto 6.2 do presente documento, o limite geral de endividamento relativo a empréstimos de médio e longo prazo para o ano de 2007 foi de 16.819.116,86 euros, pelo que se apura o cumprimento do limite referenciado, no quadro abaixo exposto.

Quadro – Empréstimos de médio e longo prazo consolidados

	Designação	Montante (euros)	Observações
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazo consolidado	16.465.596	Saldo credor da conta 2312 - empréstimos de médio e longo prazo
(2)	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	4.290.474	Capital em dívida de médio e longo prazo excepcionado dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º2 do art.º 61º da LFL e dos n.ºs 5 a 7 do art.º 33º do OE/2007.
(3)	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	12.175.122	(3) = (1) - (2)
(4)	Limite ao endividamento de médio e longo prazo	16.819.117	Nos termos da LFL
Verificação ao cumprimento dos limites em 31/12/2007			
(5)	Capacidade de endividamento de médio e longo prazo por utilizar	4.643.995	(5) = (4) - (3)
(6)	Capacidade de endividamento de médio e longo prazo utilizada, em percentagem	72,39%	(6) = [(3) / (4)] x 100



8.2 Análise da situação económica

8.2.1 Condições económicas

MAPA DE CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Designações	Exercícios
	2007
1. Rendibilidade	
1.1 Financeira ^(a)	-1,89%
1.2 Económica	-1,45%
1.3 Vendas	-184,82%
2. Equações Fundamentais	
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,014
2.2 Alavancagem	-0,03
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,01
3. Rotações	
3.1 Rotação do Activo	0,008
3.2 Rotação do Activo Corrente	0,93
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,008
4. Gestão	
4.1 de Matérias	2,98
4.2 Clientes, contribuintes e utentes	
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	85,9
4.3 Fomecedores c/c	
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	148,2

(a) Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na actividade.



Os indicadores de rentabilidade apresentam um valor negativo (1,88%), reflectindo o resultado líquido do exercício obtido em 2007.

Equações fundamentais

A rentabilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este rácio regista um valor negativo (-0,013), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2007 (-1,31) que resulta do rácio entre a rentabilidade financeira e a rentabilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do activo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da actividade do Município, que é a entidade que de forma significativa influencia os rácios obtidos.

Gestão

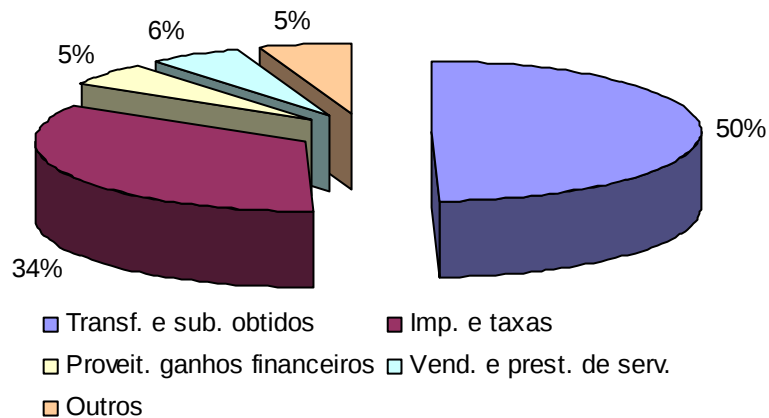
O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um valor de aproximadamente 75 dias.

8.2.2 Proveitos

8.2.2.1 Estrutura dos proveitos



Gráfico - Estrutura dos Proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 50% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 34 % dos proveitos totais. As vendas e prestações de serviços e os proveitos e ganhos financeiros, significam, respectivamente 6% e 5% do cômputo total dos proveitos

8.2.2.2 Evolução dos proveitos

Nada se dispõe neste âmbito, considerando que é o primeiro ano de consolidação, pelo que não está disponível informação referente a anos anteriores.

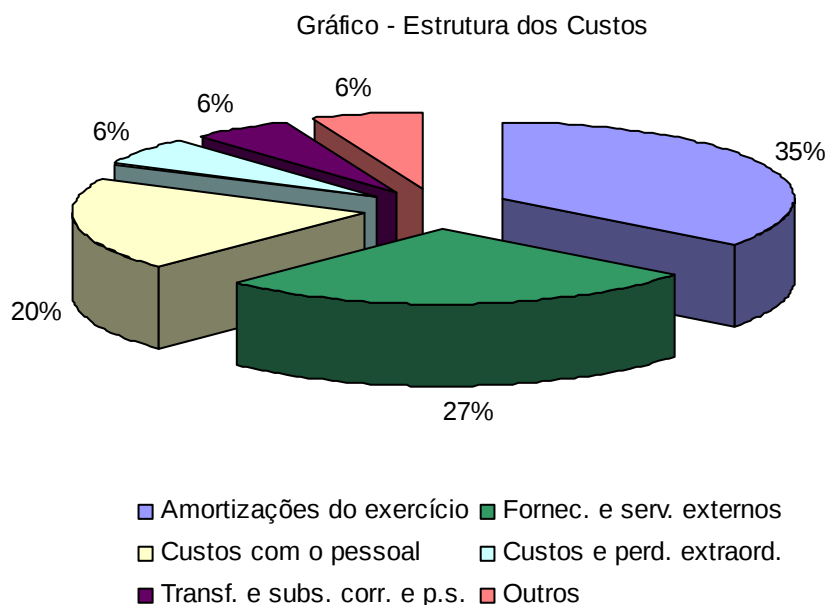
8.2.3 Custos

8.2.3.1 Estrutura dos custos

Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações do exercício e os fornecimentos e serviços externos, os quais representam, respectivamente, 35% e 27% dos custos totais.



Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos com pessoal (20%) com as perdas extraordinárias (6%) e com as transferências e subsídios correntes e prestações sociais (6%).



8.2.3.2 Evolução dos custos

Nada se dispõe neste âmbito, considerando que é o primeiro ano de consolidação, pelo que não está disponível informação referente a anos anteriores.

8.3 Análise da situação financeira

8.3.1 Condições financeiras



MAPA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Designações	Exercício
	2007
(Fundo de Maneio)	-13.625.231,52 €
(Cash Flow Estático (MLL))	7.521.729,00 €
1. Estabilidade (s.l.)	
1.1 Solvabilidade	4,01
1.2 Autonomia	0,75
1.3 Estabilidade (s.r.)	3,01
2. Estrutura do Activo	
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,75
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,85
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	98,89%
3. Liquidez	
3.1 Liquidez Geral	0,11
3.2 Liquidez Reduzida	0,09
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	18,11%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-8,52
4. Complementares	
4.1 Capacidade de Endividamento	0,33
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	-1,40
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	9,35
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,30
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,10
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,14

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de



fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente. Desta forma, o fundo de maneo reflecte-se num valor negativo, indicando que a curto prazo as entidades irão ter alguma dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo, embora esta circunstância seja fortemente influenciada pela entidade com peso dominante (o município), condição que não se verifica nas empresas municipais. Note-se que o valor apurado é manifestamente negativo, situando-se próximo de 13,6 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2007 denota um valor positivo na ordem dos 7,5 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta uma considerável melhoria de todos os rácios de estabilidade, apresentando um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Activo

Neste contexto será de referir que o peso relativo do activo imobilizado no activo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 99%.



Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram a existência de valores manifestamente débeis. Desta forma, salienta-se a existência de dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do activo corrente é de 18%, sendo o financiamento do activo corrente negativo, reflectindo a negatividade existente ao nível do fundo de maneoio.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota um valor inferior à unidade (1), pelo que o grupo dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém mencionar que a capacidade de endividamento se encontra definida na Lei das Finanças Locais, conforme exposto no ponto 6.2 do presente documento.

O grau de dependência do activo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo, reflecte que 9% do activo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor bastante reduzido, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

8.3.2 Dívidas de terceiros

O volume total de dívidas de terceiros ascende a 705,9 mil euros, as quais se reportam exclusivamente a curto prazo.



8.3.3 Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo no final do exercício foi na ordem dos 19 milhões, dos quais aproximadamente 87% se reportam a dívidas a instituições de crédito, reportando empréstimos obtidos de médio e longo prazo.

No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, estas ascendem a 14,2 milhões de euros, assumindo particular relevância as dívidas referentes a fornecedores de imobilizado (67%).



9. Outras disposições

9.1 Proposta de aplicação de resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2007, é negativo em 2.739.767.27€, não se propõe qualquer aplicação, devendo o mesmo permanecer em “Resultados Transitados”.

9.2 Evolução previsível da actividade

A evolução previsível da actividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2008 e Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2008 – 2011.

O Município irá efectuar esforços tendo em vista a diminuição do nível de endividamento líquido existente, apurado no termo da Lei das Finanças Locais, estando em curso o estudo e desenvolvimento de diversas acções, as quais se esperam que se reflectam já em 2008. Sobre esta temática observamos com particular relevo, as recomendações do Fundo Monetário Internacional, segundo consulta efectuada a Portugal, na qual é referido que a maior utilização de parcerias público-privadas pode contribuir para aumentar a eficiência da despesa. Contudo, os responsáveis do FMI, advertem que é necessário garantir uma adequada transferência do risco para o sector privado. Esta preocupação pretende assegurar que, no futuro, os compromissos assumidos não venham a restringir indevidamente a flexibilidade orçamental.

9.3 Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Após o término do ano económico em análise, não ocorreram factos relevantes dignos de registo.